

HUGUES PORTELLI

GRAMSCI

EO

BLOCO HISTÓRICO



Paz e Terra

Remeter o essencial da obra de Gramsci ao conceito de bloco histórico pode parecer, à primeira vista, surpreendente, uma vez que, ao ler outras obras do autor, não se encontra a não ser algumas alusões esquemáticas a esse conceito, ou – mais frequentemente – afirmações sumárias da unidade entre a estrutura sócio-econômica e a superestrutura política e ideológica. Por outro lado, os ensaístas de Gramsci detêm-se sobre essa interpretação restritiva, não indo além da análise das relações entre estrutura e superestrutura. Tal visão leva a uma grave subestimação do conceito, ao ponto de considerá-lo como uma “expressão mágica” e deixando de lado questões fundamentais.

O conceito de bloco histórico é hoje considerado como um dos elementos mais importantes do pensamento gramsciano, podendo ser analisado sob um triplo aspecto: a) o estudo das relações entre estrutura e superestrutura; b) o ponto de partida para a análise da maneira pela qual um sistema de valores culturais assimila, so-

cializa e integra um sistema social; c) como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, se edifica um novo sistema hegemônico e se cria um novo bloco histórico.

Os dois primeiros capítulos deste livro se consagram à articulação interna do bloco histórico – o primeiro, ao examinar os dois elementos da superestrutura, a sociedade civil (direção cultural e moral) e a sociedade política (aparelho estatal e suas relações recíprocas); o segundo capítulo, ao estudar o vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura.

O terceiro capítulo examina o aspecto dinâmico do bloco histórico, analisando a noção gramsciana de hegemonia.

O quarto capítulo examina o papel orgânico no núcleo do bloco histórico da camada social encarregada da função hegemônica.

Enfim, o estudo da desagregação da hegemonia, ou crise orgânica, e a formação de um novo bloco histórico, são analisados nos dois últimos capítulos.

GRAMSCI
E O BLOCO HISTÓRICO

HUGUES PORTELLI

GRAMSCI E O BLOCO HISTÓRICO

Tradução de
Angelina Peralva



Paz e Terra

SUMÁRIO

ADVERTENCIA AO LEITOR	9
ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - <i>A superestrutura do bloco histórico</i>	19
1. A sociedade civil	
2. A sociedade política	
3. As relações entre sociedade civil e sociedade política no seio da superestrutura	
CAPÍTULO II - <i>A relação entre estrutura e superestrutura no seio do bloco histórico</i>	45
1. A estrutura do bloco histórico	
2. O vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura	
3. A interpretação superestrutural do bloco histórico	
4. A interpretação ortodoxa da noção de bloco histórico	
5. A relação dialética e orgânica entre estrutura e superestrutura	
6. Uso histórico da relação estrutura-superestrutura	
7. Uso político da relação entre estrutura e superestrutura	
CAPÍTULO III - <i>Hegemonia e bloco histórico</i>	61
1. O conceito de hegemonia de Lenin nos <i>Quaderni</i>	
2. Hegemonia e bloco ideológico	
3. Hegemonia e ditadura	
4. Hegemonia e transformismo	
5. Hegemonia e bloco histórico	
6. Hegemonia e aliança de classes	
7. Sistema hegemônico e classes subalternas	

CAPITULO IV - <i>O papel dos intelectuais no seio do bloco histórico</i>	83
1. A função do intelectual no seio do bloco histórico	
2. Intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais	
3. A hierarquia dos intelectuais	
CAPITULO V - <i>O novo bloco histórico</i>	103
1. A crise orgânica	
2. O novo sistema hegemônico	
CONCLUSÃO	123
DOCUMENTO ANEXO - <i>O bloco histórico do Mezzogiorno em 1926</i>	127
BIBLIOGRAFIA	133

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

O presente estudo refere-se essencialmente aos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci. Trata-se de um conjunto de notas, formando uma obra díspare, que a editora Einaudi reestruturou amplamente, agrupando-as por temas essenciais. Também citamos amplamente, de nossa parte, os próprios termos do autor a respeito de cada questão abordada. Isso nos pareceu necessário, na medida em que a obra anterior a 1927 não foi traduzida e os *Quaderni*, só muito parcialmente, em obra atualmente esgotada.

As referências remetem, pois, no essencial, à edição Einaudi das obras de Gramsci.

ABREVIATURAS

- C.P.C. *La costruzione del Partito Comunista (1923-1926).*
I. *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura.*
L.C. *Lettere del carcere.*
L.V.N. *Letteratura e vita nazionale.*
M.S. *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce.*
Mach. *Note sul Macchiaveli, sulla politica e sullo Stato moderno.*
O.N. *Ordine Nuovo. (1919-1920).*
P. *Passato e presente.*
R. *Il Risorgimento.*

INTRODUÇÃO

É notável que a obra do maior teórico marxista europeu desde Lenin tenha permanecido por tanto tempo desconhecida na França. Quando em 1967, no Simpósio de Cagliari, do Instituto Gramsci, Jacques Texier, que continua sendo um dos pioneiros na matéria, apresentou a situação dos estudos gramscistas na França, esgotou rapidamente o recenseamento de uma pesquisa esquelética.

O pensamento gramscista fora, na mesma época, objeto de estudos consideráveis – simpósios, monografias, artigos etc. – na Itália, principalmente sob a égide do Partido Comunista, do qual Gramsci era um dos fundadores. Era a suprema consagração: a exemplo de outros “grandes” do marxismo, Gramsci via-se interpretado das mais diversas formas e as mais contraditórias, por católicos e social-democratas, “togliattistas” e stalinistas, alimentando vivas polêmicas entre o *Avanti* e o *Unita*.

Há alguns anos, a obra de Gramsci atravessou as fronteiras da Itália, embora o obstáculo da tradução, como é o caso na França, não permita ainda que seja conhecida por amplas camadas de leitores. Esse súbito interesse pelo autor dos *Quaderni del Carcere* e redator de *Ordine Nuovo* não está, enfim, isento de segundas intenções e freqüentemente se presta a justificar tal ou qual corrente marxista, ou mesmo a seguir um “novo” teórico que bruscamente vira “moda”, depois de trinta anos de esquecimento. E é assim que se chega, por exemplo, ao seguinte paradoxo: as “divergências” de Gramsci com a IIIª Internacional e os outros dirigentes do PCI após 1926 são postas em evidências, enquanto os *Quaderni* e escritos de sua vida política ativa não estão perfeitamente conhecidos e estudados.

O essencial ainda está por ser feito: reestruturar as notas esparsas dos *Quaderni*. Uma polêmica recente sobre a concepção gramscista do bloco histórico mostrou o débil conhecimento dos conceitos-chaves de sua elaboração teórica. Convém, pois, abordar sem *a priori* essa obra e inicialmente limitar-se a comentá-la tal qual é, sem lhe acrescentar deformações exteriores, como freqüentemente ocorre.

O presente estudo limita-se aos *Cadernos do Cárcere* e tem por objetivo demonstrar que os principais aspectos do pensamento político gramscista articulam-se em torno de um conceito-chave, o de bloco histórico.

Fomos, assim, conduzidos a afastar certos temas dos *Quaderni*, a fim de sublinhar seus aspectos essenciais e destacar o valor geral dos trabalhos gramscistas e não sua simples compreensão no quadro de uma *praxis* política determinada.

Naturalmente, os *Quaderni* têm por objetivo contribuir para a vitória do socialismo na Itália, extraíndo as conclusões de uma experiência política excepcional. Mas, desejando deixar uma obra *für ewig**, Gramsci foi conduzido a elaborar certos conceitos-chaves que enriquecem a ciência política.

Enfim, e sobretudo, Gramsci é um marxista: convém, pois, reinserir permanentemente seus trabalhos no quadro da teoria marxista e medir, ao mesmo tempo, seus aspectos tradicionais e contribuições específicas.

Tal é o espírito necessário para abordar este estudo.

Resumir o essencial da obra de Gramsci ao conceito de bloco histórico pode parecer surpreendente à primeira vista, na medida em que, lendo atentamente os *Quaderni*, só encontraremos algumas alusões esquemáticas a essa noção¹: na maioria das vezes, trata-se da afirmação sumária da unidade entre a estrutura sócio-econômica e a superestrutura política ideológica. Durante muito tempo, inclusive, os exegetas de Gramsci limitaram-se a essa interpretação restritiva, não vendo aí senão a análise das relações entre estrutura e superestrutura e, assim, uma “maneira de afastar difíceis análises estruturais de uma situação política”².

Tal visão conduziu a uma grave subestimação desse conceito, a ponto de considerá-lo como “uma expressão mágica”³, ou até como um “saco de gatos” teórico que permitiria evitar certas questões fundamentais.

Outros comentários tentaram reduzir a originalidade dessa noção gramscista, reportando-a aos trabalhos de Lenin sobre a estratégia da classe operária, o que resulta no erro teórico de conceber o bloco histórico como uma simples aliança entre classes sociais.

* Para a eternidade. Em alemão no original. (N. T.).

1. I. C., p. 619; *M.S.*, pp. 39, 49, 115, 201, 231; *Mach.*, pp. 11 e 37.

2. A. PIZZORNO, *A propos de la méthode de Gramsci*. In: *L'Homme et la société*, 1968, n° 8, pp. 163-166.

3. A. BLIZZZI, *La théorie politique de Gramsci*, p. 338.

Se é incontestável que a obra de Gramsci está estreitamente vinculada à obra e ação política de Lenin – e Gramsci refere-se a isso expressamente, no estudo do bloco histórico –, a originalidade do teórico marxista italiano é particularmente notável na questão que nos concerne. Alguns estudiosos de Gramsci – G. Tamburrano, N. Bobbio, J.-M. Piotte, principalmente – sublinharam essa especificidade.

O conceito de bloco histórico é hoje considerado por numerosas exegetas como “um dos elementos mais importantes”¹ e, por outros, como o conceito-chave do pensamento gramscista¹. É preciso ainda que todos concordem quanto ao seu conteúdo.

Devemos considerar o conceito de bloco histórico sob um triplo aspecto:

– O estudo das relações entre estrutura e superestrutura é o aspecto essencial da noção de bloco histórico. Gramsci, porém, jamais concebeu tal estudo sob a forma da primazia de um ou outro elemento desse bloco, como freqüentemente consideram alguns de seus estudiosos. Nesse caso, o conceito de bloco histórico teria como único objeto a definição da ortodoxia marxista, taxando de economicista ou idealista quem se detivesse por muito tempo em um ou outro momento do bloco histórico.

• O ponto essencial das relações estruturas-superestruturas reside, na realidade, no estudo do vínculo que realiza sua unidade.

Gramsci qualifica tal vínculo de orgânico. Ora, esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta:

* Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distingüimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.

Essa camada social diferenciada é, segundo Gramsci, a dos “funcionários da superestrutura”. Seu caráter orgânico aparece na solidariedade estreita que vincula esses “funcionários” às classes que representam e, em primeiro lugar, à classe fundamental no plano econômico. Tomando como exemplo a burguesia, Gramsci mostra que, à medida que se desenvolviam as funções econômicas e sociais dessa classe, foi-lhe necessário confiar a grupos especializados, estreitamente solidários, muitas vezes burgueses ou pelo menos saídos de classes aliadas à burguesia, a gestão das funções de organização da superestrutura ideológica, jurídica e política.

1. A. PIZZORNO, *op. cit.*, p. 165.

Eis como aparece a articulação interna de um bloco histórico. Quando mostra o significado social do vínculo orgânico que une seus diferentes elementos, Gramsci torna possível um estudo da superestrutura e da função dos intelectuais para a análise estrutural imediata de qualquer situação política – a análise econômica séria só seria possível *a posteriori*. Graças a isto, qualificou-se Gramsci de teórico das superestruturas.

– Um tal estudo estático deve ser complementado por um estudo dinâmico; como assinala A. Pizzorno, o bloco histórico deve ser igualmente considerado como “o ponto de partida de uma análise: a análise da maneira como um sistema de valores culturais (o que Gramsci chama de ideologia) impregna, penetra, socializa e integra um sistema social”¹.

– Um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico, dirigido por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais: realiza-se aí um bloco histórico. O estudo desse conceito não pode, pois, ser isolado do de hegemonia do bloco intelectual. Só esta concepção do bloco histórico permite captar, em sua realidade social, a unidade orgânica de estrutura e superestrutura.

– Enfim, é no quadro da análise do bloco histórico que Gramsci estuda como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, edifica-se um novo sistema hegemônico e cria-se, pois, um novo bloco histórico. Esse último aspecto é o mais ligado à ação política: por trás da análise das revoluções burguesas na França e na Itália, do estudo da vitória da classe operária na Rússia (em 1917) e de sua derrota na Itália (em 1920), revela-se a edificação da estratégia capaz de derrubar o “bloco industrial-agrário” e instaurar o “bloco operário e camponês”.

Essa é a ótica com que estudamos o conceito de bloco histórico: os dois primeiros capítulos são consagrados à sua articulação interna; o primeiro examina os dois elementos da superestrutura: a sociedade civil, ou direção cultural e moral, e a sociedade política, ou aparelho de Estado, e suas contribuições recíprocas; o segundo estuda o vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura e suas conseqüências a nível teórico.

O terceiro capítulo enfoca o aspecto dinâmico do bloco histórico, estudando a noção gramscista de hegemonia.

O quarto capítulo examina o papel orgânico, no seio do bloco histórico, da camada social encarregada da função hegemônica.

1. PIZZORNO, *op. cit.*, p. 166.

Enfim, o estudo da desagregação da hegemonia, ou crise orgânica, e da formação de um novo bloco histórico será abordado no quinto e último capítulo.

Foram acrescentados, em anexo, longos trechos do ensaio inacabado de Gramsci, *Alcuni temi della questione meridionale* que, embora redigido às vésperas de sua prisão, constitui a descrição mais completa, fornecida por Gramsci, de um bloco histórico concreto, o *Mezzogiorno*, em 1926.

CAPÍTULO I

A SUPERESTRUTURA DO BLOCO HISTÓRICO

As superestruturas do bloco histórico formam um conjunto complexo, em cujo seio Gramsci distingue duas esferas essenciais: a da sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado, e a da sociedade civil, isto é, a maior parte da superestrutura. Antes de estudar a disposição desses dois elementos no seio da superestrutura, convém estudá-los separadamente.

1. A SOCIEDADE CIVIL

Gramsci retorna freqüentemente, nos *Quaderni*, ao conceito de sociedade civil, para definir “a direção intelectual e moral” de um sistema social. Essa noção de sociedade civil vem de Hegel e Marx mas, como transparece no notável estudo de Norberto Bobbio, Gramsci lhe atribuiu considerável importância:

1º A origem do conceito gramscista de sociedade civil

Partindo ambos da obra de Hegel, Marx e Gramsci evoluíram em sentido oposto: o primeiro entendeu a noção hegeliana de “sociedade civil” como o conjunto das relações econômicas; o segundo interpretou-a como o complexo da superestrutura ideológica.

Marx reivindica a origem hegeliana dessa noção em *Contribuição à crítica da economia política*: “Meus estudos chegaram ao seguinte resultado, que indica que as relações jurídicas – bem como as formas do Estado – não podem ser compreendidas nem por si mesmas, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano, mas que, ao contrário, suas raízes encontram-se nas condições materiais de existência que Hegel, a exemplo dos franceses e ingleses do século XVIII¹, engloba sob o nome de sociedade civil; e que a anatomia da sociedade civil tem de ser buscada na economia política”². Essa

¹ Os Fisiocratas.

² *Contribution à la critique de l'économie politique*, Editions Sociales, p. 4.

concepção é igualmente defendida por Engels em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, onde está escrito igualmente que "o Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo"¹. É em *A ideologia alemã*, porém, que Marx e Engels são mais precisos: "A sociedade civil é o verdadeiro centro, o verdadeiro palco da História (...). Ela abrange o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um estágio de desenvolvimento determinado das forças produtivas. Abrange o conjunto da vida comercial e industrial de uma etapa"². A sociedade civil é, pois, considerada por Marx como o conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado: refere-se à concepção hegeliana, que compreende, na sociedade civil, o complexo das relações econômicas e a formação das classes sociais.

- A concepção gramscista da sociedade civil é radicalmente diferente, pertence ao momento da superestrutura: "Pode-se distinguir dois grandes níveis superestruturais: 1) o que se pode chamar de sociedade civil (reúne) o conjunto dos organismos vulgarmente ditos "privados" e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade"³. Assim, Gramsci utiliza o termo "sociedade civil". O mais surpreendente, como observa N. Bobbio, é a origem hegeliana que Gramsci atribui a essa interpretação: a sociedade civil, "tal como é entendida por Hegel" e "no sentido em que freqüentemente é concebida nessas notas", afirma ele nos *Quaderni*, deve ser considerada como "a hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado"⁴.

Como explicar essa interpretação contraditória de Hegel? A resposta parece estar na concepção, bastante extensiva, que possui Hegel da noção de sociedade civil. Se esta corresponde mais freqüentemente à estrutura sócio-econômica (interpretação de Marx), N. Bobbio observa que Gramsci inspirou-se essencialmente em certos trechos de *A filosofia do direito*, onde Hegel compreende também, no seio da sociedade civil, as associações políticas e sindicais, as corporações, que constituem "o conteúdo ético do Estado". Encontramos aí a definição gramscista da sociedade civil, a das "organizações ditas privadas" que são "o conteúdo ético" do Estado.

1. F. ENGELS, *Ludwig Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande*, Editions Sociales, 1966, p. 73.

2. *L'idéologie allemande*, Editions Sociales, p. 55.

3. *I.*, p. 9.

4. *P.*, p. 164 (igualmente *I.*, p. 46 e *Mach*, pp. 128-129).

Essa interpretação gramscista "um pouco forçada, ou pelo menos unilateral"¹ de Hegel opõe-se, pois, à de Marx². A partir daí, cabe concluir, como N. Bobbio, que a noção de sociedade civil opõe-se à análise marxista do papel da superestrutura ideológica? O próprio Marx demonstrou o contrário: em um de seus últimos escritos essenciais, a *Crítica ao Programa de Gotha*, distingue justamente, no seio da superestrutura, o aparelho de Estado e o que ele chama a "sociedade", e que corresponde à noção gramscista de sociedade civil; ao analisar o objetivo, proclamado pelo programa, de construir "o Estado livre e a sociedade socialista"³, Marx observa que "em lugar de tratar a sociedade presente (e isso é válido para toda sociedade futura) como o fundamento do Estado presente (ou futuro para a sociedade futura), trata-se o Estado, ao contrário como uma realidade independente, possuidora de seus próprios fundamentos intelectuais, morais e livres"⁴. A sociedade é, pois, definida como o fundamento intelectual e moral do Estado, de maneira análoga à sociedade civil gramscista.

1. N. BOBBIO, *Gramsci e la concezione della società civile*, in *Gramsci e la cultura contemporanea*, Roma, 1969, ed. Riuniti, t. I, p. 86.

2. O termo "sociedade civil" corresponde, em alemão (texto original de Marx), ao de *bürgerliche Gesellschaft*, que se pode traduzir igualmente por "sociedade burguesa". Os tradutores de Marx não concordam quanto a esse ponto. Assim, a célebre passagem de *A ideologia alemã*, em que Marx afirma que a "sociedade civil" é "o verdadeiro centro, o verdadeiro palco de toda a História", é traduzido nesse sentido por J. TEXIER (*Gramsci théoricien des superstructures*, La Pensée, n° 139, 1968, p. 41, n° 22), enquanto as Editions Sociales escolheram o termo "sociedade burguesa": "A sociedade burguesa é o verdadeiro centro, o verdadeiro palco de toda a História" (*L'idéologie allemande*, E. Sociales, p. 54). Seja como for, o risco de erro é limitado: Marx prossegue declarando que essa sociedade - civil ou burguesa - "abrange o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas" (*ibid.*, p. 55). Sociedade civil ou burguesa, a estrutura é, portanto, o centro da História. O problema de tradução da *bürgerliche Gesellschaft* não é sem importância: como lembra V. GERRATANA (*Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I, p. 170), Gramsci traduziu certos trechos do artigo de Marx sobre a Questão Judaica, onde Marx retoma a definição hegeliana, bastante extensiva, da sociedade civil; Gramsci traduziu *bürgerliche Gesellschaft* por *società borghese*, em sua tradução, e não por *società civile*. Marx reconhece por fim em *A ideologia alemã*, o duplo sentido do conceito hegeliano de sociedade civil: embora utilize esse termo para designar a estrutura econômica, Marx sublinha que "a organização social originária diretamente da produção e do comércio, e que forma permanentemente a base do Estado e do resto da superestrutura idealista foi, no entanto, constantemente designada pelo mesmo nome" (*A ideologia alemã*, *op. cit.*, p. 55). Unicamente na *Crítica ao Programa de Gotha* Marx separa inteiramente os aspectos estruturais e superestruturais da concepção hegeliana da sociedade civil.

3. *Crítique du Programme de Gotha*, Editions Sociales, 1966, p. 148.

4. *Op. cit.*, p. 43.

Cabe concluir daí que a noção gramscista de sociedade civil é o desenvolvimento da análise de Marx? A referência (por sinal, pouco convincente) a Hegel, e não a Marx, parece demonstrar, na verdade, que Gramsci não pensava assim, mesmo se realmente se inscreveu no prolongamento de Marx, mais além das diferenças terminológicas.

Podemos, pois, supor que a noção gramscista de sociedade civil é um conceito original, cujas diferentes características estudaremos agora.

2º As características gerais da sociedade civil

Encontram-se, nos *Quaderni*, numerosas definições da sociedade civil, todas coincidentes: aí a sociedade civil é, em geral, concebida como “o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”¹. Gramsci opõe a ela a sociedade política (o Estado, no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a “base”, o “conteúdo ético”.

A sociedade civil é um conjunto complexo: seu campo é muito extenso, e sua vocação para dirigir todo o bloco histórico implica uma adaptação de seu conteúdo, segundo as categorias sociais que atinge. Assim, a sociedade civil pode ser considerada sob três aspectos complementares:

- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc.;
- como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advêm daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;
- como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica” – isto é, as organizações que a criam e difundem –, e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, *mass media*, bibliotecas etc.).

Esses três aspectos da ideologia serão considerados sucessivamente.

3º O plano da sociedade civil

O campo que a sociedade civil abrange é extremamente vasto, na medida em que constitui o domínio da ideologia. Sem pretender desenvolver aqui a concepção gramscista de ideologia, cabe obser-

1. *I.*, p. 9.

var que ela é bastante extensiva: com efeito, Gramsci define a ideologia como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”¹.

Só são essenciais as ideologias “orgânicas”, isto é, vinculadas a uma classe fundamental. Inicialmente limitada ao nível econômico dessa classe, a ideologia propaga-se à medida que se desenvolve a hegemonia sobre todas as atividades do grupo dirigente. Este cria uma ou várias camadas de intelectuais que se especializam em um aspecto da ideologia desse grupo: a economia, as ciências, a arte etc. Os diferentes ramos da ideologia, qualquer que seja sua aparente independência, constituem as diversas partes de um mesmo todo: a concepção de mundo da classe fundamental.

Um exemplo dessa unidade real é dado pela filosofia da *praxis*, que é a concepção de mundo da classe operária, classe subalterna essencial. A filosofia da *praxis* realiza a unidade da superestrutura ideológica pela unidade dos elementos constitutivos de sua concepção do mundo: tal unidade, afirma Gramsci, é necessária: “Deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, uma conversibilidade entre um e outro, uma tradução recíproca, em ambas as linguagens específicas, do elemento constitutivo de cada um: um está implicitamente contido no outro, eles formam um círculo homogêneo”².

A conseqüência dessa concepção tão ampla da ideologia é que nela são incluídas todas as atividades do grupo social dirigente, mesmo aquelas que parecem menos ideológicas, particularmente as ciências. Gramsci declara, com efeito, que mesmo a ciência é parte integrante da superestrutura, que ela forma uma “categoria histórica”. Analisando a metodologia histórica, Gramsci distingue “a ideologia científica”³, isto é, as teorias científicas do método de investigação experimental, que atravessaram numerosas crises. Somente os dados reais estabelecidos por este último são independentes da ideologia. O próprio método de investigação não é totalmente independente da superestrutura: “Os principais “instrumentos” do progresso científico são de ordem intelectual (e igualmente política), metodológica, e Engels tinha razão ao escrever que os “instrumentos intelectuais” não surgiram do nada, não são inatos no homem, e sim adquiridos; desenvolveram-se e desenvolvem-se historicamente”⁴. A distinção entre teoria e investigação experimental,

1. *M.S.*, p. 7.

2. *M.S.*, p. 92.

3. *M.S.*, p. 55.

4. *M.S.*, p. 50.

como observa Jacques Texier¹, permitir evitar o obstáculo de uma concepção excessivamente superestrutural da ciência, que colocaria o problema da sua continuidade histórica. Apesar dessas reservas, revela-se que a ideologia – e a sociedade civil – englobam quase todas as atividades da classe dirigente e, assim, da superestrutura: uma concepção tão ampla da ideologia explica suficientemente porque Gramsci lhe atribui papel essencial no seio do bloco histórico.

4º Os diferentes graus da ideologia

A ideologia, concepção do mundo da classe dirigente, deve difundir-se por toda a sociedade. Assim, não é homogênea em todos os níveis: a ideologia difundida nas camadas sociais dirigentes é, evidentemente, mais elaborada que seus fragmentos encontrados na cultura popular. Gramsci distingue, pois, diversos graus qualitativos que correspondem a determinadas camadas sociais: na cúpula, a concepção de mundo mais elaborada: a filosofia; no nível mais baixo, o folclore. Há entre esses dois níveis extremos, o “senso comum” e a religião.

A filosofia é, pois, o estágio mais elaborado da concepção de mundo. É nesse nível que apresenta mais nitidamente as características da ideologia, isto é: como expressão cultural da classe fundamental. É ela que, a esse título, deve possuir o maior grau de coerência: “O filósofo não somente “pensa” com maior coerência, rigor lógico e espírito sistemático que os outros homens, mas conhece toda a história do pensamento, ou seja, é capaz de explicar o desenvolvimento que o pensamento sofreu até ele; assume, no plano do pensamento, a mesma função assumida pelos especialistas nos diversos domínios científicos.”²

Essa coerência é mais necessária na medida em que a filosofia é a referência de qualquer sistema ideológico: Gramsci define o papel da filosofia nos mesmos termos em que definirá seus criadores, os grandes intelectuais, chaves-mestras da hegemonia: a filosofia é a chave-mestra da ideologia; o problema fundamental de qualquer filosofia que tornou-se movimento cultural, “fé”, é “conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que, precisamente devido a essa ideologia determinada, é cimentado e unificado”³.

Graças a seu vínculo com a classe dirigente, a filosofia influencia praticamente as normas de vida de todas as camadas sociais. Nesse sentido, “a história da filosofia, tal como é comumente concebida, isto é: a história das filosofias dos filósofos, é a história das

1. J. TEXIER, *Gramsci*, Ed. Seghers, pp. 68-79. Ponto de vista crítico em L. Althusser, *Lire le Capital*, t. I, pp. 169 e seguintes, Ed. Maspero.

2. *M.S.*, p. 24.

3. *M.S.*, p. 7.

tentativas e iniciativas ideológicas de uma classe determinada de pessoas, com vistas a mudar, aperfeiçoar, corrigir as concepções de mundo existentes em qualquer época dada e, conseqüentemente, mudar as normas de conduta correspondentes ou a atividade prática, no seu conjunto”¹.

Filosofia e história identificam-se, neste momento: a filosofia de um determinado período histórico “não é senão a ‘história’ dessa mesma época, essa massa de variações que o grupo dirigente logrou determinar sobre a realidade precedente; histórica e filosofia são, nesse sentido, inseparáveis, formam ‘bloco’.”²

O papel essencial da filosofia no seio do bloco ideológico é representado – pela sua influência sobre as concepções de mundo difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas: o senso comum.

Qualquer filosofia “histórica”, isto é, orgânica, deve prolongar-se através do senso comum, o que significa que, embora elaborando um “pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente”³, qualquer movimento filosófico orgânico deve permanecer em contato com as camadas populares, os “simples”, e precisa inclusive situar, nesse contato, “a fonte dos problemas a estudar ou resolver”⁴ a fim de melhor dirigir ideologicamente as classes subalternas. Realmente, apesar desse contato, Gramsci constata que a verdadeira relação entre filosofia “superior” e senso comum é garantida pela política, que assim assegura a unidade ideológica do bloco histórico.

A necessidade de tal vínculo político revela a diferença entre filosofia e senso comum: enquanto na filosofia predominam “os traços de elaboração individual do pensamento”, no senso comum trata-se, essencialmente, dos “traços difusos de certa época e de um certo meio popular”⁵. O senso comum revela-se um amálgama de diversas ideologias tradicionais e da ideologia da classe dirigente – o bom-senso. Porém, seus principais elementos são constituídos pelas ideologias tradicionais e particularmente pelas religiões – cujo vínculo estreito com o senso comum, mais estreito que aquele existente entre senso comum e filosofia, é sublinhado por Gramsci. Essas religiões amalgamadas não são, unicamente, os diferentes aspectos das religiões contemporâneas, mas também as crenças passa-

1. *M.S.*, p. 21-22.

2. *M.S.*, p. 22.

3. *M.S.*, p. 9.

4. *M.S.*, p. 9.

5. *M.S.*, p. 9. (nota).

das, as superstições etc. Isso explica que não exista um único senso comum – do mesmo modo como não existe uma única religião, mesmo no seio de uma mesma igreja. Cada camada social possui seu próprio “senso comum”, de tal modo que essa concepção de mundo existe sob inúmeras formas: “Seu traço fundamental mais característico é o de constituir (mesmo a nível de cada cérebro) uma concepção fragmentária, incoerente, inconseqüente, conforme a situação social e cultural da multidão para a qual este traço é a filosofia.”¹ tal situação explica que seja por intermédio da política que se logre, autoritariamente, obter certa coerência.

Se considerarmos o bloco ideológico em seu conjunto, o senso comum aparece como “o folclore da filosofia”, “situado a meio caminho entre a filosofia – da qual ele retira um elemento de ‘bom-senso’ – e o folclore”¹, que lhe fornece o essencial de sua sedimentação ideológica. O primeiro dever de qualquer novo grupo social homogêneo é, pois, definir sua própria filosofia e combater o senso comum.

O folclore situa-se no mais baixo nível do bloco ideológico. Deve-se rejeitar qualquer estudo que pretendesse considerá-lo como um elemento essencialmente “pitoresco”. O folclore é uma “concepção de mundo”, mesmo que seja primitiva e incoerente. Tal incoerência explica-se pela origem social dessa variedade de ideologias: o folclore é uma concepção de mundo “não somente não-elaborada e assistemática, porque o povo (isto é, o conjunto das classes subalternas de cada tipo de sociedade que existiu até hoje), por definição, não pode possuir uma concepção elaborada, sistemática e politicamente organizada e centralizada mas, pelo contrário, ela deve ser múltipla; não somente no sentido de diverso e justaposto, mas também no sentido de estratificado, do mais ao menos grosseiro. O folclore é um conjunto indigesto de fragmentos de todas as concepções de mundo e da vida sucedidas na história, cuja a maior parte encontra-se exclusivamente no folclore, mas sob a forma de documentos mutilados e contaminados”². O folclore não é um fenômeno passado, mas permanente: continuamente, o pensamento e a ciência fornecem novos elementos ao “folclore moderno”. Gramsci distingue assim no folclore, uma religião popular – particularmente nos países de religião católica e ortodoxa – muito diferente da dos intelectuais e da hierarquia eclesiástica, uma moral popular formada por um conjunto de “máximas para a conduta prática e de costumes”³ etc.

1. *I.*, p. 144.

2. *L.V.N.*, pp. 215-216.

3. *L.V.N.*, p. 216.

A esfera ideológica da sociedade civil estende-se, pois, a todas as estratificações sociais da estrutura do bloco histórico. Como a ideologia abrange todas as atividades da classe dominante, a sociedade civil precisa dispor, a partir daí, de uma articulação interna muito complexa.

5º Estrutura ideológica e material ideológico

Um dos aspectos essenciais da sociedade civil consiste em sua articulação interna, isto é, na organização através da qual a classe dirigente difunde sua ideologia. Essa organização é qualificada por Gramsci de “estrutura ideológica” da classe dirigente, entendendo-se por esse termo “a organização material destinada a manter, defender e desenvolver a ‘frente teórica’.”¹ Gramsci reúne na estrutura ideológica não somente as organizações cuja função é difundir a ideologia, mas também todos os meios de comunicação social e todos os instrumentos que permitam influenciar “a opinião pública”.

Gramsci distingue, no seio da estrutura ideológica, as organizações encarregadas da difusão da ideologia daquelas que incorporam, em sua atividade geral, uma “fração cultural”. Coloca entre estas, por exemplo, a magistratura e os oficiais do exército. As organizações culturais propriamente ditas são a Igreja, a organização escolar e as organizações de imprensa. A Igreja, após ter, sob o bloco histórico precedente, o quase monopólio da sociedade civil (“a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época”, a escola, a instrução, a moral, a justiça, a assistência etc.)², conservou uma boa parte desse domínio. A organização escolar, seja sob controle do Estado ou de organismos privados, e até as universidades populares formam o segundo conjunto cultural da sociedade civil, onde novamente aparece a gradação da ideologia sob o controle da Universidade e da Academia (na medida em que ela exerce uma função nacional de alta cultura, principalmente como guardião da língua nacional e, assim, de uma concepção de mundo)³. A terceira instituição máxima da sociedade civil é a imprensa e a edição. Gramsci dedica grande atenção a essa nova instituição, que ele considera como a mais dinâmica da sociedade civil, mas que nem por isso deixa de cumprir, dentro dela, uma função ideológica determinada: “as editoras têm um programa implícito ou explícito e se vinculam a uma corrente determinada”⁴. A imprensa e a edição, assim como a organização escolar, assumem papel essencial, pois são as únicas

1. *P.*, p. 172.

2. *I.*, p. 4.

3. Sur le langage comme conception du monde, *M.S.*, pp. 4-5.

4. *P.*, p. 172.

a abranger totalmente o domínio da ideologia (livros e revistas científicas, políticas, literárias...) e seus degraus (livros e diários para a "elite", para vulgarização popular...).

Gramsci vincula a essas três instituições essenciais, no seio da estrutura ideológica, "tudo que influi ou pode influir direta ou indiretamente sobre a opinião pública"¹, e menciona particularmente as bibliotecas, os círculos, clubes etc.)

Essa "estrutura ideológica" difunde a ideologia por diversos meios de comunicação (material ideológico), cuja eficiência Gramsci compara: os meios audiovisuais (teatro, cinema, rádio, televisão etc.) "são um meio de difusão ideológica que possui rapidez, raio de ação e impacto emotivo muito mais vastos que a comunicação escrita (livros, jornais), mas superficialmente e não em profundidade"². Gramsci integra igualmente a esses canais de difusão da ideologia a arquitetura e até mesmo a disposição e o nome das ruas, dos quais sublinha a importância como material ideológico.

A difusão da ideologia requer uma articulação extremamente complexa da sociedade civil; podemos apreciar a organização dos diversos aspectos da sociedade civil (domínio, gradação, estrutura e difusão da ideologia) tomando o exemplo, que Gramsci cita frequentemente, da Igreja católica, sociedade civil dentro da sociedade civil.

6º Uma sociedade civil dentro da sociedade civil: o exemplo da Igreja católica

A Igreja constitui ainda hoje, afirma Gramsci, uma verdadeira sociedade civil autônoma. Analisando as concordatas, Gramsci estima que se trata de compromissos fixados com os representantes da nova classe dirigente, que permitiram à Igreja conservar uma ampla faixa da sociedade civil. Dois fatores explicam, segundo ele, a perenidade da Igreja; sua homogeneidade ideológica e a importância da estrutura ideológica.

A força da Igreja reside, sobretudo, na unidade ideológica que logrou manter no seio do bloco social que controla: "A força das religiões e, sobretudo, da Igreja consistiu em que elas sentem energeticamente a necessidade da unidade doutrinária de toda a massa "religiosa" e que lutam a fim de que as camadas intelectualmente superiores não se separem das inferiores. A Igreja romana sempre foi a mais tenaz na luta com vistas a impedir que se formam oficialmente duas religiões, a dos intelectuais e a das "almas simples"³.

1. *Ibid.*

2. *P.*, p. 180.

3. *M.S.*, p. 7.

Isso não significa que não exista, realmente, uma diferença entre as diferenças das diversas camadas sociais. Gramsci distingue assim um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e operários das cidades, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais. O problema é, pois o de conciliar a diferença dos intelectuais – análoga à filosofia – e a dos "simples" – análoga ao senso comum ou ao folclore. Gramsci cita o exemplo de certos milagres, "dignos de fé para as gentinhas e não para os intelectuais"¹.

A Igreja mantém uma unidade ideológica "oficial" através de dois meios: a política e a evolução ideológica progressiva. Como em toda ideologia, a relação entre os diferentes degraus da religião é assegurada pela política, neste caso "fazendo pesar uma disciplina de ferro sobre os intelectuais, a fim de que não ultrapassem certos limites na distinção e não a tornem catastrófica e irreparável"². Mas a Igreja, a fim de limitar esse recurso "político", optou também em favor de um "movimento progressivo, que tende a satisfazer as exigências da ciência e da filosofia, mas com ritmo tão lento e metódico que as mutações não são percebidas pela massa dos "simples", embora pareçam "revolucionárias" e demagógicas aos integristas"³. A Igreja consegue, assim, conservar uma certa homogeneidade em seu bloco ideológico.

A Igreja apóia-se em uma organização poderosíssima para difundir essa religião: no centro, o clero, cuja grande capacidade de organização Gramsci reconhece e que se renova constantemente, particularmente através da criação de novas ordens religiosas, para canalizar os movimentos de massa durante a Idade Média; em seguida, após a Contra-Reforma, a fim de "conservar as posições políticas conquistadas"⁴. Essa organização prolonga-se por meio de instituições confiadas aos leigos, com finalidade política, ou sindical (partidos e sindicatos católicos), ou ideológica (Ação católica), que Gramsci estuda minuciosamente nos *Quaderni*.

Gramsci destaca, igualmente, a influência determinante que a Igreja exerce graças a seu importante "material ideológico": "Não se compreenderia a posição conservada pela Igreja, na sociedade moderna, se não se conhecesse os esforços duradouros e pacientes que ela emprega para desenvolver sua própria seção da estrutura material da ideologia"⁵. Esse material ideológico é formado, essen-

1. *M.S.*, p. 10.

2. *Ibid.*

3. *M.S.*, p. 8.

4. *Mach.*, p. 255.

5. *P.*, p. 172.

cialmente, pela literatura e imprensa (até os boletins paroquiais) que ela difunde, bem como pela organização escolar e universitária que a Igreja conservou. ¹

A Igreja católica representa, realmente, todos os aspectos que Gramsci analisa na sociedade civil: por um lado, a ideologia disseminada e adaptada a todo o corpo social; por outro lado, as organizações e os canais de difusão dessa ideologia. Gramsci opõe a essa esfera vasta e complexa da superestrutura a da sociedade política.

2. A SOCIEDADE POLÍTICA

A sociedade política, que Gramsci opõe à sociedade civil no seio da superestrutura, foi pouco estudada nos *Quaderni*, por uma razão: na teoria marxista clássica, o estudo dirige-se mais para o aparelho de Estado que para a direção ideológica, cultural, da sociedade. Entretanto, nos *Quaderni* encontram-se numerosas definições da sociedade política:

- “Sociedade política ou Estado, que corresponde à (função de) “dominação direta” ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico” ¹.
- “Sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento” ².
- “Governo político..., isto é, aparelho de coerção de Estado, que assegura “legalmente” a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo” ³.

A sociedade política possui, pois, características bem definidas: agrupa o conjunto das atividades da superestrutura, que dizem respeito à função de coerção. Nesse sentido, ela é um prolongamento da sociedade civil; analisando os diversos graus da formação de um sistema hegemônico, Gramsci destaca que o momento político-militar é o prolongamento e concretização da direção econômica e ideológica que uma classe exerce sobre a sociedade. Assim como no esquema gramscista a conquista do poder político culmina no controle da sociedade, assim também a sociedade política só deve desempenhar, no sistema hegemônico, um papel secundário.

1. *I.*, p. 9.

2. *L.C.*, p. 481.

3. *I.*, p. 9.

(Conforme aparece nas definições de Gramsci sobre a sociedade política, esta tem por função o exercício da coerção, da manutenção, pela força, da ordem estabelecida. Nesse sentido, ela não se limita ao simples domínio militar, mas igualmente ao governo jurídico, força “legal”: “O direito é o aspecto repressivo e negativo de qualquer atividade positiva de civilização realizada pelo Estado” ¹.

Essa concepção ampla da coerção mostra que Gramsci distingue vários aspectos na sociedade política, de acordo com seu vínculo mais ou menos estreito com a sociedade civil (ditadura pura e simples, quando é autônoma, e hegemonia política, quando depende da sociedade civil) e conforme se limita ao nível técnico-militar (de simples uso da força), ou político-militar (direção política da coerção).

Momento da coerção, a sociedade política define-se, pois, pelas situações em que é utilizada. Gramsci distingue duas:

- uma habitual, que consiste no controle dos grupos sociais que não “consentem” na direção da classe fundamental: esses grupos – as classes subalternas – entram em contradição com a classe dirigente em certo grau da evolução das relações sociais e econômicas. Esta utiliza, pois, a coerção mais ou menos “legal” para manter a sua dominação;
- a segunda situação é mais excepcional e temporária, na medida em que trata dos períodos de crise orgânica: a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apóia-se na sociedade política para lograr manter sua dominação.

Vê-se, pois, que nesses dois casos a sociedade política apóia-se – e este é seu último aspecto – no aparelho de Estado. Para qualificar a sociedade política, Gramsci utiliza, aliás por diversas vezes, o termo Estado, mas precisando bem que se trata da concepção clássica. Segundo ele, essa concepção, superada, é aquela do Estado-guardião da época liberal, período em que o Estado não exercia nenhuma função econômica e ideológica direta, mas “limitava-se à garantia da ordem pública e do respeito das leis” ². Ora, o Estado e a sociedade política não se identificam mais. A noção de sociedade política, como a de sociedade civil, é funcional, e assim não se traduz totalmente em organização superestruturais. Ainda assim, a sociedade política presta-se mais a uma definição orgânica. A função do aparelho de Estado consagrado à coerção é administrada por um pessoal intelectual bem delimitado: a burocracia; “É a burocracia

1. *Mach.*, p. 88.

2. *Mach.*, pp. 130-131.

cia que exerce o poder coercitivo e que, em certo ponto, torna-se casta”¹. Essa homogeneidade é facilitada pelo fato – ainda válido, na época de Gramsci, nos países ocidentais – de que as antigas classes dirigentes do bloco histórico freqüentemente receberam, das mãos da nova classe fundamental, privilégios corporativos de ordem burocrática e militar.)

Gramsci, porém, destaca, mesmo nesse caso, que o aparelho coercitivo de Estado pode não exercer o monopólio da força em nome da classe dirigente: quando o aparelho de Estado parece impotente para sufocar uma crise orgânica, essa classe pode suscitar, no seio da sociedade civil, organizações para-militares que se integrarão no Estado, uma vez terminada sua missão. Sociedade civil e sociedade política são, pois, estreitamente imbricadas no seio da superestrutura, conforme se revela no estudo de suas relações recíprocas.

3. AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA NO SEIO DA SUPERESTRUTURA

A análise separada de cada uma das duas esferas do momento superestrutural não corresponde, evidentemente, à realidade prática. Efetivamente, essa divisão funcional deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel exato das organizações é mais fluido do que parece. Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia; nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação. O sistema em que somente o consenso bastaria é “uma pura utopia, que repousa sobre o *a priori* de que todos os homens são realmente iguais e, assim, igualmente racionais e morais, isto é: capazes de aceitar a lei livre e espontaneamente e não por coerção, como uma coisa imposta por outras classes, externa à consciência”². Quanto à dominação baseada unicamente na força, só pode ser provisória e traduzir a crise do bloco histórico em que a classe dominante, já não detendo mais a direção ideológica, mantém-se artificialmente por meio da força.

(A sociedade civil e a sociedade política mantêm, pois, relações permanentes. Esse tipo de relações é o que nos interessa agora estudar.

1. Mach., p. 87.
2. Mach., p. 132.

1º A colaboração dos órgãos das duas sociedades no seio do Estado

Não existe realmente, entre a sociedade civil e a política, entre o consenso e a força, uma separação orgânica. Um e outro colaboram estreitamente. É o que ocorre particularmente no caso da elaboração da “opinião pública”: “O Estado, quando quer dar início a uma ação pouco popular, cria previamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da “opinião pública”: naturalmente, os elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas. Mas a opinião pública, tal como a entendemos hoje, surgiu às vésperas da queda do Estado absoluto, isto é, no período de luta da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada”¹.

A opinião pública é o exemplo concreto das relações permanentes entre o governo político e a sociedade civil que favorece o consenso em torno de seus atos.

No seio da sociedade civil, são essencialmente “a imprensa marrom e o rádio (onde ela é mais difundida)”², que asseguram essa tarefa, particularmente através da criação “de explosões de pânico ou entusiasmos fictícios que permitem alcançar determinados objetivos, nas eleições, por exemplo”³. Gramsci analisa, nessa oportunidade, o fenômeno das campanhas eleitorais, em que a classe dominante deve ter a “predominância ideológica (ou melhor, emotiva) em um determinado dia, para obter uma maioria que dominará por três, quatro ou mesmo cinco anos, se, passada a emoção, a massa eleitoral separar-se de sua expressão legal (país legal não-equivalente ao país real)”⁴.

Gramsci destaca o fato de que o vínculo entre sociedade civil e sociedade política resulta, nesse caso, tão estreito que se torna orgânico: o Estado – *strictu sensu* – apodera-se diretamente, sem o intermédio de organismos privados, dos meios de “modelar” a opinião pública: monopólio da radiodifusão, por exemplo.

1. P., p. 158.
2. *Ibid.*
3. *Ibid.*
4. P., p. 159.

Essa complementariedade traduz-se, finalmente, pelo caráter ambivalente de certos órgãos: assim o Parlamento, órgão da sociedade política para elaboração da lei, é igualmente órgão da sociedade civil, como tradução oficial da opinião pública. Gramsci analisa a função do parlamento como a de realizar, nesse sentido, uma junção entre a força e o consenso: “O exercício normal da hegemonia no clássico terreno do regime parlamentar caracteriza-se pela combinação entre a força e o consenso, que se equilibram variavelmente, sem que a força supere demais o consenso, tentando fazer, assim, com que a força se apóie no consenso da maioria, expresso pelo que se conhece como os órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, multiplicam-se artificialmente”¹.

Esses vários exemplos mostram que a distinção entre a sociedade civil e a política não é, na verdade, organicamente completa; que a classe dominante utiliza e combina uma e outra, no exercício de sua hegemonia.

Essa combinação, aliás, tende a ser substituída por uma ambivalência crescente dos órgãos da superestrutura. Teoricamente, são as “organizações ditas privadas” que dirigem a sociedade civil e o aparelho coercitivo de Estado que gera a sociedade política. Realmente, a evolução histórica provoca perturbações nessa repartição.

O esquema em função do qual Gramsci raciocina, ele próprio o reconhece, é o de um período histórico determinado, o do Estado liberal, do “Estado-guardião”. Esse aparelho, puramente voltado para a dominação política e a coerção, limita-se estritamente a essa atividade exclusiva. A sociedade civil (ideologia, cultura) é abandonada às diversas organizações privadas, particularmente à Igreja, que, através de concordatas, vê garantido para si um “domínio reservado” no seio da sociedade civil.

Gramsci nota, porém, os sinais de uma estatização da sociedade civil. A estatização aparece, em primeiro lugar, com o declínio dos órgãos clássicos de expressão da sociedade civil no seio do aparelho político, em proveito de um controle direto ao Estado: declínio dos partidos parlamentares tradicionais, vinculado ao do parlamento, monopólio do Estado sobre os novos órgãos da opinião pública e tentativa de estatização dos antigos (Gramsci inclui aí, particularmente, os sindicatos) etc. Essa estatização revela-se, igualmente, na absorção progressiva de cultura e educação, até então confiada a organismos privados – entre os quais a Igreja – em proveito de “serviços públicos intelectuais”².

1. *Mach.*, p. 103.

2. *I.*, p. 124.

O caso mais característico é o da educação, por diversas razões que Gramsci destaca:

- necessidade de um controle do Estado a fim de incrementar o nível técnico-cultural da população e responder, assim, às exigências do desenvolvimento das forças produtivas;
- conflito entre os intelectuais tradicionais (particularmente a Igreja), vestígios do antigo bloco histórico, e os intelectuais da classe dominante;
- necessidade de unificar a ideologia difundida pelas organizações da sociedade civil.

Esses diversos “serviços” não podem ser abandonados à iniciativa privada mas, em uma sociedade moderna, devem ser assegurados pelo Estado. Essa estatização não se limita à organização social, mas estende-se a todas as “instituições que devem ser consideradas de utilidade para a instrução e a cultura pública, e que são consideradas realmente como uma série de Estados que não poderiam ser acessíveis ao grande público sem uma intervenção estatal”¹. Gramsci engloba, nessas instituições, os teatros, as bibliotecas, os museus e até os jardins zoológicos. Enfim, todas as instituições culturais.

A estatização desses “serviços” não muda seu caráter: “Esses elementos devem ser estudados como vínculos entre governantes e governados, como fator de hegemonia”².

Pode-se opor à ascendência da sociedade política sobre a civil o fenômeno inverso: diante do enfraquecimento da sociedade política, podem surgir da sociedade civil novas forças de coerção da classe dominante. Gramsci mostra que esse é particularmente o caso do fascismo, em que organizações privadas para-militares paliaram as fraquezas do aparelho estatal, integrando-se a este uma vez consolidada pela força a ascendência da classe dominante.

A estreita colaboração e, inclusive, o caráter ambivalente dos órgãos das sociedades civil e política se traduzem, nos *Quaderni*, em uma ampliação do conceito de Estado, entendido como o conjunto dos órgãos, qualquer que seja seu estatuto formal – organizações “privadas” ou aparelho de Estado –, através dos quais é exercida a influência do grupo dominante. Diversas vezes, Gramsci define assim o Estado:

1. *I.*, p. 124.

2. *I.*, p. 124.

- "Estado, isto é, sociedade civil mais sociedade política, hegemonia encouraçada de coerção"¹;

- "Estado, em seu significado integral: ditadura mais hegemonia"²

O Estado define-se, pois, por três características:

- reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto "intelectual e moral", quanto política;

- seu equilíbrio interno entre esses dois elementos da superestrutura;

- enfim é sobretudo, a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais. Gramsci declara, em uma carta de 3 de agosto de 1931, que o seu interesse no estudo de "certos aspectos característicos na história dos intelectuais italianos... nasceu do desejo de aprofundar o conceito de Estado"³. Daí o estudo, desenvolvido paralelamente nos *Quaderni*, das relações entre a noção de intelectual e "certas determinações do conceito de Estado"⁴. A estrutura definitiva do Estado depende das características da atividade dos intelectuais, entendidos como "agentes" da classe dominante, para o exercício da direção política e cultural do bloco histórico.

O Estado, mais além da diversidade das organizações que o compõe e da dualidade de funções de direção através das quais assegura a hegemonia da classe fundamental, revela-se como o conjunto da atividade desse grupo social particular que constitui a camada dos intelectuais. A distinção no seio da superestrutura deve, pois, ocorrer muito mais em torno da oposição entre a função de hegemonia - ideológica - e a função de dominação - política - que em torno daquela, secundária, entre o estatuto de tal ou qual organização.

2º Conseqüências políticas e práticas da distinção das duas sociedades

O problema das relações entre sociedade civil e sociedade política é, pois, uma questão essencialmente metodológica: são elas dois aspectos da hegemonia da classe dominante. Entretanto, sua distinção é capital. Finalmente, o fato de que tal ou qual organiza-

1. *Mach.*, p. 132.

2. *P.*, p. 72.

3. *L.C.*, p. 460.

4. *L.C.*, p. 481.

ção pertença a uma ou outra sociedade importa menos que o papel respectivo, em período histórico ou determinado país, desses dois momentos da superestrutura. Vimos, inclusive, que numerosas organizações pertencem, ao mesmo tempo, à sociedade civil e à política (partidos, parlamento), ou que outras podem vincular-se à sociedade política em um certo período e à sociedade civil em outro (Igreja).

As duas funções de hegemonia e coerção permanecem, em troca, distintas. É preciso, então, distinguir o vínculo entre essas duas funções e as organizações privadas ou públicas, vínculo que varia, e a dicotomia permanente entre os dois momentos da superestrutura, dicotomia da qual esse vínculo é apenas um aspecto.

Gramsci lembra várias vezes, entretanto, que a distinção metodológica entre sociedade civil e política não deve tornar-se "orgânica", sob pena de incorrer em graves erros teóricos: assim, os sindicatos italianos, partidários do livre-comércio, apoiaram-se em tal distinção para afirmar que o Estado não devia intervir no livre jogo da economia de mercado. Ora, "na realidade efetiva, sociedade civil e Estado identificam-se e mesmo o liberalismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por vias legislativa e coercitiva"¹.

Quando tal erro é evitado, a distinção sociedade civil-sociedade política revela-se essencial, pois permite resolver os problemas estratégicos e práticos colocados pela derrubada do sistema hegemônico da classe dirigente.

A importância relativa da sociedade civil em relação à sociedade política é, a nível estratégico, uma questão capital: para que a hegemonia se estabeleça solidamente é preciso que as sociedades civil e política sejam igualmente desenvolvidas e organicamente vinculadas: a classe dominante poderá, assim, utilizá-las alternativa e harmoniosamente, para perpetuar sua dominação. Esse é o caso das sociedades ocidentais, onde "entre Estado e sociedade civil há uma justa relação e em um Estado debilitado descobre-se uma robusta sociedade civil"². A hegemonia da burguesia repousa essencialmente, nesses países, sobre a "direção intelectual e moral" da sociedade, na impregnação ideológica de todo o sistema social. Qualquer tentativa de derrubada do bloco histórico nesse sentido passa por uma luta de longo fôlego, para desagregar a sociedade civil: "O Estado é somente uma trincheira avançada, atrás da qual se encontra uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas"³.

1. *Mach.*, p. 30.

2. *Mach.*, p. 68.

3. *Ibid.*

A situação é radicalmente diferente nos países onde a sociedade civil é "primitiva ou gelatinosa" ¹. É o caso dos Estados absolutistas: a Revolução de Outubro, primeira revolução vitoriosa da classe operária, segue-se à de Fevereiro, última revolução anti-feudal da Europa. Em tais situações o conflito limita-se, essencialmente, à ocupação do aparelho coercitivo de Estado. Só depois, ao mesmo tempo em que se desenvolva a estrutura sócio-econômica, tratar-se-á de edificar uma verdadeira sociedade civil.

Essa diferença fundamental de situação, conforme a correlação de forças no interior da superestrutura implica, para os grupos que querem derrubar o sistema hegemônico em proveito de um novo bloco histórico, a adoção de uma estratégia diferenciada. Nas sociedades "primitivas", é em torno do aparelho de Estado que a luta se concentra; nas sociedades mais complexas, o essencial do combate dirige-se contra a sociedade civil: a burguesia francesa foi obrigada a travar uma luta secular pela hegemonia ideológica antes de estabelecer politicamente a sua dominação e o mesmo deve ocorrer com o novo bloco histórico: só uma longa "guerra de trincheiras" ² poderá destruir essa hegemonia.

A necessidade da distinção entre as sociedades civil e política justifica-se igualmente no plano teórico: a confusão entre uma e outra, em proveito exclusivo da sociedade política, acarreta um grave erro teórico, que Gramsci chama de "estadolatria": "A análise não seria exata se não levássemos em conta as duas formas em que o Estado se apresenta na linguagem e cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e sociedade política. (...) Dá-se o nome de "estadolatria a uma atitude determinada face ao governo dos funcionários", ou sociedade política, que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal denominada Estado e que vulgarmente é concebida como todo o Estado" ³.

Esse erro teórico pode, entretanto, justificar-se provisoriamente em um caso histórico preciso: "Para alguns grupos sociais que, antes da tomada do poder, não viveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral independente (como se tornava possível na sociedade medieval e nos Estados absolutos, por exigência jurídica dos Estados e ordens privilegiadas), um período de estadolatria é necessário e mesmo oportuno" ⁴.

1. *Mach.*, p. 68.

2. *Mach.*, p. 68.

3. *P.*, p. 165.

4. *P.*, p. 166.

Gramsci visa igualmente, aqui, o caso da Revolução russa de 1917, em que a derrubada do "Estado absolutista" explica o caráter "político" marcado da ditadura do proletariado.

Aqui encontramos novamente a distinção, efetuada por Gramsci, entre os países com sociedade civil desenvolvida, onde esta desempenha um papel essencial, e os estados onde o aparelho de dominação política constitui a maior parte da superestrutura. O período de estadolatria deve ser, no último caso, intermediário, "de iniciação, pelo menos na vida estatal autônoma e na criação de uma sociedade civil autônoma que não foi historicamente possível criar antes da tomada do poder" ¹.

Assim, mesmo nos países onde não existe uma verdadeira sociedade civil, uma das primeiras tarefas do novo Estado deve ser a de criá-la. Entretanto - e essa advertência é profética, quando se pensa na singular reabilitação do Estado e em sua primazia sobre a sociedade civil na maioria dos países socialistas -, esse período de estadolatria "não deve ser abandonado a si próprio, principalmente não deve tornar-se fanatismo teórico e ser concebido como "perpétuo"; deve ser criticado precisamente porque, desenvolvendo-se, cria novas formas de vida estatal, onde a iniciativa dos indivíduos e grupos é 'estatal', mesmo se não resulta do "governo dos funcionários" ².

Essa primazia do aparelho de Estado é, pois, apenas transitória e deve dar lugar à primazia da sociedade civil, à hegemonia, que é o modo normal de direção do bloco histórico.

A primazia da sociedade civil no seio da superestrutura permite a Gramsci analisar igualmente o grau de evolução de um bloco histórico em um sistema hegemônico progressivo, isto é: um sistema em que a classe dirigente "faz avançar realmente o conjunto da sociedade, satisfazendo não somente suas exigências essenciais, mas multiplicando continuamente seus próprios quadros através da apropriação permanente de novas esferas de atividade econômico-produtiva" ³, a sociedade civil desempenha um papel essencial e quase geral (hegemonia): o período do *Risorgimento* é, assim, marcado pela atração "espontânea" que exercem os Moderados sobre todas as outras forças políticas e ideológicas e, assim, pela atração da burguesia sobre todas as outras classes. O retraimento da sociedade civil em favor da sociedade política é, por outro lado, o sinal do declínio do controle da classe fundamental sobre a sociedade, a

1. *Ibid.*

2. *P.*, p. 166.

3. *R.*, pp. 71-72.

ponto de não poder manter-se senão pela coerção (ditadura): o bloco histórico torna-se então regressivo.

A primazia da sociedade civil aparece, finalmente, na visão gramscista do fim do Estado na sociedade sem classes.

3º Sociedade civil, sociedade política e fim do Estado

O novo sistema hegemônico, formado em torno da classe operária, deve, segundo Gramsci, resolver o problema da distinção entre as sociedades civil e política. Primeiramente no curso da luta para derrubar o bloco dominante, o novo sistema hegemônico deverá unir organicamente os dois momentos da superestrutura: face ao bloco dominante, para quem a aparente diversidade das organizações – principalmente a da sociedade civil – é um fator de extensão de sua hegemonia, a superestrutura da direção da classe operária e de seus aliados deve ser homogênea e mesmo monolítica: essa homogeneidade traduz-se no papel centralizador do Partido Comunista: aí só pode haver uma ideologia – o marxismo; o partido deve ser, ao mesmo tempo, as sociedades civil e política do novo sistema hegemônico: sociedade política pela direção das operações “militares” de tomada do aparelho de Estado, mas também pela função de “polícia” do partido: “É difícil excluir o fato de que qualquer partido político (dos grupos dominantes, mas também dos subalternos) não cumpre uma função de polícia, isto é, de tutela de uma certa ordem política legal”¹. Essa função de polícia, para ser legítima, deve ser progressiva, isto é: no interior do partido, deve “funcionar democraticamente (no sentido de um centralismo democrático)” e, no exterior, “manter na órbita da legalidade as forças reacionárias destronadas, elevando ao nível da nova legalidade as massas atrasadas”². Quanto ao partido-sociedade civil, manifesta-se pela difusão, entre as classes subalternas, da ideologia-concepção do mundo da classe operária, o marxismo.

Essa unidade, no seio do partido, da sociedade civil e da sociedade política, deve florescer após a derrubada do bloco histórico e a conquista do Estado. No novo Estado de transição para a sociedade sem classes, a superestrutura política e ideológica encontra-se unificada e centralizada. É ao Estado – no sentido gramscista – que cabe “criar novos e mais altos tipos de civilização, adaptar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares à necessidade de um desenvolvimento contínuo do aparelho econômico de produção e assim elaborar, também fisicamente, tipos novos de humanidade”³.

1. *Mach.*, p. 26.

2. *Mach.*, p. 26.

3. *Mach.*, p. 83.

Essa atividade estatal será facilitada pela fusão dos intelectuais das duas sociedades no seio do Estado. Esse Estado-ético é, entretanto, apenas uma etapa transitória para a “sociedade regulada”, isto é: a sociedade sem classes que a teoria marxista prevê, com o triunfo definitivo da sociedade civil.

A teoria marxista, aprofundada pelos estudos de Lenin (particularmente em *O Estado e a revolução*), coloca como objetivo da revolução socialista a sociedade sem classes e o desaparecimento do Estado: “Somente na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas for definitivamente aniquilada, quando terão desaparecido e não haverá mais classes (isto é, distinção entre os membros da sociedade quanto a suas relações com os meios sociais de produção), somente então o Estado deixará de existir” – o Estado que Lenin define como “o aparelho especial de coerção”¹.

Gramsci como marxista, sustenta o desaparecimento do aparelho estatal; em outras palavras, da sociedade política. Segundo sua própria definição, porém, não concebe ele o Estado como “sociedade política+sociedade civil”? A noção gramscista de Estado necessita, pois, de um aprofundamento da teoria do fim do Estado.

Realmente, Gramsci reconhece que qualquer classe fundamental que aspire à hegemonia afirma representar a sociedade inteira e fundar uma “sociedade regulada”. Tal afirmação realiza-se parcialmente, enquanto essa classe é realmente progressista, fazendo avançar o conjunto da sociedade: “Qualquer Estado é ético, na medida em que uma de suas funções essenciais consiste em elevar a grande massa da população a um nível cultural e moral determinado, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas, bem como aos interesses das classes dominantes”². Entretanto, desenvolvimento das relações sociais e econômicas resulta rapidamente numa ruptura, no seio do bloco histórico, entre a classe dirigente e as classes subalternas: o Estado-ético desaparece em favor do Estado-classe e da coerção em relação às classes subalternas.

“Assim, só o grupo social que coloca o fim do Estado e de si mesmo como objetivo a atingir pode criar um Estado-ético tendente a pôr fim às divisões internas dos dominados etc. e a criar um organismo social unitário técnico-moral”³.

A superação do Estado, a “sociedade regulada”, é atingida porque a classe que prevê o fim do Estado representa a grande

1. LENIN, *O Estado e a revolução*, Ed. Moscou, 1967, p. 117.

2. *Mach.*, p. 128.

3. *Ibid.*

maioria da sociedade – a nível estrutural –, mas sobretudo porque essa classe dirige ideologicamente o conjunto dos grupos sociais que compõem essa sociedade: superando seus próprios interesses de classe, ou antes, fazendo de seus interesses aqueles de todo o corpo social, o proletariado não precisa exercer a coerção contra certos grupos excluídos do sistema hegemônico; a sociedade política está destinada a desaparecer, na medida em que só é utilizada para o desaparecimento progressivo das antigas classes dominantes: “O Estado e o direito tornam-se inúteis por haver cumprido sua missão”¹ e a sociedade política é “reabsorvida”² pela sociedade civil. O aparelho de Estado é, em sua origem, apenas um desmembramento da sociedade civil e, quando desaparece, é para novamente fundir-se com ela.

Essa concepção gramscista da sociedade sem classes demonstra, mais uma vez, o papel primordial atribuído ao momento da sociedade civil, momento mediato entre estrutura e sociedade política, fundamento ético da última. Ela fornece uma resposta à visão marxista da sociedade comunista, sem questionar a teoria leninista do fim do Estado, mas mostrando que este não é o momento essencial da superestrutura.

Revela-se, ao final desta análise, que o momento da sociedade civil é para Gramsci o momento primordial da superestrutura. Essa primazia traduz-se, nos *Quaderni*, por:

- uma evolução terminológica do termo “sociedade civil” que, de momento da superestrutura, na concepção de Marx, torna-se momento da superestrutura nos *Quaderni*;
- a importância atribuída à direção “cultural e moral” na hegemonia da classe fundamental;
- a primazia reconhecida à sociedade civil, nos países ocidentais, e à necessidade de estabelecer uma estratégia revolucionária conforme essa primazia;
- o dever primordial de desenvolver uma sociedade civil autônoma nos países em que ela é pouco importante;
- a solidez da sociedade civil no seio do bloco histórico, que é o elemento mais difícil de transformar;
- o desaparecimento da sociedade política e sua reabsorção pela sociedade civil, na sociedade sem classes.

1. *Mach.*, p. 130

2. *Mach.*, p. 94.

Gramsci opõe, no seio do bloco histórico, a esfera complexa da superestrutura do mesmo ao momento mais homogêneo da estrutura, cujo laço orgânico com o momento superestrutural convém estudar.

CAPÍTULO II

A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA NO SEIO DO BLOCO HISTÓRICO

O problema das relações entre estrutura e superestrutura é um dos mais delicados que a análise do bloco histórico propõe. Como foi lembrado anteriormente, a controvérsia quanto a esse ponto foi muito viva – e não está resolvida – entre os defensores da primazia da superestrutura e os da estrutura, no seio do bloco histórico. Trata-se, na verdade, de uma questão secundária e mesmo inútil. Entretanto, o exame dessas duas interpretações é necessário, a fim de demonstrar seu erro teórico. O verdadeiro problema é o do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura. É ele, aliás, o verdadeiro critério da análise “ortodoxa” e que permite a Gramsci combater ideologicamente os erros teóricos e portanto políticos provocados pela subestimação desse vínculo orgânico. Convém, todavia, examinar em primeiro lugar o estudo gramscista da estrutura do bloco histórico.

1. A ESTRUTURA DO BLOCO HISTÓRICO

A análise gramscista da estrutura do bloco histórico não é muito desenvolvida nos *Quaderni*. Várias razões explicam isso, particularmente o amplo estudo que a teoria marxista já havia consagrado, antes de 1930, aos fenômenos econômicos e ao vínculo entre a base econômica e as classes sociais. É o que explica que Gramsci se contente em analisar sumariamente o primeiro movimento do bloco histórico.

Considerando os diversos graus de formação de um sistema hegemônico, ele consagra apenas alguns desenvolvimentos ao nível estrutural: a estrutura define-se aí, de modo bastante clássico, como o conjunto das forças sociais e do mundo da produção: “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção fazem-se os agrupamentos sociais, cada um deles representando uma função e guardando determinada posição na própria produção.”¹

1. *Mach.*, p. 45.

Gramsci frisa o vínculo direto e rígido da relação entre esses dois níveis da estrutura: "Essa relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número de empresas e de seus empregados, o número de cidades e da população urbana etc."¹

O segundo aspecto essencial da estrutura, destacado pelos *Quaderni*, consiste no caráter relativamente estático desse elemento em relação à superestrutura do bloco histórico: "O conjunto das forças materiais de produção é, no desenvolvimento histórico, o elemento menos variável, em que cada mudança pode ser constatada e medida com uma exatidão matemática"².

Nada há de específico nessa definição gramscista da estrutura. O interesse de sua análise reside, sobretudo, no estudo concreto da estrutura, que necessita de qualquer empreendimento político.

A análise imediata da estrutura é julgada delicada por Gramsci: não se pode identificar a estrutura como uma "imagem fotográfica instantânea"³, e mesmo sua análise exata só é possível uma vez terminado o período considerado: "Uma fase estrutural não pode ser concretamente estudada e analisada senão após haver findado todo seu processo de desenvolvimento e não durante o próprio processo, ou somente por hipótese e com a condição de declarar explicitamente que se trata de hipótese"⁴. Na medida em que a estrutura não pode ser analisada com precisão no presente, a solução será, portanto, reportar-se ao passado; o passado representa as condições materiais objetivas, para as quais o presente é apenas a continuação, o desenvolvimento. A partir daí, passado e estrutura se identificam: "A estrutura é justamente o passado real porque ela é o testemunho, o "documento" incontestável do que foi feito e continua a subsistir como condição do presente e do futuro"⁵.

O estudo da estrutura do bloco histórico poderá, pois, ser desenvolvido através de três abordagens:

- o estudo imediato, "fotográfico", mas cujo caráter instantâneo torna muito hipotético;
- o estudo do passado que, observa Gramsci, pode ser igualmente perigoso, na medida em que aí busque uma "justificação tendenciosa da superestrutura"⁶;

1. *Ibid.*

2. *M.S.*, p. 161.

3. *M.S.*, p. 97.

4. *M.S.*, p. 97.

5. *M.S.*, p. 222.

6. *M.S.*, p. 222.

- a terceira abordagem é a que Gramsci utiliza mais freqüentemente e que explica, ao mesmo tempo, a importância do conceito de bloco histórico e aquela atribuída à superestrutura: na medida em que esta "é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção"¹, a análise da evolução da superestrutura permitirá o estudo indireto da própria estrutura. Tal abordagem tem, por outro lado, a vantagem de considerar a dinâmica da estrutura e não sua "fotografia" estática e de sublinhar a influência da superestrutura em sua evolução: "É a estrutura concebida como algo imóvel e absoluto ou não seria ela muito mais a própria realidade em movimento, e a afirmação das *Teses sobre Feuerbach*: "o educador que deve ser "educado"², não coloca uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo do real?"³

Tal análise da estrutura consegue, assim, deslocar o problema para o plano das relações entre estrutura e superestrutura e do vínculo orgânico que deve uni-las no seio do bloco histórico.

2. O VÍNCULO ORGÂNICO ENTRE ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

É preciso, para formar um bloco histórico, que a estrutura e a superestrutura desse bloco estejam ligadas organicamente. Essa organicidade é definida abstratamente por Gramsci como a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais. Ora, se os exegetas de Gramsci analisaram longamente o primeiro aspecto do vínculo orgânico, a tradução "social" desse vínculo raramente foi considerada, o que levou a que alguns estimassem erroneamente, em nossa opinião, que Gramsci não explicava em nome de que princípio os dois momentos do bloco histórico se unificaram, e assim concluíssem uma "certa aporia da unidade recíproca desses dois elementos; "a unidade

1. *M.S.*, p. 39.

2. Tese III: "A doutrina materialista, que pretende sejam os homens produto de circunstâncias e educação e que, conseqüentemente, homens transformados sejam produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o educador tem necessidade de ser educado (...) (*L'idéologie allemande*, Editions Sociales, 1968, pp. 138-139).

3. *M.S.*, p.231.

seria afirmada, simplesmente, em nome de um certo paralelismo”¹. Esse vínculo orgânico corresponde, na verdade, a uma organização social bem concreta.

Ele aparece em primeiro lugar na influência que exerce a estrutura sobre a evolução da superestrutura. Retomando uma afirmação de Marx, no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, Gramsci sublinha que qualquer análise do bloco histórico deve “evoluir nos limites de dois princípios:

- “1) o de que uma sociedade não se propõe a nenhuma tarefa para a qual não existam já as condições necessárias e suficientes que estariam, pelo menos, em vias de aparição ou desenvolvimento;
- “2) o de que nenhuma sociedade se dissolve nem pode ser substituída enquanto não tiver desenvolvido todas as formas de vida implicitamente contidas em suas relações”².

Tendo, assim, fixado as condições estruturais da evolução da superestrutura, Gramsci estuda as características essenciais de todo movimento superestrutural orgânico, sublinhando dois aspectos:

- Qualquer ato ou ideologia orgânico deve ser “necessário” à estrutura, o que significa que essas ideologias devem organizar os grupos sociais e dirigi-los de acordo com as condições sócio-econômicas: “Enquanto historicamente necessárias, têm elas uma validade “psicológica”; “organizam” as massas humanas, formam o terreno onde os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.”³.

- Devido a isso, e este é o segundo aspecto, os movimentos superestruturais orgânicos adquirem caráter permanente. Representam a ideologia, a política dos diversos grupos sociais e, nesse sentido, “dão lugar à crítica histórico-social, que se dirige aos vastos agrupamentos, mais além das pessoas diretamente responsáveis, mais além do pessoal dirigente”⁴. Apenas na medida em que os movimentos superestruturais respondam a essas condições orgânicas, serão o “reflexo” da estrutura e formarão com ela um bloco histórico.

Resta considerar como se traduz concretamente o vínculo orgânico. Este é assegurado pela camada social encarregada de gerir a superestrutura do bloco histórico – os intelectuais: “Cada grupo so-

1. A. BUZZI, *op. cit.*, p. 338.
2. *Mach.*, p. 41.
3. *M.S.*, p. 48.
4. *Mach.*, p. 42.

cial, surgido num terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo que a si próprio, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano social e político”¹.

Os intelectuais são, assim, os “funcionários da superestrutura”² em nome da classe que representam e à qual estão estreitamente vinculados, social e economicamente. O vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura mostra-se, pois, de maneira bem concreta e não somente teórica. Isso explica em larga medida o interesse atribuído por Gramsci ao estudo dos intelectuais nos *Quaderni*, completando assim, consideravelmente, a análise marxista das relações entre estrutura e superestrutura, conferindo-lhe efetivo conteúdo social.

Estabelecido seu vínculo com a estrutura, as ideologias e atividades políticas tornam-se assim o verdadeiro terreno onde os homens tomam consciência dos conflitos que se desenvolvem ao nível da estrutura, o que lhes confere um valor “estrutural” e confirma a noção de bloco histórico “em que justamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias, a forma”³.

Entretanto, o caráter orgânico conhece certos limites, na medida em que todos os movimentos superestruturais não são orgânicos. Gramsci opõe aos movimentos superestruturais de caráter orgânico, com efeito, quatro tipos de fenômenos:

- o primeiro tipo é o dos movimentos que Gramsci qualifica de conjunturais, cuja diferença essencial em relação aos movimentos orgânicos consiste na sua duração, mas que são ligados à evolução da estrutura: “É preciso distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes), dos movimentos que se pode chamar de conjunturais (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Os fenômenos de conjuntura dependem também, é verdade, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem largo alcance histórico”⁴. Assim sua crítica não visa à política geral da classe dirigente, mas à de seus representantes: “Eles dão lugar a uma crítica política mesquinha, dia-a-dia, e que ataca os pequenos grupos dirigentes, e as personalidades que têm a responsabilidade imediata do poder”⁵;

1. *I.*, p. 3.
2. *I.*, p. 9.
3. *M.S.*, p. 49.
4. *Mach.*, p. 42.
5. *Ibid.*

- o segundo tipo de atos, sem vínculo orgânico direto com a estrutura, consiste nos erros políticos dos representantes da classe dirigente: "Um determinado ato político pode ter sido erro de cálculo da parte dos dirigentes das classes dominantes, erro que o desenvolvimento histórico, através das crises parlamentares do governo das classes dirigentes, corrige e supera"¹. Gramsci considera diversos casos de erro do pessoal político: seja um erro individual: "Pode tratar-se de um impulso individual nascido de um erro de cálculo"², sejam as conseqüências das lutas entre os diversos grupos do sistema hegemônico, "tentativas manifestadas por grupos ou grupúsculos visando a conquistar a hegemonia no interior do agrupamento dirigente, tentativas que podem fracassar"³. Na medida em que tal erro só se corrige a médio prazo, sua análise imediata traz o risco de conduzir os protagonistas a graves erros estratégicos, particularmente o de considerar como uma crise orgânica do bloco histórico o que não passa de uma crise interna do sistema hegemônico - Gramsci cita especialmente o caso Dreyfus;

- o terceiro caso é o de atos que não mantêm vínculo orgânico com a estrutura, mas nem por isso são irracionais. Trata-se, com efeito, de atos que têm por objetivo a reorganização interna da superestrutura e, assim, do pessoal intelectual da classe dirigente: "Não é suficientemente considerado o fato de que muitos atos políticos devem-se a necessidades internas que têm um caráter de organização, o que significa que eles se prendem à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade"⁴. Tais fenômenos são puramente superestruturais. Gramsci cita o exemplo da Igreja católica: "Se quiséssemos descobrir, para cada luta ideológica que se desenvolveu no interior da Igreja, uma explicação imediata, primária, certamente nos perderíamos. (...) É evidente, pelo contrário, que a maior parte dessas discussões prende-se a necessidades sectárias de organizações"⁵;

- O último tipo é o das ideologias que Gramsci qualifica de arbitrárias, isto é, sem vínculo orgânico, mesmo indireto, com a estrutura; sem importância histórica, são apenas a negação das ideologias orgânicas: "Arbitrárias, não criam senão movimentos individuais, polêmicas etc. (tampouco são elas totalmente inúteis, porque são como o erro que se opõe à verdade e a afirma)"⁶.

1. *M. S.*, p. 97.

2. *Ibid.*

3. *Ibid.*

4. *M. S.*, p. 97.

5. *M. S.*, p. 97.

6. *M. S.*, pp. 48-49.

Essa distinção entre os diferentes tipos de atos políticos e ideológicos pode apresentar certas dificuldades para sua aplicação concreta: só pode ser estabelecida com segurança *a posteriori*. É verdade que Gramsci remete à análise das iniciativas dos intelectuais orgânicos, para apreciar o caráter estrutural ou não de seus atos; a questão não apresenta nenhuma dificuldade importante no caso de atos de caráter conjuntural ou organizativo. O problema é mais delicado para o que Gramsci qualifica como erros dos dirigentes políticos. Gramsci reconhece em tais situações a dificuldade de que os protagonistas caracterizem imediatamente esses atos. A questão é mais clara, no que concerne aos erros "individuais", do que no caso daqueles que são fruto das lutas de frações no interior do próprio sistema hegemônico; Gramsci cita o caso do conflito entre as facções republicana, monarquista, bonapartista, da burguesia francesa, que quase levou à sua derrubada prematura em 1870. Pode-se supor, igualmente, que Gramsci pensa na evolução do regime soviético após 1924, na luta das facções e seu resultado: as reservas e depois as críticas abertas que ele formulou, antes de sua prisão, contra a direção do PCUS traduzem-se, nos *Quaderni*, pelas condenações aos "erros individuais" e sobretudo à "estadolatria". Evidentemente, não é possível presumir a atitude que Gramsci adotaria perante a tendência de que tais "erros" se tornem permanentes, senão "orgânicos", mas é possível encontrar nos *Quaderni* numerosos elementos de resposta - caráter prematuro ou não da tomada do poder, papel dos intelectuais tradicionais, estadolatria, influência da antiga sociedade civil etc.

Torna-se, assim, evidente à análise que só uma parte dos movimentos da superestrutura possui um caráter orgânico; essa constatação, implica, finalmente, certas conseqüências no que se refere aos papéis respectivos da estrutura e da superestrutura:

- a importância decisiva da estrutura aparece na necessidade do caráter orgânico do elemento superestrutural;

- mas esse caráter orgânico não significa que os fenômenos superestruturais não-orgânicos não tenham nenhuma importância própria. Essa análise das relações estrutura-superestrutura no seio do bloco histórico conduziu os exegetas de Gramsci a considerar a questão da importância respectiva desses dois elementos.

O problema foi levantado pelo relatório de Norberto Bobbio no Simpósio de Estudos gramscistas de Cagliari, em 1967, sobre "Gramsci e o conceito de sociedade civil"¹, onde se afirmou que

1. In: *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I, pp. 75-101.

nos *Quaderni* Gramsci atribui um papel determinante e mesmo a primazia à superestrutura do bloco histórico, enquanto a estrutura é considerada o elemento essencial na teoria marxista clássica.

Convém, pois, analisar brevemente essa interpretação, bem como a réplica dos marxistas ortodoxos, antes de tentar esclarecer a verdadeira posição de Gramsci sobre a questão.

3. A INTERPRETAÇÃO SUPERESTRUTURAL DO BLOCO HISTÓRICO

Defendida especialmente por N. Bobbio, essa interpretação apoia-se essencialmente na distinção, efetuada por Gramsci, entre os dois elementos do bloco histórico, sobretudo na divisão em duas funções do momento superestrutural. O fato importante é que, por um lado, a superestrutura é o elemento motor do bloco histórico e que, por outro lado, o papel essencial, no seio da superestrutura, é desempenhado pela sociedade civil.

Essa interpretação encontra, porém, um obstáculo importante: afirmar a primazia da superestrutura sobre a estrutura não é inverter o esquema marxista? N. Bobbio responde negativamente, considerando como teorias marxistas “todas aquelas que, de alguma maneira, aceitam a dicotomia fundamental entre estrutura e superestrutura e, assim, então fora do sistema marxista o materialismo vulgar, que reduz todo o movimento histórico exclusivamente ao momento estrutural, bem como o idealismo, que atribui o movimento histórico exclusivamente às forças espirituais, independentemente das condições materiais em que elas agem. Gramsci está, pois, dentro do sistema”¹. Visando justificar essa interpretação das relações superestrutura-estrutura, os partidários dessa tese avançam numerosos e sólidos argumentos:

Essa relação, observa N. Bobbio, não é analisada por Gramsci como pura relação de causa e efeito, uma relação mecânica: o movimento da história depende da consciência que tal ou qual grupo social tem da possibilidade de ação e luta que lhe são consentidas por determinadas condições objetivas; o grupo social, uma vez reconhecendo as condições materiais de sua ação, torna-se, como meio, livre para “transformá-las em meio de liberdade, instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas”². Se tomarmos como exemplo a classe operária, exemplo em torno do qual Gramsci raciocina, o marxismo como ideologia – no senti-

1. *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I, p. 196.
2. *M. S.*, p. 40.

do gramscista do termo – e o partido – a nível político – permitirão à classe operária tomar consciência das condições estruturais e transformá-las em instrumento para criar um novo bloco histórico.

Essa passagem qualitativa é situada por Gramsci no momento da “catarse”, que ele define como sendo “a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético político, isto é, à elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do ‘objetivo’ ao ‘subjetivo’, ou da ‘necessidade’ à ‘liberdade’.”¹

O momento intermediário situa-se no nível da sociedade civil:

Gramsci, ao analisar nos *Quaderni* as correlações de forças em jogo numa situação histórica dada, estuda particularmente as relações estrutura-superestrutura e distingue vários graus:

– O mais primitivo é aquele em que a correlação de forças está estritamente vinculada à estrutura e em que as superestruturas são um prolongamento direto desta.

– Em um segundo nível situa-se a correlação de forças políticas, que Gramsci define como “a avaliação do grau de homogeneidade, autoconsciência e organização atingido pelos diferentes grupos sociais”².

Divide-se esse nível, por sua vez, em várias etapas, que vão da tomada de consciência negativa, fase econômica em que o grupo toma consciência de sua homogeneidade e interesses próprios exclusivamente no plano das estruturas econômicas, sem questionar o sistema hegemônico estabelecido, à tomada de consciência positiva: essa fase é a da “clara passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas”³, isto é, o momento que Gramsci denominava, abstratamente, “catarse”; esta define-se, praticamente, como a fase “na qual as ideologias que germinaram anteriormente tornam-se “partido”, confrontam-se e entram em luta, até que uma única, ou ao menos uma só combinação entre elas, tende a prevalecer, impor-se, difundir-se por toda a área social, determinando, mais além da unicidade dos fins econômicos e políticos, a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões em torno das quais a luta se desenvolve não em plano corporativo, mas em plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”⁴.

1. *Ibid.*
2. *Mach.*, p. 45.
3. *Ibid.*
4. *Mach.*, p. 46.

O momento da “catarse” é, pois, aquele em que as ideologias de reflexo passivo da estrutura tornam-se parte integrante da superestrutura. Esfera da ideologia, a sociedade civil é o momento mediador entre estrutura e superestrutura.

A reconhecida primazia do momento superestrutural é assim, segundo N. Bobbio, aquela reconhecida ao momento ativo do bloco histórico, momento constitutivo, sem o qual esse bloco não existiria: “O momento ético-político domina o momento econômico através do reconhecimento de que o sujeito ativo da história faz da objetividade reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumento de ação e assim atingir o objetivo almejado”¹.

4. A INTERPRETAÇÃO ORTODOXA DA NOÇÃO DE BLOCO HISTÓRICO

Essa interpretação foi desenvolvida principalmente por J. Texier e L. Gruppi, em resposta à análise de Bobbio.

Apóia-se, em primeiro lugar, numa análise não-determinista dos escritos de Marx a esse respeito, essencialmente de *A ideologia alemã* e do prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*. Ora, em *A ideologia alemã*, assim como no prefácio, Marx afirma que “as ideologias vêm sempre depois das instituições, como uma espécie de reflexo, ...pelo fato de que são consideradas sob seu aspecto de justificação póstuma, mistificadas-mistificantes da dominação da classe”². Trata-se aí de uma concepção, aparentemente bastante determinista, das relações estrutura-superestrutura. Marx declara, entretanto, no prefácio à *Contribuição*, que é no plano das “formas ideológicas” que tomam os homens consciência do conflito entre forças produtivas e relações de produção, “e o levam até o fim”³.

A conciliação entre essas duas afirmações só é possível se não se atribuir um sentido mecanicista ao termo “reflexo”. É o que Jac-

1. *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I, p. 90. É preciso destacar que N. Bobbio justifica, igualmente, a primazia da superestrutura pela diferença conceitual que recobre o termo “sociedade civil” para Marx e Gramsci: “Se para Marx a sociedade civil identifica-se à estrutura, o deslocamento efetuado por Gramsci, do plano da estrutura ao da superestrutura, não pode deixar de exercer uma influência decisiva sobre a concepção gramscista das relações entre estrutura e superestrutura” (*op. cit.*, p. 88). Esse argumento não é determinante: afinal, como observa N. Bobbio, Gramsci refere-se a Hegel e não a Marx para elaborar esse conceito. A terminologia que Gramsci utiliza nos *Quaderni* é, por outro lado, bastante original (Estado, hegemonia etc.).

2. *Contribution à la critique de l'économie politique*, Editions Sociales, 1957, p. 11.

3. *Op. cit.*, p. 5.

ques Texier, particularmente, tenta fazer. Ele sublinha, em sua crítica a N. Bobbio, que “as relações sociais de produção são para Marx o momento ativo e histórico, o centro e fonte de toda a história, não o princípio motor”¹.

O reconhecimento por Gramsci do papel essencial do nível estrutural aparece, observa J. Texier, nas numerosas notas dos *Quaderni*, onde o prefácio à *Contribuição* é analisado minuciosamente. Evidencia-se em todas essas análises que o movimento histórico depende constantemente das condições estruturais. Essa primazia do momento estrutural é, entretanto, questionada por J. Texier em períodos de “revolução social”, isto é: quando as relações de produção tornam-se “irracionais”². Este é o caso, particularmente em período de crise orgânica do bloco histórico, onde a atividade no seio das superestruturas torna-se então decisiva, e especialmente a atividade política. Tal exceção não questiona a primazia geral da estrutura.

A interpretação clássica considera portanto que, para Gramsci, a estrutura sócio-econômica do bloco histórico permanece o momento determinante ao qual é necessário se referir, ainda que em “última análise”³.

5. A RELAÇÃO DIALÉTICA E ORGÂNICA ENTRE ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

É evidente que as interpretações que atribuem a primazia, seja ao momento estrutural, seja ao momento superestrutural do bloco histórico, são fundamentalmente opostas, mas que sua diferença essencial reside muito mais na interpretação de Marx que na de Gramsci.

Para alguns, Marx não interpretou mecanicamente as relações base-superestrutura e, inclusive, reconheceu nesta uma certa autonomia. A leitura de Marx – e particularmente textos comentados por Gramsci – revela, em todo o caso, que Marx atribui – como destaca justamente N. Bobbio – a primazia à estrutura sócio-econômica: é ela que desempenha o papel essencial, “que é o verdadeiro centro, o verdadeiro palco de toda a história”; ela desempenha o papel decisivo, enquanto a superestrutura política lhe é subordinada e a superestrutura ideológica é, por sua vez, dependente da superestrutura política. Ora, Gramsci não analisa essa relação

1. J. TEXIER, Gramsci, théoricien des superstructures, *La Pensée*, 1968, nº 139, p. 45.

2. *Op. cit.*, p. 47.

3. *Ibid.*

no seio do bloco histórico como uma relação entre dois elementos de importância desigual, e nisso difere de Marx: a superestrutura ético-política tem um papel de importância igual ao de sua base econômica, e não primordial, como afirma N. Bobbio, senão seria subestimar os limites orgânicos fixados para a ação da superestrutura.

Enfim, a relação entre esses dois momentos do bloco histórico é uma relação dialética entre dois momentos igualmente determinantes: o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura, que no início é apenas o seu reflexo; durante o período considerado, a superestrutura só poderá desenvolver-se e agir entre limites estruturais bem precisos: assim, a estrutura influi, constantemente sobre a atividade superestrutural. O momento ético-político desempenha de qualquer modo, em função dessa base, um papel motor. É ele que desenvolve a consciência de classe dos grupos sociais, que os organiza política e ideologicamente; no seio da superestrutura, então, desenrola-se o essencial do movimento histórico e a estrutura torna-se o instrumento da atividade superestrutural. A fraqueza ou importância desta última podem, inclusive, limitar a evolução da estrutura, seja mantendo o antigo bloco histórico, seja não superando o nível trade-unionista da correlação de forças.

Essa é a razão por que colocar a questão da primazia de um ou outro elemento do bloco histórico é um falso problema. Se considerarmos a articulação desse bloco, fica evidente que sua estrutura sócio-econômica é o seu elemento decisivo. Mas é não menos evidente que, em qualquer movimento histórico, é a nível das atividades superestruturais que se traduzem e resolvem as contradições surgidas na base. A relação entre esses dois elementos é, ao mesmo tempo, dialética e orgânica. Aliás, o próprio Gramsci alerta contra o erro que consiste em considerar separadamente esses dois elementos: o conceito de bloco histórico tem, justamente, objetivo de evitar esse erro: "A análise dessas afirmações serve, creio, para reforçar a concepção de bloco histórico em que as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma (essa distinção entre a forma e o conteúdo é puramente dialética): as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem a forma e as ideologias seriam pequenos caprichos individuais sem as forças materiais."¹

O caráter dialético e orgânico da relação entre a estrutura e a superestrutura do bloco histórico acarreta, pois, duas consequências:

- a natureza orgânica dessa relação permite delimitar o bloco histórico concreto;

1. *M.S.*, p. 49.

- a subestimação desse caráter orgânico acarreta graves erros políticos.

6. USO HISTÓRICO DA RELAÇÃO ESTRUTURA-SUPERESTRUTURA

O estudo da relação estrutura-superestrutura é essencial na análise de um período histórico determinado, já que permite delimitar o bloco histórico. Assim, em sua análise do *Risorgimento*, Gramsci mostra porque o Partido dos Moderados, e não o Partido de Ação, dirigiu a unificação do Estado italiano: os Moderados eram os representantes orgânicos da classe dirigente, enquanto o Partido de Ação não possuía verdadeira base social: "Os Moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, por isso sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas (e, de qualquer modo, segundo uma linha de desenvolvimento organicamente progressiva), enquanto o chamado Partido de Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações de seus órgãos dirigentes determinavam-se, em última análise, conforme os interesses dos Moderados"¹.

A questão essencial em tais análises é, mais uma vez, distinguir entre as atividades superestruturais as que são orgânicas e aquelas ocasionais; e isso em todos os tipos de situações, não somente nos períodos de crise, mas igualmente naqueles "em que se verifica um desenvolvimento progressivo ou de prosperidade e aqueles em que se verifica uma estagnação das forças produtivas"². Só uma análise das atividades superestruturais orgânicas permite estabelecer a articulação real do bloco histórico.

Tais precauções são ainda mais necessárias na prática política: "se o erro é grave na historiografia, é ainda maior na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a do presente e do futuro"³.

7. USO POLÍTICO DA RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

A afirmação de vínculo orgânico e unidade dialética entre estrutura e superestrutura tem por objetivo prático evitar dois riscos de erro: "O erro em que se incorre freqüentemente, nas análises histórico-políticas, consiste em não saber encontrar a justa relação en-

1. *R.*, pp. 69-70.

2. *Mach.*, p. 43.

3. *Mach.*, p. 43.

tre o que é orgânico e o que é ocasional: é resultado seja de se apresentar como imediatamente operantes causas que, pelo contrário, são operantes de maneira mediata, seja de se afirmar que as causas imediatas são as únicas eficientes; em um caso, temos excesso de “economicismo”, ou de “doutrinarismo” pedante; e no outro, excesso de “ideologicismo”; em um caso superestimam-se as causas mecânicas; exalta-se, no outro o elemento voluntarista e individual”¹.

Gramsci detém-se longamente, nos *Quaderni*, em tais tipos de erros, particularmente a respeito do economicismo.

O aspecto essencial do erro economicista reside em uma concepção mecanicista das relações entre estrutura e superestrutura, que considera esta última como um puro “reflexo”: “A pretensão de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura deve ser combatida teoricamente como um infantilismo primitivo”².

Tal erro pode ser evitado se a análise de qualquer período histórico for efetuada com certas “precauções”: “A superestrutura, particularmente a política, não é o simples reflexo da estrutura, mas das “tendências de desenvolvimento da estrutura”, tendências das quais não se pode dizer que se desenvolverão necessariamente”³.

Além disso, esse reflexo não é imediato, na medida em que os intelectuais são os intermediários necessários entre os dois momentos do bloco histórico. Enfim, uma concepção mecanicista poderia atribuir uma importância excessiva a cada iniciativa superestrutural, enquanto nem todas essas atividades são orgânicas.

Tal erro só poderá ser evitado, pois, analisando-se minuciosamente as atividades superestruturais e particularmente seu caráter orgânico ou não.

O economicismo leva a duas atitudes aparentemente opostas no plano político: o sindicalismo e o aventureirismo. No primeiro caso, a sociedade civil é assimilada à estrutura, o que resulta em limitar-se a uma política econômico-corporativa de tipo trade-unionista e politicamente à passividade, esperando que a evolução “natural” da estrutura leve a uma transformação da superestrutura-reflexo. No segundo caso, a superestrutura torna-se domínio do “irracional”, do arbitrário (no sentido bergsonianiano do “impulso vital”) e também da “espontaneidade”⁴, a fim de paliar a ausência de qualquer análise orgânica do bloco histórico. Esse economicismo

1. *Mach.*, pp. 42-43.

2. *M. S.*, p. 96.

3. *M. S.*, p. 97.

4. *Mach.*, p. 4.

aventureirista traduzir-se-á no sindicalismo revolucionário e no espontaneísmo no plano político¹.

Quanto ao segundo risco de erro, o ideologicismo, leva às mesmas conseqüências: assim, a negação do momento estrutural por B. Croce gera uma visão da história que se limita ao momento ético-político da superestrutura. Mais do que isso, a própria história limita-se a uma história das idéias, já que a política está excluída: os fatos sociais são imprevisíveis e qualquer organização dos homens – particularmente os partidos políticos – é “anti-histórica”. Cada problema deve ser resolvido isoladamente, nesse sentido, e “o oportunismo torna-se a única linha política possível”², o que conduz a uma posição política bastante moderada. Entretanto o ideologicismo, ao negar as realidades da estrutura, pode, por outro lado, conduzir igualmente à “exaltação do elemento voluntarista e individual”³. Aí encontramos, assim, as duas conseqüências do economicismo.

Realmente, o economicismo e o ideologicismo procedem do mesmo erro, o que explica que conduzam ao mesmo resultado e, inclusive, que possam completar-se: eles subestimam ou rejeitam a natureza orgânica do vínculo entre a estrutura e a superestrutura. O aspecto essencial da noção de bloco histórico não reside tanto na distinção entre estrutura e superestrutura – Gramsci limitou-se a retomar a análise marxista clássica – mas na natureza orgânica de suas relações: só devem ser consideradas as superestruturas historicamente necessárias à estrutura, isto é, que a tornam homogênea, que a organizam. Quanto à estrutura, ela não é imediatamente operante, mas constitui o instrumento da superestrutura. A análise da relação estrutura-superestrutura conduz praticamente à necessidade de não considerar essa relação como mecânica, mas ao contrário, de distinguir seu caráter orgânico.

A articulação do bloco histórico permite, pois, distinguir metodologicamente duas esferas complexas: a estrutura sócio-econômica e a superestrutura ideológica e política, cujo vínculo orgânico é assegurado por uma camada social diferenciada, os intelectuais. O papel essencial dessa camada aparece na análise dinâmica do bloco histórico, particularmente no exercício da hegemonia.

1. Sobre as tendências “espontaneístas” de Rosa Luxemburgo: *Mach.*, p. 65 e G. BADIA, Gramsci e Rosa Luxemburgo, *Nouvelle critique*, nº 30, janeiro de 1970, pp. 71-73.

2. *Mach.*, p. 5.

3. *Mach.*, p. 43.

CAPÍTULO III

HEGEMONIA E BLOCO HISTÓRICO

A análise do bloco histórico como relação entre dois movimentos dicotômicos (estrutura-superestrutura e sociedade civil política) mostra a importância da sociedade civil no seio do bloco histórico. Essa importância encontra-se na tradução histórica e política dessa noção: hegemonia.

Antes dos *Quaderni*, a noção de hegemonia não era praticamente utilizada na literatura marxista. Entretanto, é o próprio Gramsci quem recusa a paternidade desse conceito, embora frisando sua importância. Nesse sentido, os exegetas dos *Quaderni* tentaram vincular Gramsci aos teóricos marxistas, mas suas interpretações são muito divergentes. Mais além da exegese de Gramsci, é a de Lenin e Marx que gerou, mais uma vez, tais divergências. Convém, por isso, examinar a origem dessa noção de hegemonia antes de estudar os desenvolvimentos essenciais que Gramsci lhe consagra nos *Quaderni*.

1. O CONCEITO DE HEGEMONIA DE LENIN NOS "QUADERNI"

Diversas vezes vê Gramsci a origem dessa noção na obra e ação política de Lenin. Afirmar, nos *Quaderni*, que "o princípio teórico-prático da hegemonia... é a maior contribuição teórica de Ilitch (Lenin) à filosofia da *praxis*"¹. Tratar-se-ia, inclusive, do mais importante desenvolvimento do marxismo contemporâneo, pois "o momento da "hegemonia" ou da direção cultural era sistematicamente reavaliado, em oposição às concepções mecanicistas e fatalistas do economicismo. Assim, foi possível afirmar que a característica essencial da filosofia da *praxis* mais moderna consiste no conceito histórico-político de hegemonia"². Tal afirmação é tanto mais surpreendente na medida em que Lenin não utiliza, em sua obra, o

1. *M. S.*, p. 39.

2. *L. C.*, p. 616.

conceito de hegemonia e não insiste no aspecto “cultural” dessa hegemonia. O único texto de Lenin ao qual Gramsci se refere fala, aliás em “direção”¹. Entretanto é significativo, como sublinhou L. Gruppi diversas vezes², que, quando Gramsci se refere – a respeito de Lenin – à hegemonia, concebe realmente a ditadura do proletariado. Tal interpretação parece tanto mais verdadeira quanto o próprio Gramsci, em seu ensaio sobre a *Questão meridional*, mostra o vínculo entre essas duas noções: “Os comunistas turineses haviam colocado concretamente a questão da “hegemonia” do proletariado, isto é: da base social da ditadura do proletariado e do Estado operário. O proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permitirá mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora, o que significa na Itália, nas relações de classes reais lá existentes, na medida em que ele consiga obter o consentimento das massas camponesas”³.

Ch. Riechers⁴ e N. Bobbio⁵ revelaram, aliás, que essa interpretação foi igualmente sustentada por Stalin, que qualificou como principal contribuição de Lenin esse conceito de hegemonia, definindo-o em termos muito próximos dos de Gramsci: “Marx e Engels esboçaram, em grandes linhas a idéia de hegemonia do proletariado. A contribuição de Lenin reside no fato de que ele desenvolveu esse esboço, transformando-o em um sistema completo de direção das massas trabalhadoras na cidade e no campo pelo proletariado, não somente para a derrubada do czarismo e do capitalismo, mas igualmente para a construção do socialismo sob a ditadura do proletariado”⁶.

Gramsci e Stalin parecem, pois, considerar que o conceito leninista de hegemonia é próximo do de ditadura do proletariado, esboçado nos escritos de Marx (*A guerra civil na França*, Carta a Weydemeyer de 5 de março de 1852) e de Engels (Prefácio de 1851 à *Guerra civil* de Marx), e consideravelmente desenvolvido por Lenin na teoria e na prática política.

Entretanto, a leitura do texto de *Alcuni temi*, acima citado, mostra que Gramsci distingue hegemonia e ditadura do proletariado. Esta é, ao mesmo tempo, a “direção” e a “dominação” da so-

1. *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática.*

2. Particularmente no artigo: Lenin e il concetto di egemonia, *Critica marxista*, nº 4, 1970, pp. 206-220.

3. *C.P.C.*, pp. 139-140.

4. Ch. RIECHERS, A. GRAMSCI, *Marxismus in Italien*, Frankfurt-am-Main, Europäische Verlaganstalt, 1970, p. 191.

5. *Op. cit.*, p. 94.

6. Citado in Ch. RIECHERS, *op. cit.*, p. 191.

cidade, isto é, o controle das sociedades civil e política. Tal resultado só pode ser obtido se a classe operária alarga a “base social” de direção, graças a um “sistema de alianças” com outras classes subalternas – no caso, o campesinato, do qual terá obtido o “consentimento”. Essa análise já contém toda a riqueza da concepção gramscista de hegemonia desenvolvida nos *Quaderni* e permite, pois apreciar respectivamente a continuidade leninista e a contribuição gramscista.

Analisando o conceito de hegemonia na obra de Lenin, L. Gruppi tentou mostrar o vínculo estreito com os estudos de Gramsci¹. Tal aproximação deve ser efetuada prudentemente. Quatro aspectos essenciais podem, porém, ser destacados:

O primeiro e o mais importante consiste na base de classe da hegemonia. Lenin insistiu vigorosamente sobre esse aspecto, mas sem limitá-lo à ditadura do proletariado: “Todas as “formas de governo” transitórias em um regime capitalista são apenas variedades do Estado burguês, isto é, da ditadura da burguesia”². Essa insistência em demonstrar o caráter de classe da direção política e ideológica explica-se pelas tendências da IIª Internacional – combatidas por Lenin – em abandonar a análise marxista do Estado e, particularmente, sua base de classe.

Entretanto, nesse retorno a Marx, Lenin é profundamente influenciado pelas condições da luta dos bolcheviques na Rússia czarista. A “ditadura” da burguesia e a do proletariado caracterizam-se essencialmente pela coerção, pela violência. E essa análise é invariável, mesmo no caso das “democracias burguesas”: “Quanto mais desenvolvida é a democracia, mais está próxima, em caso de divergência profunda e perigosa para a burguesia, do massacre ou da guerra civil”³.

Ora, se Gramsci não subestima o aspecto coercitivo dessa democracia, na medida em que insiste no caráter determinante do momento político-militar na análise da correlação de forças, não se limita a isso, particularmente no estudo das “democracias burguesas”. O estudo gramscista da sociedade civil e da hegemonia tem por objetivo justamente sublinhar a importância da direção cultural e ideológica; mas Gramsci aqui completa Lenin, lembrando a base de classe de tal direção: “Se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, de ter seu fundamento na função

1. No artigo acima citado. L. GRUPPI, *Lenin e il concetto di egemonia*. Sobre a questão, ver igualmente G. LUKACS, *Lênin*, Paris, E.D.I., 1965, p. 128.

2. Lenin, *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Ed. Moscou, *Obras Completas*, t. 28, p. 246.

3. A revolução proletária e o renegado Kautsky, *op. cit.*, p. 44.

decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo essencial da atividade econômica" ¹. Essa contribuição gramscista é tanto mais importante na medida em que responde melhor às deformações da IIª Internacional, cujos teóricos eram todos originários de países onde a sociedade civil era muito desenvolvida. Mostrando que o Estado não é apenas a sociedade política, mas a combinação sociedade civil-sociedade política, e insistindo na base de classe desse Estado, Gramsci desenvolve consideravelmente a análise de Lenin.

O segundo ponto comum entre Lenin e Gramsci é a organização intelectual da hegemonia. A análise e a concepção leninista do partido foram inteiramente retomadas por Gramsci, mesmo se este insiste mais sobre seu aspecto educativo.

O terceiro aspecto, comum na concepção de hegemonia, reside na sua "base social", isto é, na necessidade de a classe fundamental apoiar-se em grupos aliados: para a classe operária, seria essencialmente o campesinato. Tal necessidade é considerada por Lenin, particularmente em *Duas táticas da social-democracia*, e depois sistematizada pela IIIª Internacional na palavra de ordem do "bloco operário-camponês". Tal análise coincide com a de Gramsci em *Alcuni temi della questione meridionale*, confluência perfeita das diretrizes da Internacional e da análise gramscista do *Mezzogiorno*.

O quarto ponto comum consiste na análise da correlação de forças no seio do sistema hegemônico. E é assim que, em *Duas táticas da social-democracia* (1905), a análise da revolução burguesa na Rússia conflui com a do papel do Partido de Ação, durante o *Risorgimento*, por Gramsci. Lenin combate em *Duas táticas*, a análise menchevique da revolução burguesa a nível da organização do sistema hegemônico: o problema é, então, o de saber se na "revolução democrática" da burguesia a classe operária russa deve desempenhar um papel auxiliar puramente passivo, ou se deve participar da direção política e impulsionar uma extensão da base social da revolução, particularmente através da inclusão das massas camponesas: quanto mais ampla a base da hegemonia, mais importante é o papel da classe operária no seio do sistema hegemônico, forçando a burguesia a superar sua meta inicial e preparando, desde já, o futuro sistema hegemônico classe operária-campesinato. Essa análise é retomada por Gramsci a respeito do papel negativo do Partido de Ação durante o *Risorgimento*: nessa época, ele representa as forças mais progressistas do bloco urbano (pequena-burguesia urbana, operários). Como não tentou incluir na base social da hegemonia as

massas camponesas, o Partido de Ação reduziu consideravelmente o caráter hegemônico da direção da burguesia italiana e limitou seu próprio papel, bem como o das forças que ele representava, a uma posição secundária.

O conceito gramscista de hegemonia está, pois, bastante próximo do de Lenin. Entretanto, ambos divergem em um ponto capital: a preeminência da direção cultural e ideológica. Lenin, em seus escritos sobre a hegemonia, insiste sobre seu aspecto puramente político: o problema essencial para ele é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política, porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil; assim, desta ele só retém o aspecto político. E com maior razão na medida em que, como vimos, a sociedade civil é muito débil na Rússia.

Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. A análise leninista é exatamente inversa. Visando atenuar essa diferença, Gramsci sublinha que Lenin, segundo ele, havia pressentido tal oposição, vinculada à importância variável da sociedade civil segundo cada país. Entretanto, note-se que essa diferença não se limita à conquista do poder, mas à concepção do Estado: a concepção gramscista da "sociedade regulada", a condenação a qualquer "estadolatria" mostra o caráter hegemônico da concepção gramscista da ditadura do proletariado: esta é concebida como a direção ideológica (hegemonia, sociedade civil) e a dominação político-militar (ditadura, sociedade política) da classe operária.

Os dois aspectos essenciais da concepção gramscista da hegemonia residem, nesse sentido, na oposição entre essa noção e a de ditadura e na base social dessa hegemonia.

2. HEGEMONIA E BLOCO IDEOLÓGICO

O aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais: "Os intelectuais da classe historicamente (e de um ponto de vista realista) progressista, em determinadas condições, exercem tal poder de atração que terminam, em última análise, subordinando a si os inte-

1. Mach., p. 31.

lectuais dos outros grupos sociais, criando, conseqüentemente, um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais, com laços de ordem psicológica (vaidade etc.), e freqüentemente de casta (técnico-jurídico, corporativo etc.)”¹. Essa atração leva à criação de um “bloco ideológico” – ou intelectual – que vincula as camadas de intelectuais aos representantes da classe dirigente.

Como sublinha Gramsci, tomando o exemplo do *Risorgimento*, a primazia econômica da classe fundamental é uma condição necessária, mas não suficiente, para a formação de um bloco ideológico: é preciso que a classe dirigente tenha uma verdadeira “política” para os intelectuais: “A hegemonia de um centro diretor sobre os intelectuais afirma-se através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia que ofereçam aos aderentes uma “dignidade” intelectual que crie um princípio de distinção e um elemento de luta contra as velhas ideologias que dominam pela coerção; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interessem e proporcionem atividade própria, no domínio técnico, a essa fração dos intelectuais, que é a mais homogênea e numerosa (os educadores, do mestre-escola aos professores universitários)”².

Comparando as políticas respectivas do Partido dos Moderados e do Partido de Ação com respeito aos intelectuais, Gramsci demonstra que só os primeiros ofereceram uma alternativa ao antigo sistema: enquanto os líderes republicanos – e particularmente Mazzini – não ultrapassam o nível da “falação” messiânica, os Piemonteses – com Gioberti à cabeça – apresentam uma filosofia nova e nacional. Opondo-se à escolástica jesuíta e pregando um sistema mais liberal, os Piemonteses conseguem, no plano pedagógico, a adesão dos educadores laicos e mesmo do clero hostil aos jesuítas³. Essa tomada de posição teórica faz-se acompanhar de uma imensa atividade organizativa: congressos de intelectuais – e sobretudo de grandes intelectuais, que orientam os intelectuais subalternos jogando com o espírito de casta –, controle das revistas, atração da organização política etc.

O processo descrito por Gramsci é, na verdade, o da formação e desenvolvimento da sociedade civil: elaboração da ideologia (particularmente em seu nível superior: a filosofia), da estrutura e do material ideológico. Na elaboração dessa nova sociedade civil, os representantes da classe fundamental apelam para os outros intelectuais, para os representantes de outras camadas sociais.

1. R., p. 71.

2. R., p. 105.

3. R., p. 104.

A conseqüência dessa atração é anular as tentativas de sobrevivência dos grupos rivais e da antiga classe dirigente. Tal fenômeno é particularmente evidente no plano político: a expansão ideológica dos Moderados durante o *Risorgimento* acarretou o enfraquecimento do “partido” da Igreja: o movimento católico-liberal reunindo uma fração importante dos católicos no partido piemontês e isolou o papa; assim, também a ausência de autonomia ideológica e estratégica do Partido de Ação transforma-o em um apêndice dos Moderados, em sua ala “esquerda”.

O bloco ideológico é fator de hegemonia sob um duplo aspecto, num sistema realmente hegemônico: por um lado em seu próprio seio, na medida em que os representantes da classe dirigente orientem os de outros grupos sociais e sobretudo, por outro lado, a nível do bloco histórico, permitindo à classe dirigente controlar, por intermédio do bloco ideológico, outras camadas sociais. A conseqüência desse duplo papel do bloco ideológico é que sua desagregação separa tanto os intelectuais da classe dirigente, quanto os grupos que representam. Gramsci compreendeu bem isso e, antes dos *Quaderni*, a tarefa primordial da classe operária italiana e de seu partido, que ele coloca em *Alcuni Temi*, é determinar uma cisão à esquerda do bloco intelectual meridional, a fim de desagregar o “bloco agrário” do *Mezzogiorno*.

A desagregação do bloco ideológico substitui a atração “espontânea” pela “força”, de forma mais ou menos nebulosa e indireta, “até as medidas policiais puras e simples e os golpes de Estado”¹. Se o desenvolvimento e a homogeneidade do bloco ideológico são as principais provas da hegemonia do grupo dirigente, seu esboroamento e a utilização da força são os sinais da debilitação da hegemonia e da passagem à ditadura.

3. HEGEMONIA E DITADURA

O estudo do papel e das relações entre estrutura, sociedade civil e sociedade política no seio do bloco histórico levaram a afirmar o caráter essencial da dicotomia estrutura-sociedade civil. Essa primazia traduz-se, na prática, pela noção de hegemonia: “O nível da sociedade civil corresponde à função de “hegemonia” que o grupo dirigente exerce em toda a sociedade”². Em tal sistema, a classe fundamental ao nível estrutural dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle da sociedade civil; esse controle caracteriza-se, particularmente, pela difusão de sua concepção de

1. R., p. 72.

2. L., p. 9.

mundo junto aos grupos sociais, tornando-se assim “senso comum”, e pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil.

Esse controle ideológico dos outros grupos tem por consequência enfraquecer o papel da sociedade política e, assim, da coerção. É nessa medida que a hegemonia é qualificada por Gramsci de “democrática”¹. A sociedade política reduz-se, deste modo, a um papel auxiliar e inclusive tende a integrar-se parcialmente à sociedade civil. Gramsci fornece, dois exemplos:

- o fenômeno da opinião pública, que é um “ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política”, a classe dirigente utilizando a sociedade civil para um resultado político determinado;
- a divisão de poderes, que é efetivamente uma predominância da sociedade civil sobre a sociedade política e traduz-se pelo caráter ambivalente de certos órgãos, particularmente o parlamento.

Gramsci utiliza o termo “hegemonia política”, para exprimir, em tais situações, o peso da sociedade civil sobre a sociedade política. É preciso, pois, distinguir a hegemonia, que traduz a primazia ideológica e econômica de uma classe e prolonga-se, normalmente, através da hegemonia política, da ditadura.

Gramsci utiliza o termo ditadura ou dominação para definir a situação de um grupo social não hegemônico, que domina a sociedade exclusivamente através da coerção, graças à detenção do aparelho de Estado. Esse grupo não detém – ou não mais – a direção ideológica; tal situação ocorre em dois casos, que são casos de crise do bloco histórico:

- uma classe que detinha a hegemonia no seio do bloco histórico perde-a em favor de um novo sistema hegemônico e só se mantém pela força: é fenômeno fascista;
- uma classe que aspira à hegemonia apropria-se do aparelho de Estado: é a Revolução Russa de 1917.

Essas situações só podem ser intermediárias enquanto se edifica um sistema hegemônico: o período de primazia da sociedade política, ou ditadura, é um período transitório entre dois períodos hegemônicos; mas não cabe por isso subestimá-lo, pois a classe que detém a primazia pode aproveitar para dizimar os quadros da sociedade civil de seus adversários: foi o que fez a pequena-burguesia durante o período fascista, decapitando os quadros liberais e revolucionários.

1. *Mach.*, p. 160.

As relações entre hegemonia e ditadura são, na prática, menos esquemáticas: como a sociedade civil e a sociedade política no seio da superestrutura, a hegemonia e a ditadura não são totalmente separadas. A classe dirigente, mesmo em um sistema hegemônico, não dirige toda a sociedade, mas somente classes auxiliares e aliadas que lhe servem de base social e usa a força para com as classes opositoras: a hegemonia jamais é total e um mesmo grupo pode ser ao mesmo tempo dirigente e dominante: “Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que ele tende a “liquidar” ou a submeter pela forças das armas, e dirigente dos grupos vizinhos e aliados. Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente desde antes da conquista do poder governamental (é uma das condições principais para a própria conquista do poder). Depois, quando exerce o poder, e mesmo se o detém com firmeza, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente”¹.

Mesmo se a hegemonia e a ditadura podem ser combinadas, seu caráter permanece, entretanto, bem delimitado: face à hegemonia, onde domina a sociedade civil, a ditadura representa o uso da sociedade política.

4. HEGEMONIA E TRANSFORMISMO

A distinção hegemonia-ditadura nem sempre é esquemática. Se um aspecto essencial de um sistema hegemônico coerente consiste na edificação de um poderoso “bloco ideológico”, tal bloco pode igualmente ser utilizado pela classe fundamental, de tal modo que sua função não seja dirigente e sim dominante. Tal situação ocorre em caso de “transformismo”, isto é, quando a classe dirigente agrega em torno de si os intelectuais dos outros grupos sociais para decapitar sua direção política e ideológica.

Gramsci mostra na história italiana contemporânea – isto é, desde 1815 – um perfeito exemplo desse fenômeno: “Se estudarmos a história italiana de 1815 a nossos dias, veremos que um pequeno grupo dirigente logrou absorver metodicamente em seu seio o pessoal político que os movimentos de massa, de origem subversiva, suscitavam”². Considerando a importância recíproca do Partido dos Moderados (Cavour) e do Partido de Ação (Mazzini, Garibaldi) na formação da unidade do Estado italiano, Gramsci mostra que, na verdade, o Partido de Ação sempre sofreu a influência do Partido dos Moderados, devido à inexistência de uma base social real que lhe fosse organicamente vinculada. A consequência foi que

1. *R.*, p. 70.

2. *L.C.*, p. 633.

mesmo antes da conquista do poder os Moderados já controlavam a oposição.

Implantou-se nesse quadro a estratégia da burguesia italiana, que, ao contrário da burguesia francesa, recusou apoiar nas camadas populares contra a aristocracia, preferindo conciliar com esta última. O resultado dessa dupla atitude foi o fenômeno por Gramsci qualificado de "revolução passiva", consistindo na tomada do poder pela burguesia com a neutralização das outras camadas sociais.

A burguesia italiana do *Risorgimento* – e seus representantes do Partido dos Moderados – recusou-se, pois, a cumprir uma função dirigente, ou seja, exercer a hegemonia apoiando-se em uma base social popular: "O "dirigente" pressupõe o "dirigido" e quem era dirigido por esse grupos? Esses grupos não queriam dirigir ninguém, isto é, não queriam estabelecer um acordo entre seus interesses e aspirações e os interesses e aspirações dos outros grupos"¹. Devido a essa recusa em exercer a hegemonia, a burguesia italiana foi obrigada a paliar essas dificuldades recorrendo a dois procedimentos: por um lado, utilizando o Estado do Piemonte como "pessoal dirigente"; por outro lado, decapitando as classes subalternas de seus representantes.

Ali onde a burguesia francesa havia apelado para as classes subalternas, a burguesia italiana utilizou o Piemonte: na medida em que nenhum grupo burguês local aspirava à hegemonia em seu setor, nem se decidia à unificação nacional da burguesia como classe homogênea, esta decidiu dirigir a Itália confiando a dominação política ao Estado piemontês que, a partir de anexações, tornar-se-ia o Estado Italiano; os grupos locais da burguesia "queriam fazer dominar não sua pessoa, mas seus interesses, isto é: queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso ou condição, se tornasse o árbitro da nação: essa força foi o Piemonte, e daí a função da monarquia"². A burguesia, entretanto, mantinha o controle do Estado, principalmente devido ao seu vínculo estreito com os intelectuais, que compunham a classe política.

O Estado piemontês atuou dessa maneira como um verdadeiro partido político e, em suma, transformou-se, por assim dizer, em partido político, agregando em torno de si aqueles que se reconheciam nos Moderados, isto é: a burguesia local e seus intelectuais. Não somente a burguesia italiana não apelou para as outras classes, como inclusive a unificação da Itália pelo Estado piemontês permitiu unificar a burguesia ao mesmo tempo que o Estado italiano: "A

1. *R.*, p. 106.
2. *Ibid.*

hegemonia é fruto da ação de uma parte do grupo social sobre o grupo inteiro, e não deste sobre outras forças para reforçar o movimento, radicalizá-lo etc., como no modelo jacobino"¹. A burguesia italiana obteve, pois, uma vitória importante dirigindo a Itália sem compromisso com outras camadas sociais subalternas, sem exercer uma verdadeira hegemonia: "É um dos casos em que encontramos a função de dominação e não de direção: ditadura sem hegemonia"².

Gramsci compara o processo de unificação da Itália ao da Alemanha: enquanto na Itália a burguesia controla indiretamente o Estado, a burguesia alemã contentou-se com a direção industrial e econômica do país, confiando ao Estado prussiano e, assim, à casta feudal que o dirigia o exercício da dominação: "As velhas classes permanecem como camada governamental do Estado político, com importantes privilégios corporativos no exército, na administração e sobre terras"³. As castas feudais tornaram-se, assim, "os intelectuais da burguesia, com um temperamento determinado, dado pela sua origem de casta e pela tradição"⁴.

A situação italiana foi, pois, intermediária entre a da França e a da Alemanha. Entretanto, a escolha efetuada pela burguesia italiana para apoderar-se do poder mostra, através da recusa de qualquer compromisso com as classes subalternas, sua vontade de optar por uma dominação pura, o que Gramsci chama de ditadura. Tal opção foi mantida, afirma Gramsci, depois de 1870, apesar do regime parlamentarista oficial, por meio do "transformismo".

O "transformismo" consistiu na agregação dos intelectuais das classes subalternas à classe política, para decapitar a direção desses grupos: "Pode-se dizer que toda a vida do Estado italiano desde 1848 caracteriza-se pelo transformismo, isto é, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais vasta, no quadro fixado pelos Moderados após 1848, com a absorção gradual, contínua, obtida por métodos desigualmente eficazes, elementos ativos vindos de grupos aliados e, inclusive, grupos adversos que pareciam ser inimigos irreconciliáveis"⁵.

Apesar desse qualificativo, o transformismo é um processo orgânico: traduz a política da classe dominante que recusa qualquer compromisso com as classes subalternas e assim atrai seus chefes políticos para agregá-los à sua classe política. Até o final do século

1. *R.*, p. 107.
2. *Ibid.*
3. *R.*, p. 88.
4. *Ibid.*
5. *R.*, p. 70.

XIX, esse transformismo permanece bastante primitivo: é o “transformismo molecular, isto é, as personalidades políticas originárias dos partidos democráticos de oposição incorporam-se gradualmente à classe política conservadora-moderada”¹. Tal política traduz-se, no plano parlamentar, pela ausência de maioria em favor de uma clientela.

Após esse primeiro período, a política transformista da classe dirigente assume uma nova dimensão: após 1900, formações políticas inteiras aderem à classe política conservadora e isso apesar das dificuldades crescentes enfrentadas pela burguesia, diante do despertar das classes subalternas. Esse transformismo efetua-se de diversas maneiras: a mais simples será a criação de novos partidos políticos encarregados de acolher os trânsfugas. Gramsci sublinha o caso do partido nacionalista, “formado de grupos de ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina em um primeiro momento na época da guerra líbia e, em um segundo momento, na época do intervencionismo”². Porém, o processo mais eficaz consiste na absorção ideológica: é particularmente a obra de Croce, que por sua hegemonia ideológica sobre os intelectuais italianos pode ser considerado como “a mais poderosa máquina para “conformar” as forças novas aos interesses vitais do grupo dominante”³. Essa importância do papel de B. Croce, e em geral dos grandes intelectuais, já havia sido sublinhada em *Alcuni temi della questione meridionale*: ela leva, por exemplo, a reintegrar no bloco ideológico os intelectuais meridionais em ruptura com o clero – sociedade civil do *Mezzogiorno*; mas, nesse mesmo ensaio, Gramsci sublinha o segundo aspecto, essencial, dessa reabsorção: a separação entre esses intelectuais e as classes subalternas: “B. Croce separou os intelectuais meridionais radicais das massas camponesas, fazendo-os participar da cultura nacional e europeia, e, através dessa cultura, fez com que fossem absorvidos pela burguesia nacional”⁴.

Essa política de decapitação intelectual das classes subalternas estende-se, pois, a todas as camadas intelectuais. O transformismo é seu aspecto parlamentar e “oficial”. O bloco ideológico constituído em torno da classe fundamental é, na Itália, no final das contas, um bloco ideológico negativo, cujo objetivo é prevenir qualquer veiledade de emancipação dos grupos sociais adversos. Gramsci o opõe ao caso da França, onde a política de integração das classes, senão

1. R., p. 157.

2. *Ibid.*

3. L.C., p. 633.

4. C.P.C., p. 156.

subalternas pelo menos auxiliares, graças à ação dos intelectuais consolidou, no século XIX, a hegemonia da burguesia. Mas esta, na França, aliou-se às classes subalternas contra a aristocracia, enquanto a burguesia italiana conciliou com a aristocracia e neutralizou as massas populares.

O estudo do transformismo é, assim, de grande interesse e Gramsci fez essa observação em sua análise do *Risorgimento*, pois ele permite mostrar a complexidade das relações entre a hegemonia e a ditadura.

Efetivamente, a absorção dos intelectuais dos outros grupos sociais não teve na Itália o objetivo de ampliar a base social da burguesia, assegurando-lhe um apoio popular; pelo contrário, seu objetivo foi inverso: perpetuar a dominação, impedindo sistematicamente a formação da elite dos grupos adversários. Essa política era um prolongamento direto da estratégia adotada pela burguesia italiana, que se recusava “a qualquer reforma orgânica que substituisse uma “hegemonia” por uma pura “dominação” ditatorial”¹. O transformismo torna-se assim um meio de a classe fundamental evitar os inconvenientes da hegemonia conservando, porém, suas vantagens: os métodos da hegemonia são utilizados em proveito da ditadura: em lugar de uma primazia da hegemonia sobre a ditadura, produz-se o inverso: a ditadura não é a simples e primitiva utilização da coerção, mas a decapitação pacífica dos grupos inimigos; a hegemonia limita-se ao nível da superestrutura: hegemonia dos intelectuais da classe dominante sobre os dos outros grupos sociais, que leva à dominação da classe fundamental sobre as outras classes: “A direção política tornou-se um aspecto da função de dominação, na medida em que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes por um tempo mais ou menos longo”².

A ditadura, dentro de tal estratégia não é mais uma situação transitória: não se apóia apenas sobre a sociedade política. Gramsci utiliza por isso o termo dominação, mostrando assim que a sociedade política utiliza a sociedade civil.

Podemos considerar, ao final desse exame do transformismo, que duas situações duráveis são historicamente possíveis:

- a hegemonia, onde a sociedade civil prima sobre a sociedade política, onde a classe fundamental é mais dirigente do que dominante e, assim, utiliza o bloco ideológico dos intelectuais para controlar grupos auxiliares, pronta a levar em conta os interesses próprios desses grupos;

1. R., p. 157.

2. R., p. 70.

- a dominação, onde a sociedade política toma a dianteira em relação à sociedade civil e utiliza o bloco ideológico para neutralizar as outras classes, abstendo-se de qualquer compromisso com estas. Nesse segundo caso, a dominação da classe fundamental é mais difícil, pois ela não se apóia sobre uma base social ampla, mas sobre uma coerção "inteligente", expondo-se a uma eventual coalizão hostil.

Gramsci opõe a esses dois casos as situações transitórias da hegemonia e da ditadura pura e simples: hegemonia antes da tomada do poder, quando a classe dominante optou por uma política de aliança, e ditadura quando essa classe perde o controle da sociedade civil.

5. HEGEMONIA E BLOCO HISTÓRICO

A análise do papel do Piemonte na formação da unidade italiana, tal como aparece nas notas dos *Quaderni*, dedicadas ao *Risorgimento*, é de importância essencial para a compreensão da natureza real da hegemonia e suas relações com o bloco histórico. Não se deve, com efeito, esquecer duas premissas obrigatórias em um tal estudo:

- por um lado, a base de classe de qualquer hegemonia: esta se deve a uma classe fundamental e essa classe é fundamental durante todo o período histórico considerado. O que significa que, em qualquer estudo nacional, a classe dirigente deve ser igualmente considerada sob um ponto de vista internacional: em 1848, sublinha Gramsci, é a burguesia européia que se torna ou tenta tornar-se classe dirigente ou dominante;

- por outro lado, sendo um bloco histórico uma situação histórica determinada, a análise poderá referir-se a uma situação local e historicamente reduzida ou extensa: assim, a maior parte da análise gramscista do *Risorgimento* situa-se a nível da Itália, considerada como bloco histórico nacional; mas, para aprofundar essa análise, Gramsci estuda igualmente a evolução da Europa na mesma época, considerando aí o bloco histórico europeu: "Se uma história da Europa pode ser escrita como formação de um bloco histórico, ela não pode excluir a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, que são as premissas econômico-jurídicas do bloco histórico europeu, o momento da força e da luta"¹. Concretamente, esse estudo do papel da classe fundamental e de seu papel histórico a nível interna-

1. L.C., p. 619.

cional permitirá uma melhor compreensão de sua estratégia a nível nacional.

Assim, a respeito do papel unificador e hegemônico do Piemonte, Gramsci sublinha a importância da função hegemônica do Estado, onde já se constituiu um bloco histórico sob a direção da classe fundamental; a Revolução Francesa constitui, pois, um verdadeiro catalisador das burguesias européias. Esse é particularmente o caso da Itália, onde "o espírito jacobino está certamente vinculado à hegemonia exercida durante longo tempo pela França na Europa"¹. Esse papel hegemônico da burguesia francesa no plano ideológico e cultural é acentuado pelo fato de que a França é o único país dirigido pela burguesia e que, por outro lado, essa direção é um verdadeiro "modelo" para as burguesias nacionais: nenhum compromisso com a antiga classe dirigente, mas uma luta completa graças à hegemonia sobre as outras camadas sociais, uma organização política centralizada - os Jacobinos -, uma estratégia de "revolução permanente" etc.; de 1789 a 1848, a França identifica-se com a revolução burguesa; comparando o papel da França na Europa ao do Piemonte na Itália, Gramsci afirma: "A França, após 1789, e durante vários anos - até o golpe de Estado de Luís Napoleão - foi, nesse sentido, o Piemonte na Europa"².

Essa análise de Gramsci não se limita, enfim, apenas à burguesia, mas vale para qualquer classe fundamental. É assim que, tanto em seus artigos de *Ordine Nuovo*, como nos *Quaderni*, encontra-se a mesma afirmação, dessa vez a respeito da Rússia: a tomada do poder pela nova classe fundamental - o proletariado - faz dela o modelo que a classe operária italiana deve imitar para a conquista do Estado. A identificação que Gramsci assinalava entre a França e a Revolução de 1789 encontra-se, em seus escritos, entre a Rússia e a Revolução de 1917: essa continuidade explica em larga medida as numerosas comparações entre Jacobinos e bolcheviques, a hegemonia da burguesia francesa e a do proletariado russo, os princípios estratégicos etc.

A análise pode, porém, reduzir-se igualmente ao nível local: assim Gramsci, examinando o papel dos Jacobinos durante a Revolução Francesa, mostra que a burguesia consegue estabelecer solidamente sua hegemonia em Paris sobre os outros grupos urbanos, formando aí um "bloco urbano", isto é, um bloco histórico local, através do qual exerce sua hegemonia sobre o resto do país e forma um bloco histórico nacional. Podemos citar igualmente o estudo do

1. R., p. 89.

2. R., p. 106.

“bloco urbano” que Giolitti tenta criar entre a burguesia e a classe operária da Itália do Norte para impor sua hegemonia à Itália meridional, o bloco “rural” do *Mezzogiorno* etc.

Gramsci mostra, pois, que se a hegemonia de uma classe fundamental é a base da edificação do bloco histórico, um bloco histórico localmente determinado pode ser a base da hegemonia dessa classe: a formação do bloco histórico italiano sob a dominação da burguesia foi facilitada pela força hegemônica da burguesia sobre toda a Europa na mesma época, e pela prévia formação de um bloco histórico local estreitamente dirigido pela burguesia, no Piemonte.

Alguns exegetas de Gramsci¹ concluíram um pouco rapidamente ao utilizar o termo “bloco histórico dominante”, o que constitui um grave erro de interpretação: dentro de tal ótica, o “bloco histórico dominante” qualifica o sistema hegemônico da classe dirigente, isto é, sua direção de grupos auxiliares aos quais se opõe o futuro “novo bloco histórico”, o sistema hegemônico que reuniria as classes subalternas. Tal deformação revela uma incompreensão da noção de bloco histórico. Este reúne o conjunto da estrutura e da superestrutura, portanto as classes subalternas e o sistema hegemônico.

O único caso de bloco histórico “dominante” é aquele considerado anteriormente, o de um bloco histórico local que permite realizar a hegemonia a nível nacional.

Tal erro de interpretação não é, por sinal, a única deformação sofrida pela concepção gramscista da hegemonia, conforme se evidencia no estudo da base social da hegemonia.

6. HEGEMONIA E ALIANÇA DE CLASSES

O fato de alguns exegetas de Gramsci deformarem a noção de hegemonia levou certas pessoas a confundir essa noção com a de aliança de classes. Dois exemplos podem ilustrar essas deformações.

– Em seu estudo sobre *La pensée politique de Gramsci*, J.-M. Piotte retomou a análise gramscista do *Risorgimento*, adaptando-a às relações proletariado-campesinato em 1920². Estudando as relações cidade-campo durante esse período, Gramsci mostrou qual deveria ter sido a atitude das “forças urbanas” – isto é, da burguesia, da pequena-burguesia urbana e do proletariado, ainda numerica-

1. Por exemplo: G. NAPOLITANO, Il nuovo blocco storico nell'elaborazione di Gramsci e del P.C.I., in *Rinascita*, nº 12, 20 de março de 1970, p. 5-6; L. GRUPPI, Il concetto di egemonia, in *Prassi rivoluzionaria e storicismo in Gramsci*, p. 87.
2. J.-M. PIOTTE, *op. cit.*, p. 155.

mente muito débil – para imitar o exemplo dos Jacobinos na França, que conseguiram reunir o campesinato francês ao bloco urbano de Paris. Contrariamente à interpretação de J.-M. Piotte, para tais forças não se tratava absolutamente de formar um “bloco operário-camponês”, o que teria sido absurdo em 1848-1870, mas de obrigar a burguesia italiana a cumprir um papel verdadeiramente hegemônico, face às outras camadas sociais, contra a aristocracia italiana e estrangeira. As forças urbanas do *Mezzogiorno*, fração das forças urbanas italianas, fortalecidas pelo poder destas no Norte, deviam, para isso, arrancar das mãos da aristocracia fundiária a direção do campesinato meridional. A hegemonia desejada era, pois, a das forças urbanas italianas, cujo poder variava de acordo com as regiões. As forças urbanas do Sul não podiam, de forma alguma, atuar como “elemento de ligação”¹ entre duas classes sociais, mas deviam conseguir no Sul o que havia sido conseguido no Norte: não é a uma classe que cabe cumprir esse papel, mas aos intelectuais do grupo dirigente, por intermédio do bloco ideológico².

Tal interpretação é mais nefasta na medida em que pode levar ao erro teórico que a noção de hegemonia justamente permite combater: o economicismo. Efetivamente, ao declarar que o bloco histórico é uma aliança de classes, em que uma delas cumpre o papel de elemento de coesão junto às demais, estamos raciocinando unicamente ao nível estrutural. Assim, em seu livro *Le grand tournant du socialisme*, Roger Garaudy, afirmando inspirar-se em Gramsci, propõe um “bloco histórico novo” que reuniria operários e trabalhadores intelectuais, bloco cuja “coesão” seria assegurada pela camada dos operários altamente qualificados, que “cimentaria” o bloco histórico³. Estabelecendo essa análise exclusivamente ao nível estrutural, o papel essencial da superestrutura e de seus agentes, os intelectuais, é ignorado, ao mesmo tempo em que a noção de hegemonia, na medida em que a unidade do bloco histórico passa a ser obra de uma das partes da estrutura.

A assimilação da hegemonia e da aliança de classes constitui, pois, um grave erro de interpretação. Entretanto, é inegável que

1. J.-M. PIOTTE, *op. cit.*, p. 155.

2. A análise de J.-M. Piotte sobre as relações operários-camponeses baseia-se, erradamente em nossa opinião, na análise do *Risorgimento*, onde Gramsci visa apenas o caso do Partido de Ação e das forças urbanas de então – burguesia, pequena-burguesia –, onde a classe operária era ainda muito débil. É verdade que Gramsci retomará uma análise idêntica, desta vez a respeito da classe operária. Mas ele sublinha o papel, em uma tal “aliança”, do partido intelectual-coletivo dessa classe, e da cisão à esquerda do bloco intelectual do *Mezzogiorno*, para tornar possível a aproximação com o campesinato. J.-M. Piotte, por sinal, assinala isso.

3. R. GARAUDY – *op. cit.*, p. 247.

Gramsci utiliza o termo por várias vezes a respeito de seu estudo da hegemonia: convém, assim, analisar agora qual é o vínculo entre essas duas noções. A fonte essencial de erro provém da base social da hegemonia. Esta pressupõe, por definição, a existência de uma classe dirigente e de classes dirigidas. O problema está em saber qual é a natureza das relações entre estas e aquela.

A classe dirigente, como vimos anteriormente, encontra-se em uma situação de dupla preeminência: a nível estrutural, porque é a classe fundamental no campo econômico; a nível superestrutural, porque tem a direção ideológica através do bloco intelectual. Os grupos aliados, ao contrário, cumprem um papel secundário tanto em um como em outro nível do bloco histórico. Essa supremacia econômica e intelectual cria uma desigualdade real nas relações com os grupos associados: essa associação é, enfim, uma adesão ou uma absorção, conforme o modo de formação do bloco ideológico. Além disso, ela não é total; certos grupos estão excluídos, como as classes subalternas.

A preeminência da classe dirigente em um sistema hegemônico concretiza-se, em suma, por dois aspectos: por um lado, essa classe não pode deixar de optar pela hegemonia e contentar-se em neutralizar os outros grupos; por outro lado, quando opta pela hegemonia, o compromisso não deve ferir seus interesses de classe.

Assim, no seio do sistema hegemônico, a classe fundamental é verdadeiramente dirigente.

Tal distinção necessita, porém, de uma base social ampliada: outros grupos devem aglomerar-se em torno da classe dirigente; esses grupos, qualificados por Gramsci de "auxiliares" ou "aliados", permitem reforçar o poder da classe fundamental, ao mesmo tempo como base política – no plano eleitoral, por exemplo – e como viveiro de quadros intelectuais e políticos. Além disso, essa base conquistada pela classe dirigente é roubada a seus adversários.

Se esses grupos auxiliares são vitais para manter sua hegemonia, é evidente que a classe fundamental não deve limitar-se a observar seus intelectuais para controlá-los ideologicamente, mas sobretudo levar em conta seus próprios interesses. É nessa medida que o sistema hegemônico pode ser qualificado de aliança: na medida em que o "grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida do Estado é concebida como uma formação contínua e uma contínua superação de equilíbrios instáveis (nos limites da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante predominam, isto é: sem chegar ao mesquinho interesse econômico-corporativo"¹.

1. *Mach.*, p. 46.

Porém, o interesse do grupo dirigente pode coincidir com o dos grupos auxiliares; esse, inclusive, é um fator essencial à solidez da hegemonia. É, por exemplo, o caso da burguesia. Na Itália dos anos 1920, os grupos auxiliares que ela controla são essencialmente os da pequena-burguesia rural e da pequena-burguesia urbana. Se, na época do *Risorgimento*, "a estreiteza dos quadros sociais e a raridade dos caminhos abertos à iniciativa dos pequenos-burgueses"¹ restringiam suas possibilidades de emprego ao ensino e aos serviços públicos, a evolução contemporânea das camadas intelectuais ampliou consideravelmente as possibilidades de a burguesia conservar a aliança dessas camadas sociais e inclusive desenvolver sua importância numérica, sem ferir sua primazia econômica: a multiplicação dos quadros intelectuais (ensino, partidos, *mass media* etc.), da burocracia de Estado ou de empresa, bem como o parasitismo econômico, oferecem a essas camadas auxiliares possibilidades de emprego estreitamente dependentes da hegemonia da classe dirigente².

Interesses da classe dirigente e interesses dos grupos auxiliares são, pois, complementares em tal sistema. A base social da hegemonia é essencialmente favorável à burguesia: nesse sentido, se existe aliança, esta não passa da hegemonia econômica, ideológica e política exercida pela classe dirigente sobre outros grupos.

É verdade que, a respeito das classes subalternas (classe operária, campesinato), Gramsci propõe em *Alcuni temi della questione meridionale* uma aliança de classes: "O proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante, na medida em que consiga criar um sistema de alianças de classes (...), o que vale dizer, nas relações de classes reais existentes na Itália: na medida em que ele consiga obter o consentimento das massas camponesas"³. Esse texto, anterior aos *Quaderni*, é um daqueles em que Gramsci utiliza o termo aliança de classe. Isso significa que Gramsci assimila hegemonia a aliança? Na verdade, não é isso. Sublinhando a importância das "relações de classes reais que existem na Itália", ele mostra que perante a força da burguesia, a classe operária deve propor um compromisso amplo e conforme aos interesses das outras camadas subalternas, particularmente o campesinato. Porém, tal aliança igualitária não deve mascarar o caráter profundamente hegemônico da direção do proletariado: a insistência de Gramsci em remarcar o papel hegemônico do Partido comunista e seu caráter operário, o caráter de classe fundamental ao nível econômico da classe operária, mostra

1. *R.*, p. 105.

2. Sobre a burocracia: *P.*, p. 198.

3. *C.P.C.*, p. 140.

que se trata realmente de hegemonia, mas que esta leva amplamente em conta os interesses das classes aliadas.

Qualquer que seja a natureza do compromisso entre a classe dirigente e os grupos aliados, esse compromisso tem por objetivo ampliar a base social da hegemonia exercida pela classe fundamental a nível da estrutura econômica.

7. SISTEMA HEGEMÔNICO E CLASSES SUBALTERNAS

A análise gramscista da hegemonia leva a distinguir três tipos de grupos sociais no interior do bloco histórico: por um lado, a classe fundamental que dirige o sistema hegemônico; por outro lado, os grupos auxiliares que servem de base social à hegemonia e de viveiro para seu pessoal; enfim, excluídas do sistema hegemônico, as classes subalternas.

O regime normal das relações entre a classe dirigente – e seu sistema hegemônico em geral – e as classes subalternas é a dominação, isto é, a utilização predominante ou exclusiva da sociedade política. Tal solução explica-se, em suma, pelo fato de que a classe fundamental tem como principais inimigos, depois de sua vitória sobre a antiga classe dirigente, os grupos que estimam que o novo bloco histórico já está superado.

O aspecto coercitivo das relações entre a classe dirigente e as classes subalternas aparece em três aspectos possíveis:

– o primeiro caso é aquele em que as classes subalternas desempenham um papel decisivo na vitória das classes fundamentais, estas últimas exercendo sua hegemonia sobre tais grupos. Pode ocorrer que em tal situação os grupos subalternos obriguem a classe dirigente a superar seus objetivos e mesmo suas possibilidades reais; assim, durante a Revolução Francesa, os Jacobinos, sob a pressão popular, superaram os objetivos da burguesia, ampliando consideravelmente a base social de sua hegemonia, o que explica o recuo da burguesia: Os Jacobinos “conduziram a burguesia francesa a posições muito mais avançadas do que as premissas históricas poderiam consentir, o que explica os recuos e a função de Napoleão I”¹. Este “representa, em última análise, o triunfo das forças burguesas orgânicas contra as forças pequeno-burguesas Jacobinas”². O que não significa que a burguesia haja renunciado a exercer uma função hegemônica, mas essa direção limita-se a certos grupos auxiliares e, em um sentido mais favorável, à burguesia. Quanto aos grupos su-

1. *R.*, p. 84.

2. *Mach.*, p. 73.

balternos, particularmente os das cidades, são lançados na oposição e seu controle efetua-se através da pura coerção, ou seja: por intermédio da sociedade política.

– a segunda hipótese é a do transformismo, isto é, da preeminência da sociedade política sobre a sociedade civil: a classe dominante contenta-se em manter sua influência sobre os grupos subalternos, mantendo-os na passividade política: para isso, decapita pacificamente suas elites, absorvendo-as em sua classe política.

– o terceiro caso considerado por Gramsci é o da ditadura pura e simples, isto é, da utilização exclusiva da sociedade política para dominar as classes subalternas. Tal situação é muito perigosa para a classe dominante, pois implica que esta já não detém o controle da sociedade civil: o bloco histórico está então em crise e o período só pode ser transitório.

A conseqüência da ausência total – senão momentânea – de hegemonia da classe dirigente sobre as classes subalternas é a falta de unidade e homogeneidade dessas classes: “As classes subordinadas, por definição, não são unificadas e não podem unificar-se enquanto não puderem tornar-se Estado: sua história, conseqüentemente, está entrelaçada à da sociedade civil; é uma função “desagregada e descontínua da história dos Estados ou grupos de Estados”¹.

Dependência descontínua da sociedade civil, já que a história das classes subalternas não passa de uma tentativa sempre renovada de unificar-se e formar um novo sistema hegemônico e, assim, uma sociedade civil, mas face a essas tentativas, a classe dirigente responde com a decapitação ideológica ou física, pela utilização da coerção.

O exemplo das classes subalternas sublinha que o problema das relações hegemonia-ditadura aparece, em última análise, na estrutura e no papel do bloco ideológico, na natureza do vínculo que une as diversas classes sociais, isto é: na posição dos intelectuais no seio do bloco histórico.

1. *R.*, p. 191.

CAPÍTULO IV

O PAPEL DOS INTELECTUAIS NO SEIO DO BLOCO HISTÓRICO

O problema da unidade do bloco histórico é realmente o da natureza do vínculo orgânico que estabelece a relação entre estrutura e superestrutura e, no seio desta, entre sociedade civil e sociedade política. Vimos que, conforme a predominância de um ou outro momento superestrutural, o bloco histórico traduzia-se na prática por um sistema hegemônico ou ditatorial. Convém, agora, examinar quais são os instrumentos internos desse vínculo orgânico e assim estudar o papel essencial que desempenham os intelectuais no seio do bloco histórico. Estudando a atividade das camadas intelectuais durante um período histórico determinado, descobriremos, afirma Gramsci, porque os vínculos entre os diferentes momentos do bloco histórico articularam-se, de tal ou qual modo, porque uma crise orgânica desse bloco resolveu-se em tal ou qual sentido.

Coíocar o problema dos intelectuais é, finalmente, colocar a questão do bloco histórico: “Se a relação entre intelectuais e povoação, entre dirigentes e dirigidos – entre governantes e governados –, é dada por uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e portanto saber (não mecanicamente, mas de forma viva), é somente então que a relação é de representação e que se produz o intercâmbio de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é: que se realiza a vida conjunta que, só ela, é a vida social; cria-se um bloco histórico”¹.

Considerando a questão dos intelectuais como um dos elementos do bloco histórico – sua articulação orgânica, Gramsci rejeita, assim, a concepção vulgar do “intelectual” (“Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos “grandes intelectuais”²) e estuda essa categoria social como a dos agentes da superestrutura; o critério de distinção entre intelec-

1. *M.S.*, p. 115.

2. *L.C.*, p. 481.

tuais e não-intelectuais coloca-se, assim, “no conjunto do sistema de relação no qual as atividades intelectuais (e, conseqüentemente, os grupos que as personificam) vêm encontrar-se no seio do complexo geral das relações sociais”¹.

O estudo da função dos intelectuais no seio do bloco histórico apresenta um triplo aspecto:

- o vínculo orgânico entre o intelectual e o grupo que ele representa e sua função no seio da superestrutura;
- as relações entre intelectuais do bloco histórico e os do antigo sistema hegemônico (intelectuais tradicionais);
- a organização interna do “bloco intelectual” no seio do bloco histórico.

1. A FUNÇÃO DO INTELECTUAL NO SEIO DO BLOCO HISTÓRICO

Gramsci, no estudo do bloco histórico, insiste no caráter orgânico do vínculo que une estrutura e superestrutura: só cabe considerar as superestruturas “historicamente orgânicas, isto é, necessárias a uma certa estrutura”². A organicidade da superestrutura caracteriza-se por dois aspectos: por um lado, sua permanência – “é preciso distinguir os movimentos orgânicos, relativamente permanentes”³ – e, por outro lado, sua função de organização da estrutura – “enquanto historicamente necessárias, elas têm uma validade que é ‘psicológica’, ‘organizam’ as massas humanas”⁴.

É por esse caráter orgânico que se define qualquer intelectual no seio de determinado bloco histórico. Gramsci distingue diferentes categorias de intelectuais, mas todos têm em comum o vínculo mais ou menos estreito que os liga a uma classe determinada. O caráter orgânico do vínculo entre estrutura e superestrutura reflete-se exatamente nas camadas de intelectuais cuja função é exercer esse vínculo orgânico: os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico – e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico. Evidencia-se, assim, o caráter dialético do vínculo orgânico.

1. *I.*, p. 6.

2. *M.S.*, p. 48.

3. *Mach.*, p. 42.

4. *M.S.*, p. 48.

1º O vínculo entre o intelectual e a classe fundamental

Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes: “Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la”¹. Entretanto, as camadas mais importantes e complexas constituem-se a partir das classes fundamentais no domínio econômico: “Assim, formam-se categorias especializadas para o exercício da função intelectual, em conexão com todos os grupos sociais mais importantes, e conhecem uma elaboração mais extensa e complexa, na estreita relação com o grupo social dominante”².

Esse vínculo é particularmente estreito, orgânico, quando o intelectual se origina da classe que representa. É particularmente o caso das camadas superiores de intelectuais. Gramsci cita o exemplo do *Risorgimento*, onde a força do Partido dos Moderados provinha especialmente desse vínculo direto com a classe fundamental: “Os Moderados eram intelectuais já ‘condensados’ pelo caráter orgânico de suas relações com os grupos sociais que expressavam (para toda uma série entre eles, já estava realizada a identidade do representante e do representado, o que significa que os Moderados eram uma vanguarda orgânica, real das altas classes: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, chefes de empresa, grandes agricultores ou administradores de domínios, dirigentes de empresas comerciais ou industriais etc.)”³.

Tal situação não se produz, pelo menos inicialmente, no caso das classes subalternas, que são obrigadas a “importar” seus intelectuais, e particularmente os “grandes intelectuais”. Isso explica a grande vulnerabilidade dessas classes: a “consciência de classe” de seus intelectuais pode ser menos elevada e os dirigentes das classes dominantes tentarão permanentemente integrar esses intelectuais à classe política, particularmente através do recurso ao transformismo.

É evidente que, se a identidade de representante e representado significa uma maior consciência de classe do intelectual, este será considerado como o representante da classe de onde se originou e não como membro de tal classe: o chefe de empresa – homem político aparecerá como o intelectual orgânico da burguesia e não como chefe de empresa; sua *função* predomina sobre sua origem social⁴.

1. *R.*, p. 71.

2. *I.*, p. 7.

3. *R.*, p. 71.

4. Sobre esse ponto, ver J.-M. Piotte, *La pensée politique de Gramsci*, éd. Anthropos, 1970, pp. 32-34.

Essa situação, entretanto, é excepcional, quando se considera a massa dos intelectuais. A origem social é secundária, principalmente para as camadas médias e inferiores, e o vínculo orgânico depende da estreiteza da relação entre o intelectual e a classe que ele representa: "Poder-se-ia medir o caráter orgânico das diversas camadas intelectuais, sua ligação mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, estabelecendo uma escala das funções e superestruturas de alto a baixo (a partir da base estrutural)"¹. Assim, analisando a função que exerce no seio da superestrutura, será possível determinar o caráter orgânico ou não da atividade do intelectual.

Porém, o caráter de classe do vínculo orgânico já provoca duas conseqüências. O caráter "improdutivo" de qualquer intelectual isolado de uma classe social: considerar, como os idealistas, que os intelectuais são "independentes, autônomos, dotados de características que lhe são próprias, ... é uma pura utopia"². Um intelectual sem vínculo orgânico tem importância tão desprezível quanto as ideologias que produz e que Gramsci qualifica de "elocubrações individuais".

A concepção orgânica do intelectual provoca, pois, a rejeição de qualquer concepção autônoma que considere os intelectuais como uma categoria "cristalizada, isto é, que se concebe a si mesma como continuação ininterrupta na história e, conseqüentemente, independente da luta dos grupos e não como expressão de um processo dialético, segundo o qual qualquer grupo social dominante elabora sua própria categoria de intelectuais."³

Consideremos agora a função que o intelectual exerce no seio da superestrutura.

2º Caráter superestrutural da função intelectual

O vínculo orgânico entre o intelectual e a classe social que ele representa aparece essencialmente na atividade que exerce no seio da superestrutura, para tornar essa classe hegemônica e homogênea: "Cada grupo social que nasce no terreno original de uma função essencial no mundo da produção econômica cria, ao mesmo tempo que a si mesmo, organicamente, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e a consciência de sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano político e social"⁴.

1. *I.*, p. 9.

2. *I.*, p. 5.

3. *M.S.*, p. 148.

4. *I.*, p. 3.

Essa atividade superestrutural estende-se a todos os domínios de atividade dessa classe, e isso desde a origem: os intelectuais freqüentemente não passam de "especializações de certos aspectos parciais da atividade primitiva do novo tipo social ao qual essa nova classe deu origem"¹. Assim, o diretor de empresa deve ter certas capacidades "intelectuais": conhecimento técnico, organização etc; com o desenvolvimento da burguesia, essas diversas atividades são especializadas e confiadas a diferentes camadas de intelectuais: técnicos, economistas etc.

Esse primeiro grau de especialização não ultrapassa o nível econômico. É o primeiro estágio que atingem as classes subalternas, e que Gramsci qualifica de "econômico-corporativo".

Porém, uma classe fundamental não se limita a esse nível: se essa classe aspira à direção da sociedade, a principal função de seus intelectuais será o exercício da hegemonia e da dominação: "Os intelectuais são os "emissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político"².

É nesse sentido que Gramsci os qualifica como "funcionários das superestruturas."³ Os intelectuais são as células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transformam em "concepção de mundo" que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a "estrutura ideológica" da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos etc.) e de seu material de difusão (*mass media*). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais são igualmente os agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército etc.).

Cada uma dessas funções – hegemônica, coercitiva, econômica – contribui para a unidade da classe fundamental e sua hegemonia no seio do bloco histórico. Comparando a situação da classe hegemônica com a das classes subalternas, Gramsci mostra que somente após a criação de uma camada de intelectuais que exerça a hegemonia e a coerção uma classe adquira, realmente, sua homogeneidade.

1. *I.*, p. 4.

2. *I.*, p. 9.

3. *I.*, p. 9.

3º. Vínculo orgânico e autonomia

A organicidade da relação entre os intelectuais e a classe que eles representam não é mecânica: o intelectual desfruta de uma relativa autonomia em relação à estrutura sócio-econômica, da qual ele não é o "reflexo" passivo. Essa autonomia é, em primeiro lugar, uma conseqüência da origem social dos intelectuais. Se uma parte destes, e particularmente os grandes intelectuais, origina-se diretamente da classe que representa, a grande massa provém das classes auxiliares aliadas à classe dirigente: "Vale notar que, na realidade concreta, a formação de camadas intelectuais não se produz sobre um terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos bastante concretos. Formaram-se camadas sociais que tradicionalmente 'produzem' intelectuais e são essas mesmas camadas que se especializaram na 'poupança', isto é, a pequena e média burguesia fundiária e certas camadas da pequena e média burguesia das cidades"¹.

Essa autonomia estrutural soma-se à autonomia dada pela própria função dos intelectuais, agentes da superestrutura: o intelectual não é o agente passivo da classe que representa, como a superestrutura não é o reflexo indispensável para o exercício completo da direção cultural e política: essa função cultural deve ser completa, representar "a autoconsciência cultural, a autocrítica da classe dominante"². Essa autocrítica é um sinal do avanço da classe dominante, "consciente de suas forças e de suas fraquezas"³. Ora, para exercer essa direção cultural, os intelectuais devem "desprender-se da classe dominante para unir-se a ela mais intimamente, para constituírem uma verdadeira superestrutura, e não apenas um elemento inorgânico e indistinto da estrutura econômica"⁴. Na ausência de uma tal autonomia, eles permanecerão, assim como a classe que representam, em um estágio econômico-corporativo.

O intelectual é, pois, autônomo em relação à classe fundamental, na medida em que não evolui no mesmo nível que o bloco histórico. Sua função é exercer a direção ideológica e política de um sistema social, homogeneizar a classe que ele representa. Enfim, a relação entre intelectuais e classe social coloca os mesmos problemas que a relação entre os dois momentos do bloco histórico.

Essa autonomia provoca certas conseqüências na evolução de um determinado período histórico: esse período deverá ser estuda-

1. *I.*, p. 8.

2. *Mach.*, p. 352.

3. *Ibid.*

4. *Ibid.*

do em seu conjunto, pois "são os homens que fazem a história", particularmente os intelectuais; e certas iniciativas desses intelectuais podem não corresponder momentaneamente à evolução geral da estrutura sócio-econômica do bloco histórico. Tal é o caso, como vimos, no plano político, onde os dirigentes podem cometer "erros"; mas o corte entre intelectuais e estrutura pode não ser momentâneo: a evolução da estrutura pode, inclusive, ser retardada, ou até detida, por uma evolução mais lenta dos intelectuais particularmente pela manutenção de dirigentes políticos "tradicionais" à cabeça de certos grupos e formações políticas que os representam.

Enfim, a autonomia dos intelectuais em relação à classe dirigente leva, quando essa classe não é mais a fundamental, a uma crise orgânica, ou seja, à ruptura do vínculo orgânico que a ligava aos grupos intelectuais da sociedade civil.

A autonomia dos intelectuais aparece, pois, como um dos aspectos essenciais da organicidade do vínculo que os une à classe dominante, aspecto necessário à hegemonia desta sobre todo o bloco histórico. A relação que mantêm com a estrutura é, assim, uma relação mediata: "A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre com todos os grupos sociais fundamentais, e sim 'mediata' em graus diversos, por intermédio de toda a trama social, do complexo das superestruturas"¹.

O caráter mediato do vínculo orgânico é, por outro lado, reforçado pelo fato de que os intelectuais orgânicos da classe dominante tendem a chocar-se com camadas de intelectuais originárias do antigo bloco histórico.

2. INTELECTUAIS ORGÂNICOS E INTELECTUAIS TRADICIONAIS

Corresponde a cada modo de produção uma classe fundamental e, assim, um tipo de intelectual. Já em seu ensaio sobre a questão meridional, Gramsci observava que a camada dos intelectuais foi radicalmente modificada, em cada país, pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base essencialmente camponesa e artesanal. Para organizar o Estado, para organizar o comércio, a classe dominante desenvolveu um tipo particular de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o quadro técnico, o especialis-

1. *I.*, p. 9.

ta da ciência aplicada. Nas sociedades em que forças econômicas desenvolveram-se num sentido capitalista, a ponto de absorver a maior parte da atividade nacional, prevaleceu esse segundo tipo”¹.

Os intelectuais orgânicos do novo bloco histórico, essencialmente os da classe fundamental, opõem-se aos intelectuais do antigo bloco histórico. Estes são qualificados por Gramsci como intelectuais “tradicionais”: agrupam, assim, as diversas camadas de intelectuais que existiam antes do surgimento da nova classe fundamental. Esta, para estabelecer sua hegemonia, deve absorvê-los ou suprimi-los.

A “liquidação” coercitiva ou legal é utilizada para os intelectuais que dirigiam a antiga sociedade política. O problema é mais complexo para os outros; a absorção será fácil para os intelectuais tradicionais não-organizados: as elites da nova classe dirigente exercem espontaneamente uma forte atração sobre “a massa de intelectuais de todos os níveis que se encontra no estado “difuso”, “molecular”, devido às necessidades da instrução e da administração”².

Esses intelectuais isolados são essencialmente os intelectuais rurais: “Os intelectuais rurais são em grande parte tradicionais, isto é, vinculados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades – sobretudo dos centros menores – que ainda não foi transformada e posta em movimento pelo sistema capitalista”³. A política da classe dirigente será, pois, absorver esses intelectuais tradicionais que permaneceram como intelectuais orgânicos e podem portanto facilitar sua hegemonia. É assim que Gramsci analisa a política de Giolitti, de integração dos intelectuais meridionais italianos⁴.

Porém, os intelectuais tradicionais compõem-se igualmente de camadas sociais homogêneas, organizadas em castas, que dirigiam a sociedade civil do antigo bloco histórico e cuja absorção é mais difícil:

“Cada grupo social “essencial”, no momento em que emerge à superfície da história vindo da estrutura econômica precedente, de que exprime um dos desenvolvimentos, encontrou, pelo menos na história, tal qual se desenvolveu até hoje, categorias de intelectuais que existiam antes dele e que, além disso, aparecem como representantes de uma continuidade histórica que mesmo as mudanças mais complicadas e radicais das formas sociais e políticas não haviam interrompido”⁵.

1. *C.P.C.*, p. 151.

2. *R.*, p. 71.

3. *I.*, p. 11.

4. *R.*, pp. 97 e s.

5. *I.*, p. 4.

Gramsci visa essencialmente o caso do clero, contra o qual a burguesia teve de entrar em luta para controlar a sociedade civil. Embora proclamando-se autônomos, esses intelectuais são, entretanto, ligados a uma classe social. Assim, “a categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria dos intelectuais organicamente ligados à aristocracia fundiária. Ela se assimilava juridicamente à aristocracia, com a qual partilhava a propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios do Estado vinculados à propriedade”¹.

A luta que opôs os intelectuais orgânicos da burguesia ao clero – intelectual tradicional – era realmente uma luta pela hegemonia sobre o bloco histórico.

1º O exemplo do conflito entre a burguesia e a Igreja na França

A luta entre os intelectuais orgânicos da burguesia e a Igreja foi, na França, um dos aspectos essenciais da luta entre a burguesia e a aristocracia fundiária.

Apesar da autonomia da Igreja na Idade Média, o clero tornou-se o intelectual orgânico coletivo da aristocracia fundiária. O objetivo essencial da burguesia para realizar sua hegemonia no seio da sociedade civil era, pois, o de criar sua própria ideologia-concepção de mundo e atrair o clero para suas posições, ou combatê-lo.

A Igreja é uma organização intelectual cosmopolita. O primeiro esforço dos intelectuais da burguesia foi, assim, “nacionalizar” a Igreja e colocá-la sob a tutela do Estado. Gramsci nota a esse respeito, na França, o caráter “precoce” das lutas entre a Igreja e o Estado. O esforço foi, em seguida, essencialmente ideológico; particularmente devido ao florescimento cultural e ideológico da burguesia no século XVIII; as bases sociais da Igreja viram-se abaladas: “A França conheceu uma grande reforma popular no século das Luzes, com Voltaire e a *Enciclopédia*, que precedeu e acompanhou a Revolução de 1789. Trata-se, realmente, de uma grande reforma intelectual e moral do povo francês, porque atingiu igualmente as grandes massas camponesas, revelou um sólido fundo laico e tentou substituir a religião por uma ideologia completamente laica, concretizada em laços nacionais e patrióticos”².

Essa direção ideológica da burguesia provoca, em 1789, uma desagregação do clero, onde uma parte assume as posições da nova classe dirigente, a tal ponto que a burguesia acreditará poder assimilar totalmente a Igreja (constituição civil do clero). A resistência desta provocará uma tentativa dos intelectuais radicais da burguesia-

1. *I.*, pp. 4-5.

2. *M. S.*, p. 86.

sia de “liquidar”, pela coerção, a organização da Igreja. Seguir-se-á ao seu fracasso um longo período de lutas surdas entrecortado de compromisso (concordatas), onde os intelectuais orgânicos e os tradicionais disputarão a partilha da sociedade civil, mas sob a direção dos primeiros: através das concordatas, a Igreja “engaja-se, em favor de uma forma determinada de governo, para promover o consenso de uma parte dos governados que o Estado reconhece explicitamente não poder obter por seus próprios meios”¹.

Graças ao caso Dreyfus, os intelectuais orgânicos da burguesia predominam definitivamente sobre a aliança entre a aristocracia e o clero. “A debilidade interna mais poderosa para o aparelho estatal (militar e civil) consistia na aliança entre o clericalismo e o monarquismo. Porém as massas populares, mesmo sendo católicas, não eram clericalistas. No caso Dreyfus, culminou a luta pela paralisação da influência clerical monárquica no seio do aparelho de Estado e pelo estabelecimento da clara superioridade do elemento laico”².

A concretização da adesão dos intelectuais tradicionais à classe dirigente revelar-se-á pelo fracasso da tentativa da Ação francesa para unir os católicos e o clero à aristocracia.

A luta que opôs os intelectuais orgânicos da burguesia ao clero é, pois, apenas um aspecto do conflito entre o antigo e o novo sistema hegemônico. Classe fundamental no plano econômico, a burguesia conseguiu progressivamente estender sua primazia às sociedades civil e política. A luta entre intelectuais orgânicos e tradicionais teve por objetivo o controle da sociedade civil. A burguesia “detinha o pleno exercício de todas as suas funções sociais” e, assim, travou uma luta “com vistas à dominação total da nação, mas sem estabelecer compromissos essenciais com as velhas classes e sim, pelo contrário, subordinando-as a seus fins”³.

Podemos comparar o caso francês com a situação na Itália, onde a debilidade superestrutural da burguesia italiana obrigou-a a aliar-se à Igreja, que monopolizava os intelectuais, e a confiar-lhe a direção de grande parte da sociedade civil. Essa aliança entre os intelectuais burgueses e o clero concretizou a aliança da burguesia industrial do Norte e da aristocracia fundiária do Sul, formando assim o “bloco industrial-agrário”, que Gramsci denuncia em *Alcuni temi della questione meridionale*⁴.

Os intelectuais sempre se vinculam a uma classe: o clero estava vinculado à aristocracia fundiária, na Idade Média, para dirigir a

1. *Mach.*, p. 251.

2. *Mach.*, p. 105.

3. *I.*, p. 14.

4. *C.P.C.*, p. 150 e s.

sociedade civil e, na medida em que controlava ainda um amplo setor em proveito do antigo sistema hegemônico, foram combatidos pelos intelectuais orgânicos.

2º A autonomia dos intelectuais tradicionais

Uma das características dos intelectuais tradicionais é de se apresentar como uma categoria autônoma: “Como essas diversas categorias experimentam, com um “espírito de corpo”, o sentimento de sua continuidade histórica ininterrompida e de sua qualificação, eles próprios situam-se como autônomos e independentes do grupo social dominante”¹.

Tal posição explica-se socialmente por três razões: por um lado, esses grupos intelectuais freqüentemente perderam a base social à qual estavam organicamente vinculados; por outro lado, esses intelectuais proclamam-se autônomos porque estão fortemente organizados, formam uma casta: os intelectuais “moleculares” são absorvidos mais facilmente que as castas, pois não estão organizados. Enfim, e esse é sobretudo o caso das Igrejas, o fato de que sua ideologia seja religiosa reforça essa convicção, na medida em que a religião é uma concepção de um mundo bastante complexa.

Essa afirmação autonomista pode ter conseqüências graves quando os intelectuais tradicionais são absorvidos pelos intelectuais orgânicos: o conjunto do “bloco intelectual” poderá, então, afirmar-se autônomo: “Uma das características dos intelectuais como categoria cristalizada é estabelecer, no plano ideológico, uma junção com uma categoria precedente através de uma mesma nomenclatura de conceitos”².

Essa autonomia pode afirmar-se ideologicamente; é assim que Gramsci analisa a filosofia idealista: “Qualquer filosofia idealista pode facilmente aderir a essa posição assumida pelo complexo social dos intelectuais, pode-se definir a expressão dessa utopia social que faz com que os intelectuais criem-se “independentes”...”³.

Um exemplo dessa atitude é fornecido pelo grande filósofo liberal B. Croce. Gramsci explica-o na verdade, mostrando que Croce é originalmente o “grande intelectual” do *Mezzogiorno*, portanto, do bloco agrário. A aliança política e ideológica entre a aristocracia fundiária do Sul e a burguesia industrial do Norte tornou-o o “papa laico” do sistema hegemônico.

Realmente, os intelectuais orgânicos não podem afirmar-se como continuação dos antigos intelectuais, na medida em que estes foram ou permanecem como gerentes da antiga sociedade que com-

1. *I.*, p. 5.

2. *M.S.*, p. 148.

3. *I.*, p. 5.

batem: "Qualquer novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-bandeiras (os intelectuais) não podem ser concebidos como sendo, também eles, "novos" intelectuais, surgidos da nova situação, e não continuação do grupo intelectual precedente"¹.

O fato de que intelectuais se afirmem ao mesmo tempo como novos e "autônomos" mostra que realmente são os intelectuais do antigo sistema hegemônico que continuam dirigindo a sociedade civil e tentam manter-se assumindo a direção ideológica da nova classe fundamental:

"Se os novos intelectuais se assumem como continuação direta da *Intelligentsia* anterior, não são absolutamente novos, não estão vinculados ao novo grupo social que representa organicamente a nova situação histórica, mas são um resíduo conservador e fossilizado do grupo social historicamente superado (o que equivale a dizer que a nova situação histórica ainda não chegou ao grau de desenvolvimento necessário, que lhe assegura uma capacidade de criar novas estruturas, mas vive ainda no quadro carcomido da velha histórica)"².

A afirmação de autonomia dos intelectuais é, pois, um sinal de fraqueza dos intelectuais orgânicos. Sua única autonomia verdadeira é aquela exigida por sua função de agentes da superestrutura.

3º Influência dos intelectuais tradicionais sobre o desenvolvimento da superestrutura

A atração exercida pelos intelectuais orgânicos sobre os intelectuais tradicionais leva, seja à adesão destes, com a manutenção de sua organização, seja a uma fusão, no próprio seio da organização superestrutural. Nesse último caso, os órgãos onde se realiza essa fusão são o aparelho de Estado, na esfera da sociedade política, e os partidos, na esfera da sociedade civil. Sua função aí é operar a "soldadura" entre essas duas camadas de intelectuais.

Essa soldadura é muito mais completa no seio do Partido que no do Estado: "O partido político, em seu meio, cumpre sua função de forma mais completa e orgânica que o Estado em um plano muito mais vasto: um intelectual que ingressa no partido político de determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos desse grupo, enquanto que, quando ele participa da vida do Estado, isso só ocorre de forma medíocre e, às vezes, simplesmente não ocorre"³: A inexistência de fusão entre intelectuais orgânicos e in-

1. *M. S.*, p. 148.

2. *Ibid.*

3. *I.*, p. 12.

telectuais tradicionais no seio do Estado pode acarretar graves conseqüências para a evolução do bloco histórico: os intelectuais "acreditam ser eles mesmos o Estado"¹ ou, em outras palavras, entram em contradição com a evolução da estrutura econômica.

Assim, a aproximação entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais pode entrar a ação dos primeiros. Porém essa atração é recíproca; os intelectuais tradicionais sofrem igualmente a influência do novo tipo de intelectual: é assim que Gramsci constata a separação entre o clero da Itália do Norte - industrial - e o do Sul - agrário -, diferença de modo de vida, de função social que se estende ao partido católico, partido de massa no Norte e partido de notáveis no *Mezzogiorno*.²

Enfim, a importância dos intelectuais tradicionais na massa dos intelectuais tende a reforçar o papel da superestrutura no seio do bloco histórico, mas em detrimento da organicidade de sua relação com a estrutura econômica; ela reduz o ritmo da evolução histórica, impedindo freqüentemente a superestrutura de seguir o desenvolvimento da estrutura, a ponto de às vezes detê-lo. É o caso sobretudo da Europa, onde existe "toda uma série de freios (morais, intelectuais, políticos, econômicos, incorporados em grupos determinados da população, relíquias de regimes passados que se negam a desaparecer, que se opõem a uma evolução rápida, e que equilibram na mediocridade qualquer iniciativa, diluindo-a no tempo e no espaço)"³.

Opostamente a essa situação complexa, certos países "novos" beneficiam-se de uma situação historicamente excepcional e privilegiada: ausência de intelectuais tradicionais. É particularmente o caso dos Estados Unidos, onde "uma certa fase da evolução histórica européia" foi implantada e desenvolveu-se sem o peso dos vestígios dos blocos históricos precedentes⁴, criando assim uma poderosa superestrutura, vinculada unicamente à base industrial. Isso traduz-se, no plano político, por uma grande homogeneidade da classe política (tanto mais que a classe operária, quanto a seus intelectuais orgânicos, não superou o estágio econômico-corporativo):

"A ausência de uma vasta sedimentação de intelectuais tradicionais, tal como existe nos países de velha civilização, explica em

1. *Ibid.*

2. *C.P.C.*, p. 152.

3. *I.*, p. 16.

4. Gramsci opõe aos Estados Unidos o caso da América Latina, cuja colonização ibérica foi influenciada pela Contra-Reforma e pelo "militarismo parasitário" em vigor na metrópole: "As forças cristalizadas que ainda hoje resistem nesses países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizados na forma que lhes deu a mãe-pátria européia", *I.*, p. 18.

parte, por um lado, a existência dos dois únicos grandes partidos políticos que poderiam, na realidade, ser facilmente reduzidos a um só (comparar com a França e não somente no pós-guerra, quando a multiplicação dos partidos tornou-se um fenômeno geral) e como aspecto oposto, a multiplicação ilimitada das seitas religiosas (comparar com a França e com as lutas encarniçadas para manter a unidade religiosa do povo francês)"¹.

A comparação entre as situações americanas e européias mostra que os intelectuais tradicionais são o fator essencial de contradição entre a estrutura e a superestrutura, freando sua evolução. Isso explica a atenção particular dedicada por Gramsci, no *Quaderni*, à questão dos intelectuais tradicionais, pois "permanece como o ponto central do problema a distinção entre os intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional, distinção que cria toda uma série de problemas e pesquisas teóricas possíveis"².

3. A HIERARQUIA DOS INTELECTUAIS

A distinção entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais permite estudar a formação do sistema hegemônico. Como corolário desse processo, os intelectuais se agrupam em um "bloco intelectual" - ou "bloco ideológico" - que será vinculado organicamente à estrutura do bloco histórico. Assim é no seio do bloco intelectual que é necessário estudar agora a organização da hegemonia: os intelectuais hierarquizam-se aí sob dois pontos de vista: se considerarmos exclusivamente a superestrutura, a análise referir-se-á à hierarquia qualitativa; se considerarmos o bloco histórico em seu todo, a direção referir-se-á às relações, no interior do bloco intelectual, entre os representantes da classe dominante e aqueles das classes subordinadas.

1º A hierarquia qualitativa dos intelectuais

A análise da superestrutura mostra que existe uma hierarquia qualitativa entre os intelectuais. Essa hierarquia exclui, evidentemente, aqueles que, no seio da superestrutura, não exercem uma função intelectual: os agentes subalternos, que não têm função de direção: "No aparelho de direção social e governamental, existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (função de pura execução e não de iniciativa, de agentes e não de oficiais e funcionários)"³.

1. *I.*, pp. 16-17.

2. *I.*, p. 11.

3. *I.*, pp. 9-10.

Excluídos esses agentes, aqueles que participam da hegemonia repartem-se segundo o valor qualitativo de sua função, do grande intelectual ao intelectual subalterno: na cúpula, os criadores da nova concepção do mundo e de seus diversos ramos: ciência, filosofia, arte, direito etc.; no escalão inferior, aqueles que estão encarregados de administrar ou divulgar essa ideologia. Gramsci distingue o criador, o organizador e o educador. Além disso, essa distinção combina-se com a dos intelectuais das sociedades civil e política - onde os educadores não têm papel importante.

Gramsci distingue entre esses diversos níveis de intelectuais a situação dos "criadores", que ele privilegia, assim como privilegia, no seio da ideologia, a filosofia em comparação com o senso comum. Essa distinção entre criador e o organizador não é puramente analítica, mas rica de conseqüências estratégicas: ela traduz uma constante preocupação de Gramsci, na luta ideológica contra os intelectuais do grupo dominante, de dirigir o essencial do esforço para os "grandes intelectuais", chaves-mestras da criação ideológica:

"Na frente ideológica, a derrota dos auxiliares e adeptos menores tem uma conseqüência quase negligenciável; é uma luta em que é preciso reservar os golpes para os mais eminentes. Senão, confunde-se o jornal com o livro, a pequena polêmica cotidiana com o trabalho científico; é preciso abandonar os menores à casuística infinita da política que toca aos jornais"¹.

Gramsci distingue dessa tragédia, válida para os intelectuais da sociedade civil; a atitude em relação aos intelectuais da sociedade política, onde não se pode negligenciar a absorção ou liquidação dos intelectuais subalternos. Na luta política e militar, afirma ele, "pode ser interessante empregar a tática que consiste em forçar os pontos de menor resistência, para ter condições de tentar o assalto do ponto mais forte dispondo do máximo de forças, na medida em que, justamente, liberaram-se tropas para a eliminação dos auxiliares mais fracos."²

Essa diferença de análise e estratégia mostra, ainda uma vez, a diferença fundamental, no seio da superestrutura, entre sociedade civil e sociedade política e a primazia da primeira, ainda que, pelo menos, devido às dificuldades estratégicas provocadas pela luta ideológica para a sua desagregação. Entretanto, não se deve concluir da importância do papel dos grandes intelectuais uma substi-

1. *M.S.*, p. 130.

2. *Ibid.*

mação da parte de Gramsci do papel dos intelectuais subalternos, assim como aparece no estudo do "bloco intelectual" ¹.

2º A articulação do bloco intelectual no seio do bloco histórico; o exemplo do Mezzogiorno

A hierarquia no seio do bloco intelectual é, sobretudo, o reflexo do sistema hegemônico pela diferença essencial entre os intelectuais orgânicos das classes dirigentes e os das classes subordinadas, reflexo da relação entre tais classes a nível estrutural.

Gramsci analisou em diversas ocasiões este complexo na Itália, mas seu estudo mais completo é o que versa sobre o "bloco agrário" que, no começo do século, ainda estruturava a sociedade do Mezzogiorno com o apoio da burguesia industrial do Norte.

1. Gramsci compara a hierarquização dos intelectuais à da organização militar, que é um "modelo dessa graduação complexa: oficiais subalternos, oficiais superiores, estado-maior, sem esquecer os diferentes graus da tropa, cuja importância real é maior do que se pensa habitualmente. É interessante assinalar que todos esses elementos sentem-se solidários" (*I.*, p. 10, nota).

Gramsci retorna várias vezes a essa comparação com a organização militar, que, segundo ele, deve fornecer o exemplo da estrutura do Partido político (o Partido comunista), que deve representar as classes subalternas e permitir-lhes lutar política e ideologicamente contra os intelectuais da classe dirigente e derrubar, assim, o sistema hegemônico.

Gramsci também distingue no seio desse partido, estruturado igualmente de maneira militar, três níveis: no nível inferior, a massa dos militantes: sua disciplina, sua fidelidade, mas não o espírito de criação e de alta organização". Sua força, de baixo nível teórico e organizativo, vem de sua centralização e direção pelo segundo elemento: elemento intermediário, que efetua a ligação entre a base e a cúpula, colocando uma em relação com a outra "por um contato não somente 'físico', mas moral e intelectual" (*Mach.*, p. 24). São eles que, no seio do partido, educam e organizam os militantes. Gramsci atribui essencial importância a este elemento, pois ele é o "reservatório" de futuros dirigentes e o organizador da base. Enfim, o terceiro elemento é o dos dirigentes e grandes intelectuais, que forma "o elemento principal de coesão que centraliza a nível nacional, que torna eficaz e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si próprias, seriam zero ou pouco mais que isso". (*Mach.*, p. 24). Este núcleo de dirigentes é, ao mesmo tempo, estado-maior político-militar e teórico-ideológico, posto que, em tal partido, sociedade civil e sociedade política estão reunidas.

Assim estruturado, o partido das classes subalternas constitui um bloco em que todos os membros são intelectuais, inclusive os militantes de base: "que todos os membros de um partido devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que pode servir a ironias e caricaturas: no entanto, pensando bem, não há nada mais exato. Será necessário distinguir os graus; um partido poderá ter uma extensão maior em seu grau inferior ou em seu grau superior, e não é isso o importante: o que importa é sua função de direção e organização, ou seja, sua função educativa, intelectual" (*I.*, p. 12). Na medida em que a questão do partido moderno (o Partido Comunista, segundo Gramsci) ultrapassa o quadro desse estudo, nós a remetemos, para maiores detalhes, a J.-M. PIOTTE, *op. cit.*, p. 71-142.

O bloco agrário é constituído por três camadas sociais: de um lado, a grande massa camponesa "amorfa e desorganizada" ¹; de outro lado, a pequena e média burguesia; enfim, a classe dominante dos grandes proprietários de terras. A pequena e média burguesia "produz" os intelectuais orgânicos do campesinato e da aristocracia agrária. Esses intelectuais estão ainda divididos entre os laicos e o clero.

Os intelectuais rurais, que "representam" os camponeses, exercem uma dupla função; de um lado, recebem desta classe o impulso para sua atividade política e ideológica" ², mas sobretudo estão encarregados de colocá-la em contato com a administração local e o Estado. O laço que une o campesinato a estes intelectuais mostra que realmente não o representam efetivamente; mas que, em vez disso estão encarregados de controlá-lo e mantê-lo na passividade. Este controle aparece sobretudo na canalização dos movimentos de massa do campesinato, que desembocam seja nas articulações do Estado (municípios, parlamento), seja nas articulações da Igreja (partido popular, organizações de massas).

Os intelectuais controlam igualmente o campesinato, servindo-lhe de "modelo social" e desviando-o de um projeto revolucionário: "O camponês sempre pensa que pelo menos um de seus filhos poderia vir a ser um intelectual (especialmente um padre), isto é, tornar-se um "senhor", elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelos contatos que ele não deixará de ter com os outros "senhores" ³.

Os intelectuais rurais, por sua função social, não são portanto os intelectuais orgânicos do campesinato. Mais ainda, sua origem social faz destes seus adversários atávicos: os intelectuais rurais provêm desta pequena-burguesia rural que, em parceria, arrenda suas terras ao camponês a juros usuários e leva, graças a essa exploração, uma vida parasitária de rentistas e "investidores". Vivendo no vilarejo ou na cidade, o pequeno-burguês rural "não trabalha a terra, teria vergonha de passar por agricultor, mas do pouco de terras que possui, entregues em arrendamento ou em parceria, quer tirar os meios para viver confortavelmente, mandar o filho à universidade ou ao seminário, constituir o dote das filhas, que deverão dispor um oficial ou funcionário público" ⁴.

1. C.P.C., p. 150.

2. C.P.C., p. 150.

3. *I.*, p. 11.

4. C.P.C., p. 151.

O intelectual não tem na origem um contato social com o camponês. Extrai de suas origens, pelo contrário um ódio feroz contra o camponês, "considerado como uma máquina de trabalhar, que deve ser consumido até os ossos e pode ser facilmente substituído, dada a superpopulação. Ele herda, igualmente, um medo atávico e instintivo do camponês e suas violências destruidoras, como também uma máscara de hipocrisia refinada e uma arte ultra-sofisticada de enganar e domesticar as massas camponesas"¹.

Mais que isso, acrescenta-se à ausência de qualquer tomada de posição de classe uma função econômica contrária aos interesses da classe "representada". É o caso sobretudo do clero sulista, igualmente de origem pequeno-burguesa², que conservou os privilégios econômicos do feudalismo e apresenta-se diante do camponês "como um gerente de terras com o qual o camponês entra em conflito pela questão dos arrendamentos" e "como um usurário que cobra taxas de juros elevadas e utiliza o elemento religioso para receber sem riscos o arrendamento ou os juros"³.

O clero meridional é, assim, menos uma camada intelectual que uma camada social com uma função econômica.

O intelectual rural não é realmente intelectual orgânico da massa camponesa, mas da classe dominante, tendo a função político-social de perpetuar sua hegemonia através da neutralização das classes subalternas: "O camponês está ligado ao grande proprietário através do intelectual"⁴.

A ligação do intelectual rural com a classe dominante efetua-se através do bloco intelectual, que agrupa todos os intelectuais: "Acima do bloco agrário funciona o bloco intelectual, que praticamente serviu, até agora, para impedir que as rachaduras do bloco agrário tornem-se muito perigosas e causem um desabamento"⁵. Realmente, Gramsci limita-se a bloco intelectual laico, mas é evidente que o clero constitui a fração numérica e ideologicamente mais importante dos intelectuais; mas a fração laica é estrategicamente essencial: tem por objeto fornecer, no sistema, uma alternativa aos intelectuais em ruptura com o clero.

Os verdadeiros dirigentes deste bloco intelectual, aqueles que centralizam e dominam o sistema hegemônico, são os grandes intelectuais, os mestres do pensamento das camadas intelectuais, estrei-

1. *Ibid.*

2. Ao contrário do clero do Norte, "de origem popular e mais ligado às massas camponesas" (*C.P.C.*, p. 152).

3. *Ibid.*

4. *Ibid.*

5. *C.P.C.*, p. 155.

tamente ligados aos grandes latifundiários, de quem são a expressão ideológica. No começo do século XX, estes grandes intelectuais meridionais são Benedetto Croce e Giustino Fortunato. Graças a seu prestígio, canalizam e atraem as aspirações das camadas inferiores de intelectuais:

"Homens de grande cultura e inteligência, saídos do meio tradicional do *Mezzogiorno*, mas ligados à cultura européia e portanto mundial, possuíam todas as qualidades para dar satisfação às necessidades intelectuais dos mais honestos representantes de juventude cultivada do *Mezzogiorno* e para acalmar suas veleidades inquietas de revolta contra as condições existentes, bem como guiá-la segundo uma linha intermediária de serenidade clássica de pensamento e de ação"¹.

Porém os grandes intelectuais têm igualmente a função de desarmar toda e qualquer tentativa de ruptura do bloco ideológico em proveito das classes subalternas, isolando os intelectuais subalternos da massa camponesa e inserindo-os em um sistema cultural desligado do contexto social, a serviço da classe dominante. Assim, B. Croce, afirma Gramsci, elaborando uma concepção de mundo laica e liberal, "recuperou" os intelectuais meridionais em ruptura ideológica com o clero ligado à aristocracia agrária e ligou-os à classe dirigente a nível nacional e europeu: a burguesia. "Neste sentido, Benedetto Croce preencheu uma altíssima função "nacional": desligou os intelectuais radicais do *Mezzogiorno* das massas camponesas, fazendo-os participar da cultura nacional e européia e, através desta cultura, fez com que fossem absorvidos pela burguesia nacional e, assim, pelo bloco agrário"².

Os grandes intelectuais políticos agiram no mesmo sentido. É assim que Gramsci interpreta as medidas "político-policiais" de Giolitti em relação ao *Mezzogiorno*: enquanto os movimentos de massa eram esmagados a sangue, o Estado concedia privilégios à camada dos intelectuais, "sob a forma de empregos na administração pública, do direito de saquear impunemente as repartições administrativas locais, de uma legislação eclesiástica aplicada menos severamente que em outras regiões, deixando o clero dispor de importantes patrimônios etc., ou seja: incorporando, "a título pessoal", os elementos sulistas mais ativos ao pessoal dirigente do Estado, com privilégios particulares de ordem 'judiciária e burocrática.'"³ Tal política é uma espécie de transformismo a nível do aparato do Estado.

1. *C.P.C.*, pp. 155-156.

2. *C.P.C.*, p. 156.

3. *R.*, p. 98.

A conseqüência política consiste em transformar dirigentes em potencial da revolta camponesa em um instrumento de dominação da classe dominante, "seu acessório de polícia privada"¹. Os grandes intelectuais são, assim, as peças-chaves do bloco intelectual e, por isso mesmo, do sistema hegemônico. Gramsci, por essa razão, qualifica Croce e Fortunato como "os reacionários mais ativos da península"². Também por essa razão, concentrou nos *Quaderni* seus principais esforços para a luta ideológica contra esses grandes intelectuais.

A destruição do bloco histórico necessita, pois da desagregação do bloco intelectual, "armação flexível, mas muito resistente" do bloco histórico. O bloco intelectual – ou bloco ideológico – desenvolve e dirige o sistema hegemônico. A camada social dos intelectuais constitui, em função disto, um dos elementos essenciais do bloco histórico.

O estudo do papel dos intelectuais no seio do bloco histórico permite agora restituir, em seu quadro preciso, os diferentes elementos do bloco histórico: este, como situação histórica global, compõe-se de duas esferas complexas: a um determinado modo de produção corresponde uma estrutura social precisa, onde domina uma classe fundamental; esta classe desenvolve progressivamente uma superestrutura diferenciada, especializando suas atividades, dando-lhe homogeneidade e direção política e ideológica – hegemonia – sobre as demais classes. Esta direção da sociedade é exercida em diversos graus por uma camada social ligada organicamente à classe dirigente: os intelectuais, encarregados de dirigir o complexo superestrutural e soldar a estrutura e a superestrutura. Assim aparece a organização do bloco histórico, de que falta estudar as condições de desaparecimento em proveito de um *novo bloco histórico*.

1. *Ibid.*

2. *C.P.C.*, p. 155.

CAPÍTULO V

O NOVO BLOCO HISTÓRICO

O bloco histórico foi definido como a articulação interna de uma situação histórica precisa. Tal situação evolui, porém, e com ela a estrutura e a superestrutura deste bloco histórico. Esta se edifica, essencialmente, em torno do sistema hegemônico da classe fundamental.

O problema da criação de um novo bloco histórico é, pois, realmente o da criação de um novo sistema hegemônico, mas também do desencadeamento de uma *crise orgânica* do bloco histórico, que deverá nesse momento favorecer as novas forças sociais. A edificação de um novo bloco histórico não é, de maneira alguma, um fenômeno mecânico, e Gramsci freqüentemente relembra isso nos *Quaderni*, ao atacar concepções "economicistas": pelo contrário, trata-se de um verdadeiro empreendimento, que depende da resolução positiva de duas condições:

– O desencadeamento de uma crise orgânica do bloco histórico, isto é, da ruptura dos laços orgânicos entre a estrutura e a superestrutura, quando os intelectuais deixam de representar as classes sociais. Uma tal crise pode ser suscitada pelas classes subalternas (organizadas ou não) ou pode ser conseqüência de um fracasso político da classe dirigente.

– A criação de um sistema hegemônico, agrupando as classes subalternas: isto porque, se a crise for "espontânea" e as classes subalternas estiverem desorganizadas, a classe dominante recuperará o controle da situação e a velha sociedade sobreviverá, pelo menos provisoriamente; por outro lado, na ausência de tal organização, a crise orgânica não poderá ser suscitada.

Entretanto, antes de examinar a análise gramscista de crise orgânica, convém previamente lembrar que nem toda a crise no seio do bloco histórico é necessariamente orgânica. Gramsci sublinha, com efeito, que para isso é necessário que a ruptura atinja as classes "fundamentais", isto é: a classe dominante, de um lado e aquela que aspira à direção do novo sistema hegemônico, de outro.

Assim, a luta entre a burguesia – e seus aliados – e a classe operária – e as outras classes dominadas – é uma crise orgânica, porque concerne aos principais protagonistas a nível estrutural. Mas uma crise pode igualmente desenrolar-se no próprio seio do sistema hegemônico e pôr em conflito a classe fundamental e os grupos auxiliares, ou mesmo as diferentes frações da classe fundamental entre si: “Seria um erro de método (um aspecto do mecanismo sociológico) considerar que todo novo fenômeno histórico resulte do equilíbrio das forças fundamentais; é preciso igualmente considerar as relações (de outra natureza, sócio-econômicas e técnico-econômicas) que se estabelecem entre os grupos principais das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas à influência hegemônica”¹. As classes subalternas mantêm-se excluídas em tal crise ou agem somente como massas de manobra das frações em conflito.

Gramsci vê no Caso Dreyfus o exemplo perfeito de uma crise, no interior do sistema hegemônico, entre os diversos grupos que o compõem: “O movimento Dreyfus é característico porque são os elementos do próprio bloco social dominante que agitam o cesarismo da parte mais reacionária desse mesmo bloco, apoiando-se não sobre os camponeses e o campo, mas sobre os elementos subordinados da cidade, conduzidos pelo reformismo socialista (e mesmo sobre a parte mais avançada do campesinato)”²: uma fração da classe dirigente apóia-se sobre certos grupos auxiliares para reequilibrar, em seu favor, o sistema hegemônico. Um tal reequilíbrio pode ser regressivo se tende a apoiar-se sobre as forças mais atrasadas e ligadas à antiga classe dirigente. Mas pode também ser progressivo, como demonstra o Caso Dreyfus; em tal situação, a fração mais esclarecida da classe dirigente reforça sua hegemonia alargando sua base social e estabelecendo um compromisso mais favorável aos grupos auxiliares, e até mesmo aos subalternos (apelo aos novos intelectuais originados nesses grupos, compromisso político e ideológico). Tal crise demonstra, por outro lado, a fraqueza e ausência de autonomia das classes subalternas e portanto a ausência de qualquer risco de crise orgânica.

1. A CRISE ORGÂNICA

A crise orgânica é uma ruptura entre a estrutura e a superestrutura. É a consequência das contradições agravadas com a evolução da estrutura e a ausência de evolução paralela da superestrutura:

1. *Mach.*, p. 61.

2. *Mach.*, p. 61.

“A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”¹.

Gramsci afirma: no momento em que a classe dirigente deixou de preencher sua função econômica e cultural, ou seja, quando deixou de fazer avançar a sociedade como um todo, não somente satisfazendo as exigências de sua própria existência, mas aumentando continuamente o número de seus quadros para apoderar-se progressivamente de novas esferas da atividade econômico-produtiva”², o bloco ideológico que lhe dá coesão e harmonia tende a desagregar-se. Porém não chega necessariamente a esse ponto, em função da ação moderadora dos “grandes intelectuais”.

Embora seja verdade que “nenhuma sociedade se dissolve nem pode ser substituída enquanto não tiver desenvolvido todas as formas de vida implicitamente contidas em suas relações”³, não se pode deduzir daí um desaparecimento catastrófico dessa sociedade, quando sua função estiver terminada. Só ocorre um desaparecimento do antigo bloco histórico se a crise de estrutura gera uma crise orgânica, ou crise de hegemonia.

Esta crise de hegemonia é, realmente, a característica essencial da crise orgânica (o que mostra mais uma vez o laço entre hegemonia e bloco histórico): a classe dominante não tem mais a direção das classes subordinadas, na medida em que estas rompam com os intelectuais que as representam. É o caso dos intelectuais que controlam a sociedade civil e, mais particularmente, os partidos políticos tradicionais: “Em certo momento de sua vida histórica, os grupos sociais destacam-se de seus partidos tradicionais, ou seja: os partidos tradicionais, na forma de organização que apresentam, com os homens bem precisos que os dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe, ou fração de classe”⁴.

Este fenômeno ocorre sobretudo nos partidos em que a burocracia dirigente terminou por desligar-se das massas, de modo que, em caso de crise, “o partido termina por tornar-se anacrônico e, nos momentos de crise aguda, chega a esvaziar-se inteiramente de seu conteúdo social e fica como se construído no vazio”⁵. Gramsci cita particularmente o caso dos partidos políticos alemães da República de Weimar, que desapareceram como o nazismo e... dos partidos franceses da Terceira República, de que sublinha o caráter

1. *P.*, p. 38.

2. *R.*, pp. 71-72.

3. *Mach.*, p. 41.

4. *Mach.*, p. 50.

5. *Mach.*, p. 51.

esclerosado e “anacrônico” e “cuja crise pode tornar-se ainda mais catastrófica que a dos partidos alemães...”¹.

Esse esvaziamento explica-se igualmente pelo fato de que os intelectuais destes grupos sociais estão subordinados aos intelectuais orgânicos da classe dirigente e assim, em caso de crise, são vítimas da contradição de sua situação.

Porém essa crise de confiança não se limita aos partidos tradicionais: estende-se a todos os demais órgãos da opinião pública, principalmente à imprensa, e a partir dela reflete-se em toda a sociedade civil. Crise de hegemonia, a crise orgânica afeta, assim, o modo habitual de direção da classe dirigente sobre os outros grupos: o consenso. Ela reforça a posição dos órgãos da sociedade política no seio da superestrutura.

Essa crise de hegemonia, que se define como uma “crise de autoridade”² é, na realidade, uma crise de autoridade da classe dirigente, que passou a ser puramente dominante, e portanto da ideologia tradicional, com a qual romperam as classes subalternas.

Essa ruptura entre representantes e representados concretiza-se em dois tipos de situação, que são os reveladores da cisão entre as classes e seus representantes; não se produz brutalmente nesses instantes precisos, mas é aí que se concretiza tomando o exemplo dos partidos tradicionais, Gramsci mostra que são “anacrônicos” e “desligados das massas”, mas essa situação só se verifica em casos de “crise aguda”, quando então ficam suspensos no vazio. Não se trata de reduzir a crise orgânica a esses dois tipos de crise aguda, mas de ver, nessas situações, o desencadeamento da crise orgânica.

Gramsci cita, nos *Quaderni*, dois casos de tais crises: produz-se uma crise “ou porque a classe dirigente fracassou em um de seus grandes projetos políticos, para o qual ela pediu ou exigiu, pela força, o consentimento das grandes massas (a guerra, por exemplo), ou então porque amplas massas (sobretudo camponesas e intelectuais pequeno-burgueses) passaram repentinamente da passividade política a uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto inorgânico, constituem uma revolução”³.

Estes dois casos são então, segundo Gramsci, a consequência de um grave fracasso da classe política do grupo dirigente, ou a consequência da politização das classes subordinadas e seus intelectuais, e de sua “cisão”.

Retomemos essas duas possibilidades.

1. *Mach.*, pp. 51-52.

2. *P.*, pp. 37-38.

3. *Mach.*, p. 50.

A primeira consiste no fracasso da classe dirigente, em consequência de um grande empreendimento político para o qual ela havia pedido a adesão nacional. Gramsci cita o exemplo perfeito da guerra – podemos mesmo dizer: da guerra de 1914-1918.

A. Pizzorno¹, em sua intervenção no Colóquio de Cagliari, ressaltou justamente a importância atribuída por Gramsci aos efeitos da guerra sobre as classes subalternas: estas e especialmente as massas camponesas são, em 1914, bruscamente mobilizadas para a guerra, que abala sua psicologia e forja sua consciência coletiva. Tal análise é totalmente justa, mas, contrariamente ao comentário de A. Pizzorno, Gramsci não se limita a isso para chegar à conclusão da crise orgânica. A tomada de consciência coletiva das classes subordinadas não se torna, no momento da guerra, automaticamente revolucionária. O próprio Gramsci dá um exemplo desta afirmação, ao analisar os efeitos da primeira guerra mundial sobre as massas camponesas: “A guerra não enfraqueceu, e sim reforçou a hegemonia”², afirma ele. A ausência de uma cisão entre a classe dirigente e as classes subalternas explica-se pelo passado democrático e difusão, inclusive nas classes subalternas, “de um tipo de cidadania moderna”, cidadania no duplo sentido de que “não somente o homem do povo sentia-se ‘alguém’, mas também era considerado como ‘alguém’ pelos superiores, as classes dirigentes, ou seja: ele não era maltratado como algo desprezível”³. Assim, a guerra não engendrou graves crises internas na França e, tanto mais em virtude de terminar em vitória para este país, o pós-guerra não gerou lutas nacionais violentas. Gramsci opõe ao da França o caso da Rússia: A. Pizzorno cita um célebre artigo do *Ordine Nuovo*, em que Gramsci afirma que “quatro anos de trincheiras e exploração modificaram radicalmente a psicologia dos camponeses. Esta transformação (...) é uma das condições essenciais da revolução. O que a industrialização, por um processo normal de desenvolvimento, não havia conseguido criar, a guerra o fez”⁴. Gramsci visa, porém, o caso da Rússia: aos sacrifícios pedidos às massas camponesas mobilizadas soma-se o fracasso político da classe dirigente: a derrota militar. É a derrota consecutiva aos sacrifícios inúteis – que leva à revolução e, assim, à crise orgânica. Esta nasce, pois, em caso de grave crise nacional.

A guerra não é, evidentemente, o único caso deste tipo. Gramsci tem em vista igualmente outras situações análogas, princi-

1. Particularmente in *L'Homme et la Société*, 1968, nº 8, pp. 167-169.

2. *Mach.*, p. 105.

3. *Mach.*, p. 106.

4. *O.N.*, p. 24.

palmente os plebiscitos e as eleições gerais¹. Tais crises são consequência de uma iniciativa da classe dirigente, iniciativa que, tendo fracassado, levou a uma reação das classes subalternas.

Porém a crise pode igualmente resultar – e é a segunda possibilidade que Gramsci examina – de uma iniciativa política direta das classes subalternas. Esta iniciativa não é definida muito claramente: trata-se de ações que emanam não somente destas camadas, mas igualmente dos intelectuais subalternos. Estas camadas sociais passam “bruscamente” da passividade política a uma ação reivindicatória *revolucionária*, na medida em que é *inorgânica*. Esta qualificação de inorgânica pode ser entendida de dois modos: seja para caracterizar a ruptura dos laços entre as massas populares e seus representantes tradicionais, seja para descrever igualmente a ausência de intelectuais orgânicos nas fileiras das classes subalternas. Esta interpretação é confirmada por outras notas dos *Quaderni*, em que Gramsci destaca o aspecto “espontâneo” das revoltas das classes subalternas: “Pode-se dizer que o elemento ‘espontâneo’ é característico da história das classes subalternas e também dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não atingiram a consciência de classe ‘para si’.”² Gramsci visa aqui o caso da Itália, sobretudo da Itália meridional, que forma “uma grande desagregação social”³, onde as classes mais numerosas não têm nenhuma coesão. É o caso das massas populares, sobretudo do campesinato, que são tradicionalmente passivas e “apolíticas”, incapazes “de expressar de forma centralizada suas aspirações e necessidades”⁴. A consequência dessa passividade é ser a reação espontânea e primitiva: “A luta de classes confunde-se com o banditismo, chantagens, incêndios de florestas, roubos de gado, seqüestros de crianças, atentados contra as prefeituras: ela é uma forma de terrorismo elementar, sem consequências estáveis e eficazes”⁵. Esses movimentos espontâneos são inorgânicos porque estas camadas sociais passam bruscamente do nível econômico-corporativo ao nível político, sem a intervenção dos intelectuais.

Esta revolta inorgânica concerne igualmente aos intelectuais subalternos. Gramsci sublinha que estes são de origem pequeno-burguesa e que, na Itália, esta camada social é tão desorganizada quanto o campesinato: como o último, pode revoltar-se repentina e

1. *R.*, pp. 112-114.

2. *P.*, p. 55.

3. *C.P.C.*, p. 150.

4. *C.P.C.*, p. 150.

5. *O.N.*, p. 23.

inorganicamente: “Um dos elementos da constituição social da Itália é a quantidade despropositada de pequenos e médios burgueses, rurais ou de tipo rural, de onde saíram inúmeros intelectuais instáveis e por isso mesmo facilmente ‘disponíveis’ para qualquer iniciativa, mesmo as mais estranhas, desde que pareçam, ainda que vagamente, subversivas (de direita ou de esquerda)”¹.

Tais ondas revolucionárias, observa Gramsci, geralmente são acompanhadas de “movimentos reacionários da direita da classe dominante”² pelo mesmo motivo – por exemplo, uma crise econômica. As possibilidades de sucesso de tais movimentos são, a partir daí, aleatórias: mesmo se “os movimentos espontâneos das camadas populares-mais vastas tornam possível a chegada ao poder da classe subalterna mais progressista, através do enfraquecimento objetivo do Estado”³, a tomada do poder é efêmera.

“Os exemplos regressivos no mundo moderno” – por exemplo, os golpes de Estado da direita da classe dominante – “são os mais freqüentes”⁴. Tal situação explica que Gramsci condene essa dupla inorganicidade da revolta popular: se o espírito de cisão da classe dirigente é necessário, deve ser acompanhado da edificação de um sistema hegemônico oposto ao sistema da classe dirigente que, organizado pelos intelectuais orgânicos da classe subalterna fundamental, canalizará essa espontaneidade; sem o que, as consequências da crise orgânica serão a vitória da classe dirigente, o esmagamento da direção das classes subalternas e seu retorno à passividade política.

1º Conseqüências da crise

A crise aguda da hegemonia gera uma ruptura, diante da qual os protagonistas – as classes sociais e seus intelectuais orgânicos – devem reagir rapidamente.

Cabe lembrar, entretanto, que a crise orgânica é uma crise de hegemonia; afeta, pois, essencialmente a sociedade civil. A classe dirigente torna-se classe dominante, o que significa que conserva o controle da sociedade política, isto é: do aparelho de Estado, da coerção.

Convém examinar, perante tal situação, que reação podem ter os protagonistas da crise: por um lado, a classe dominante e por outro lado, as classes subalternas.

A posição da classe dominante é muito favorável: conforme a gravidade da crise e a correlação de forças com o inimigo, ela pode

1. *R.*, p. 197.

2. *P.*, p. 58.

3. *Ibid.*

4. *P.*, p. 58.

escolher entre três alternativas: um remanejamento da sociedade civil, a utilização da sociedade política ou a solução de tipo cesarista.

— A primeira solução consiste, pois, na reestruturação da sociedade civil; é a solução normal: a classe dominante dispõe de uma camada bastante diversificada e muito sólida de intelectuais, cuja combinação política ela pode variar em caso de crise: “A classe dirigente tradicional, que conta com um pessoal bastante numeroso e bem treinado, muda de homens e de programa e recupera o controle que lhe está escapando, com maior rapidez que as classes subalternas”¹. Essas mutações no pessoal dirigente fazem-se acompanhar de uma revisão do sistema hegemônico. Os compromissos estabelecidos com as classes auxiliares são remanejados em proveito destas, prontas, se preciso, a fazer sacrifícios, e até a “expor-se a um futuro obscuro, carregado de promessas demagógicas”². Enfim, o aparelho de Estado é utilizado para esmagar a direção das classes subalternas e separá-las de seus intelectuais pela força ou atração política. Quanto aos intelectuais orgânicos da classe dominante, particularmente a classe política, cuja aparente divisão era um fator de hegemonia em tempos normais, reagrupam-se sob uma direção única; o mais perfeito exemplo é o partido único: “A passagem das tropas de um grande número de partidos sob a bandeira de um partido único, que representa melhor e resume as necessidades da classe inteira, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se seu ritmo é muito rápido e quase fulminante, se comparado ao dos períodos de calma; ele representa a fusão de todo um grupo social sob uma única, direção considerada como a mais capaz de resolver um grave problema da existência e afastar um perigo mortal”³.

Trata-se aí de um partido único da classe dominante e não de toda a sociedade. É evidente que tal solução pode, em caso de crise grave, combinar-se com a liquidação dos partidos que representam os outros grupos sociais; resultará então no sistema do partido único propriamente dito — o que é o caso particular do fascismo.

A solução orgânica da crise implica, pois, o uso combinado da hegemonia — em relação aos grupos auxiliares e aliados — e da coerção — em relação aos grupos inimigos. Conforme prevaleça uma ou outra, o sistema permanecerá hegemônico ou tornar-se-á ditatorial.

Quando o uso da força ou consenso revela-se aleatório, a classe dominante recorre então à “atividade das forças obscuras, representadas pelos homens providenciais”⁴. Essa solução significa

1. *Mach.*, pp. 50-51.
2. *Mach.*, p. 51.
3. *Mach.*, p. 51.
4. *Mach.*, p. 50.

que nenhum dos dois campos tem força para vencer: “Pode-se dizer que o cesarismo exprimiou uma situação onde as forças que se opõem equilibram-se de maneira catastrófica, ou seja: equilibram-se de tal modo que o prosseguimento da luta não pode levar a uma solução sem a destruição recíproca”¹.

O recurso a tal solução é consecutivo a um equilíbrio de forças entre duas classes fundamentais; mas pode ter sido necessário igualmente por um equilíbrio fortuito, devido a divisões internas da classe dirigente que o enfraqueceu frente às classes subalternas, tornando possível uma vitória “precoce” destas, num momento em que a classe dirigente “ainda não esgotou suas possibilidades de desenvolvimento”². É o exemplo de Napoleão III que decide a luta entre a classe operária e a burguesia, enfraquecida pelas lutas entre legitimistas, orleanistas, bonapartistas e republicanos*.

Na medida em que o cesarismo constitui uma arbitragem entre os dois protagonistas, a balança poderá pender para um lado como para o outro. Dependendo de que favoreça a classe conservadora ou as forças progressistas, o cesarismo será regressivo ou progressivo. O cesarismo é um compromisso, mas obrigado a evoluir a favor de um ou outro campo, ou a desaparecer em caso de novo desequilíbrio de forças.

Gramsci sublinha, por outro lado, que as condições modernas da vida política e sobretudo uma maior acuidade entre classes dirigentes e subordinadas modificaram profundamente a natureza da solução cesarista: nos exemplos clássicos de cesarismo, o antagonismo punha em choque dois grupos que, “ainda que fossem distintos e opostos”, não chegavam ao ponto de não poder se fundir e assimilar reciprocamente, em conseqüência de um processo molecular; é o que acontece realmente, pelo menos em certa medida”³. O antagonismo burguesia-aristocracia agrária termina, na maior parte dos países ocidentais, depois da vitória da primeira ao nível da estrutura, pela absorção da segunda através da concessão de certos privilégios corporativos a nível da superestrutura. O cesarismo não apresenta, em tal caso, um caráter catastrófico.

O cesarismo do mundo moderno, ao contrário, serve de equilíbrio entre forças totalmente antagônicas e que não podem

1. *Mach.*, p. 58.

2. *Mach.*, p. 60.

* N.T. — Partidos franceses do século XIX. Legitimistas eram os partidários do Conde de Chambord, ramo primogênito dos Bourbon, destronados em 1830; orleanistas eram os partidários de Luis Felipe, Duque de Orleans, que destronou os Bourbon em 1830; bonapartistas eram os partidários do regime de Napoleão e de sua dinastia.

3. *Mach.*, p. 60.

fundir-se: tal regime inclusive acentua esse antagonismo. As únicas possibilidades de evolução marginal residem então na situação internacional do país em questão – em função de seu “peso” internacional – e na fraqueza relativa de um dos grupos antagonísticos¹.

A solução cesarista permite, pois, uma grande variedade de situações. O fenômeno fascista constitui, deste ponto de vista, um tipo de solução cesarista, mas que é conseqüência de uma situação em que a crise afeta, ao mesmo tempo, o bloco histórico (crise orgânica) e o agrupamento hegemônico (crise entre classe dominante e classes auxiliares): frente à ameaça de uma crise orgânica em proveito das classes subalternas (classe operária) e diante da fraqueza do aparelho do Estado, a classe auxiliar (no caso, a pequena-burguesia urbana e rural) apodera-se do Estado (sociedade civil + sociedade política) e mantém o bloco histórico existente, em benefício da classe fundamental (burguesia). Assim, o sistema fundamentalmente não se alterou, pois a burguesia conserva a direção econômica, mas a pequena-burguesia, em lugar de ser um simples auxiliar que serve de base social e viveiro de intelectuais subordinados à burguesia, apodera-se do Estado e torna-se classe dominante ao nível *superestrutural*. A crise orgânica conduz, assim, a um reequilíbrio no interior do grupo dominante em benefício da classe auxiliar. O fascismo é, nesse sentido, uma variedade do cesarismo².

Frente a essas possíveis atitudes da classe dominante, qual pode ser a opção das classes subordinadas? Sua situação é, *a priori*, desfavorável: “A crise gera situações imediatas perigosas, porque as diferentes camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e reorganizar-se com o mesmo ritmo”³. Diante do potencial intelectual e estratégico da classe dominante, as classes subordinadas só poderão opor sua força e visar à vitória se estiverem organizadas e submetidas a uma verdadeira di-

1. A segunda evolução por que passou o cesarismo situa-se ao nível político: ao cesarismo do “homem providencial”, tende a substituir um “cesarismo sem César”. O regime parlamentar e o papel dos partidos políticos permitem combinações variadas. Assim, os governos de coligação constituem, segundo Gramsci, o primeiro grau do cesarismo, que pode evoluir em direção a um cesarismo “puro” (evolução política italiana de 1922 a 1925) ou continuar no nível inicial (governo Mac Donald), cf. *Mach.*, pp. 58-59.

Os partidos políticos e até mesmo os sindicatos podem da mesma forma ser utilizados, através da corrupção ou do terror, como órgãos de polícia política e fornecer a base de um regime cesarista “sem ação militar de grande estilo, tipo César ou 18 Brumário” (*Mach.*, p. 59). O cesarismo contemporâneo torna-se, assim, mais policial que militar” (*Mach.*, p. 61).

2. O cesarismo pode também limitar-se a um conflito interno do sistema hegemônico, como no Caso Dreyfus.

3. *Mach.*, p. 50.

reção, já que, de início, estavam “em posição de defesa”¹. Trata-se então, para estas camadas sociais, de desenvolver seu próprio sistema hegemônico frente ao sistema dominante.

Porém, antes de examinar o problema do novo sistema hegemônico, convém lembrar uma última condição importante, isto é, a duração da crise orgânica: ela não deixa de ter conseqüências na orientação estratégica do sistema hegemônico das classes subordinadas.

2º A duração da crise orgânica

Assim como a crise orgânica não é um fenômeno repentino, não é tampouco uma situação efêmera. Devido a seu caráter orgânico, esta crise de hegemonia reflete a crise da estrutura e segue, pois, sua evolução. Desde então, uma tal situação pode prolongar-se durante um longo período histórico, “durante dezendas de anos: esta duração excepcional significa que apareceram (e amadureceram) na estrutura contradições incuráveis que as forças políticas, que trabalham positivamente pela conservação e defesa da própria estrutura, tentam não obstante sanar, dentro de certos limites, e superar”².

Tal duração é, pois, a conseqüência dos esforços da superestrutura para manter o antigo sistema. Uma análise correta da crise deverá, assim, distinguir os fenômenos *orgânicos* dos esforços *conjunturais* do quadro dirigente para contê-la, sem o que “não se leva em conta o fator ‘tempo’ e não se leva em conta, em última análise, a própria ‘economia’, no sentido de que não se compreende como os fatos ideológicos de massa estão sempre atrasados em relação aos fenômenos econômicos de massa e como, em conseqüência, o impulso automático devido ao fator econômico é, em certos momentos, freiado, entravado ou momentaneamente rompido pelos elementos ideológicos tradicionais”³. Tal tipo de crise é inclusive o caso normal nos países ocidentais, onde a superestrutura, e particularmente a sociedade civil, é muito desenvolvida e resistente.

Gramsci cita o exemplo dos acontecimentos que se sucederam na França de 1789 a 1871. Os historiadores dividiram-se quanto aos verdadeiros limites da Revolução Francesa. Realmente, explica Gramsci, trata-se de uma crise orgânica de longa duração que não termina senão quando a burguesia assenta duravelmente seu poder, esmagando “não somente os representantes da velha sociedade, que

1. *R.*, p. 193.

2. *Mach.*, p. 42.

3. *Mach.*, p. 37.

não quer confessar-se definitivamente ultrapassada, mas também os novos grupos, que pretendem que a nova estrutura já está também ultrapassada”¹. É com o esmagamento da Comuna que termina a crise orgânica desencadeada em 1789; entre estes dois acontecimentos, foi marcada por desordens sociais e políticas (crises agudas), em que as forças enfrentavam-se militarmente e onde um novo equilíbrio de forças se estabeleceu: 1789, 1794, 1799, 1804, 1815, 1830, 1848, 1870. Porém a cada vez o período de estabilização é mais longo, porque a nova classe dirigente controla melhor a sociedade. Depois de cada crise aguda, o confronto se conclui, seja por um remanejamento na superestrutura, seja pela instauração de um regime cesarista: cesarino progressivo quando a burguesia utiliza Napoleão I para consolidar suas vitórias sobre a aristocracia; cesarismo regressivo de Napoleão III, que defende a hegemonia da burguesia contra as novas forças progressistas. As últimas forças que contestam a direção de classe fundamental, em 1871, são massacradas, o que leva, com a instauração do regime “definitivo”, ao abandono dos “princípios de estratégia e tática política que nasceram praticamente em 1789 e desenvolveram-se ideologicamente por volta de 1848”².

Tal duração da crise orgânica não é casual: explica-se pelo próprio caráter do bloco histórico, a relativa resistência da superestrutura. Segundo a duração da crise, as forças em presença, e sobretudo as classes subalternas, deverão adotar uma estratégia diferente. A natureza da crise orgânica e as condições de seu desenvolvimento influem, pois, diretamente sobre a formação do novo sistema hegemônico.

2. O NOVO SISTEMA HEGEMÔNICO

Uma crise orgânica só conduz a um novo sistema hegemônico se as classes subordinadas conseguem, antes mesmo da explosão da crise, organizar-se e construir sua própria direção política e ideológica. Tal problema é difícil de resolver: por um lado, uma classe só é realmente hegemônica quando consegue apoderar-se do Estado – sociedade civil + sociedade política – e, por outro lado, as classes subordinadas, por sua própria situação no seio do bloco histórico, só têm reduzidas possibilidades de organizar-se; na maioria dos casos são elas excluídas da vida política real por falta de intelectuais orgânicos: seus representantes são realmente os intelectuais orgânicos subalternos da classe dominante e sua organização autônoma

1. Mach., p. 43.

2. Mach., p. 44.

nem sempre ultrapassa o nível econômico-corporativo. Gramsci inclusive constata, em *Alcuni temi*, de que modo o “proletariado, como classe, é fraco em elementos organizadores: não possui e não pode dotar-se de uma camada de intelectuais senão muito lentamente, muito dificilmente, e somente depois da conquista do poder estatal”¹.

A primeira etapa consiste, pois, em “cindir-se” do sistema hegemônico da classe dirigente e o caráter essencial da crise orgânica aparece nessa ruptura entre as classes subalternas e a ideologia dominante. Porém essa cisão só será durável se for acompanhada de uma tomada de consciência ideológica e política: esse espírito de cisão, idéia que Gramsci retoma de Sorel, deve ser “a aquisição progressiva da consciência de sua própria personalidade histórica”². Essa consciência de classe é fruto, entre as classes subordinadas, da futura classe fundamental, do protagonista principal ao nível da estrutura econômica.

Essa classe essencial, que aspira à direção do novo bloco histórico, deve então gerar os intelectuais orgânicos que lhe darão sua própria concepção do mundo e organizarão um sistema hegemônico sobre as demais classes subordinadas.

“É a fase mais claramente política que marca a passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas, fase na qual as ideologias que germinaram anteriormente tornam-se ‘partidos’, medem suas forças e entram em luta até o momento em que só uma delas ou uma combinação tende a predominar, a impor-se, a expandir-se sobre toda a área social, determinando assim não somente a unicidade dos fins econômicos e políticos, como também a unicidade intelectual e moral, ao colocar todos os problemas em torno dos quais se intensifica a luta não sobre o plano corporativo, mas sobre o plano universal, criando a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”³.

A hegemonia implica que não somente o grupo essencial crie seus próprios intelectuais, mas que absorva os das outras camadas aliadas; no caso, estas camadas são igualmente subordinadas, o que significa que será necessário romper o bloco ideológico que liga esses grupos à classe dirigente: “Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para liberar a dinâmica econômica dos entraves da política tradicional, para mudar a direção política de certas for-

1. C.P.C., p. 158.

2. P., pp. 172-173.

3. Mach., p. 46.

ças que é necessário absorver para realizar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas”¹.

Na medida em que a formação de um sistema hegemônico implica o consenso dos grupos aliados, uma tal iniciativa só poderá então ser bem sucedida por meio de um compromisso: “Posto que duas forças semelhantes só podem fundir-se em um novo organismo por duas maneiras: uma série de acordos ou a força das armas, pela união concreta através de uma aliança ou pela subordinação violenta de uma à outra, trata-se de saber se se possui a força necessária e se é produtivo empregá-la. Se a união de duas forças é necessária para vencer uma terceira, o recurso às armas e à violência (admitindo que se pudesse dispor dela) não é mais que uma hipótese de método e a única possibilidade concreta é o compromisso, já que é possível usar a força contra os inimigos, mas não contra uma parte de si mesmo que se deseja assimilar rapidamente e da qual é necessário obter a boa vontade e o entusiasmo”².

Uma das preocupações constantes de *Ordine Nuovo* e, em seguida, do PCI, afirma Gramsci em 1926 em *Alcuni temi*, foi a de romper o bloco intelectual do *Mezzogiorno* para que se forme, como “formação de massa”³, uma tendência de esquerda entre os intelectuais, principalmente entre os intelectuais subalternos, a fim de ligar organicamente as camadas sociais subordinadas à nova classe fundamental; deste modo, a cisão ideológica e política “amplia-se da classe protagonista às classes aliadas potenciais”⁴.

O novo sistema hegemônico concentra, em torno de um grupo líder e de seus intelectuais, as camadas sociais subordinadas e os intelectuais radicais encarregados normalmente de vincular essas massas à classe dominante, e que abandonaram o bloco intelectual desta última. Esse é o esquema ideal. Na realidade, reconhece Gramsci, “a tendência à unificação (dos grupos subalternos) é continuamente quebrada pela iniciativa dos grupos dominantes”⁵, quer seja pela recuperação dos intelectuais dissidentes, quer seja pelo esmagamento, à força se necessário, da direção dessas camadas sociais. As classes subalternas não devem, pois, limitar-se a uma direção ideológica e política totalmente autônoma, mas completá-la com uma direção “militar”.

Se a crise orgânica se caracteriza, para a classe fundamental, pela perda de sua hegemonia, esta classe conserva o controle da so-

1. *Mach.*, p. 37.
2. *Mach.*, p. 37.
3. *C.P.C.*, p. 158.
4. *P.*, p. 172.
5. *R.*, p. 193.

cidade política, o que significa que “os grupos subalternos sofrem a iniciativa dos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem”¹. A única possibilidade de paliar essa inferioridade é organizar o novo sistema hegemônico de tal maneira que as massas possam ser imediatamente mobilizadas quando explode a crise orgânica.

“O elemento decisivo de qualquer situação é a força permanentemente organizada, preparada com bastante antecedência, e que se possa fazer avançar quando se julgue que a situação é favorável (e só será favorável na medida em que tal força exista e esteja plena de ardor combativo); por isso, a tarefa essencial é de, sistemática e pacientemente, formar, desenvolver, tornar essa força cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si”².

Tal preparação é tarefa dos intelectuais orgânicos das classes subordinadas, isto é, do partido político. O problema essencial é, desde então, a qualidade dos dirigentes políticos e militantes – que Gramsci qualifica de forças de primeira linha. Essa organização permite, assim, compensar eventualmente a inferioridade material e sobretudo evitar que uma iniciativa da classe dominante atinja as classes subordinadas desprevenidas; na falta de tal preparação, “a velha sociedade resiste e ganha tempo para “respirar”, exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou, então, dá-se a destruição recíproca das forças em conflito, com a instauração da paz dos cemitérios, ou ainda sob a tutela de uma sentinela estrangeira”³.

Direção ideológica e direção político-militar são, então, as duas condições necessárias a uma verdadeira luta das classes subordinadas contra o sistema hegemônico dominante. Sua combinação depende da estratégia adotada.

A estratégia do novo sistema hegemônico

A estratégia das classes subordinadas não é o resultado de uma mera opção política, mas a consequência orgânica da análise do bloco histórico concreto, o que acarreta duas consequências:

– Inicialmente, a estratégia do sistema hegemônico das classes subalternas deve ser totalmente autônoma: a cisão ideológica e política deve prolongar-se a nível estratégico: “Na luta política, não se deve imitar os métodos de luta das classes dominantes, sob pena de cair facilmente em ciladas”⁴. Gramsci cita como exemplo a luta

1. *R.*, p. 193.
2. *Mach.*, pp. 49-50.
3. *Mach.*, p. 49.
4. *Mach.*, p. 64.

contra o fascismo: a reação das classes subordinadas oscilou entre a passividade e a reação violenta; à estratégia de movimento da classe dirigente, sob a forma de milícias particulares, opuseram-se espontaneamente organizações populares similares, os *Arditi del popolo*, que tiveram uma importância política nada desprezível. Mesmo sublinhando a importância política destes movimentos, Gramsci constata que responde a essa estratégia da classe dominante com uma estratégia similar era um erro: frente a grupos quase profissionais, a classe operária não podia organizar-se da mesma maneira: "Uma classe que deve trabalhar todos os dias à mesma hora não pode possuir organizações permanentes e especializadas de ataque, como uma classe que dispõe de amplas possibilidades financeiras e que não é obrigada, pelo menos em relação a todos os seus membros, a ter um trabalho fixo"¹. A única possibilidade estratégica seria realmente uma guerra de posições sob a forma de uma frente antifascista, isto é, uma estratégia autônoma².

- A segunda necessidade é definir essa estratégia, em função da análise minuciosa do bloco histórico, principalmente da importância respectiva das sociedades civil e política. Ficou claro, ao estudar a importância respectiva desses dois elementos da superestrutura, que, em função da maior preponderância de um ou outro, a estratégia utilizada para a destruição do bloco histórico deve variar. Como destacam justamente G. Tamburrano³ e J.-M. Piotte⁴, Gramsci ficou surpreso com o fracasso da revolução na Itália e de seu sucesso na Rússia, na medida em que as formações sociais e econômicas dos dois países eram bastante parecidas. Ele encontrou a diferença essencial no desenvolvimento desigual da superestrutura dos dois países. Se a sociedade civil russa era muito débil, formava o essencial da superestrutura na Itália: "No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação precisa, e num Estado abalado descobriu-se uma sociedade civil robusta"⁵.

Essa diferença fundamental não é recente. Analisando a Revolução Francesa, Gramsci mostra que antes que a luta se tornasse política e militar, a burguesia travou uma dura batalha ideológica contra a aristocracia, da qual a Reforma constituiu o prelúdio, e

1. *Mach.*, p. 64.

2. Sobre os *Arditi del popolo*, ver P. Spriano, Gramsci, il fascismo e gli "arditi del popolo", in *Prassi rivoluzionaria e storicismo*, pp. 175-199.

3. Particularmente: Gramsci e l'egemonia del proletariato, in *Studi Gramsciani*, pp. 277-286.

4. J.-M. Piotte, *op. cit.*, pp. 161-177.

5. *Mach.*, p. 68.

que se desenvolveu com o século das Luzes: a classe subordinada essencial combate a classe dirigente tradicional no campo ideológico e desagrega seu bloco intelectual, antes de apoderar-se da sociedade política.

Gramsci estima que os mesmos princípios devem prevalecer na luta da classe operária ocidental contra a burguesia; acrescentando a essa análise da superestrutura o exame das estratégias militares utilizadas no começo do século, sobretudo durante a primeira guerra mundial, Gramsci deduziu que a estratégia das classes subordinadas deve adaptar-se à superestrutura do bloco histórico: nos países de sociedade civil forte, a luta só pode assumir a forma de uma "guerra de posições": o Estado (sociedade política) não é mais que uma "trincheira avançada, atrás da qual se encontra uma poderosa cadeia de fortalezas e casamatas" (a sociedade civil)¹. Essa análise explica a importância que Gramsci atribui à desagregação do bloco intelectual da classe dirigente, assim como sua concepção de crise orgânica.

Nos países em que, como a Rússia de 1917, a sociedade civil é "primitiva e gelatinosa", a luta é, ao contrário, essencialmente política e militar e deve, por isso, adotar a forma de uma "guerra de movimentos".

Essa diferença estratégica explica as dificuldades das classes subordinadas para derrubar o bloco histórico nos países ocidentais: atacando de início a sociedade civil, chocam-se contra um bloco intelectual muito difícil de abalar, e que tende inclusive a absorver suas elites por processos como o transformismo, ou a suprimi-las pela força. Se, ao contrário, elas preferem lutar em primeiro lugar contra a sociedade política, esta será suplementada pela sociedade civil, que criará forças "privadas" para-militares, ou então, em caso de sucesso "político", as classes subalternas sofrerão a influência ideológica da velha sociedade civil, que não haviam conquistado previamente.

Gramsci, analisando o exemplo da burguesia francesa no século XVIII, e testemunha do fracasso da estratégia revolucionária nos países ocidentais depois da primeira guerra mundial, conclui pela primazia da luta ideológica; inicialmente, é a sociedade civil que as classes subordinadas devem conquistar: "Um grupo social pode, e mesmo deve, ser dirigente antes de conquistar o poder governamental e esta é mesmo uma das principais condições para a conquista do poder"².

1. *Mach.*, p. 68.

2. *R.*, p. 70.

J.-M. Piotte mostra, em seu estudo *La pensée politique de Gramsci*, que a análise de Gramsci nos *Quaderni* marca uma reviravolta em relação ao período de *Ordine Nuovo*, no qual ele buscava “copiar” o exemplo russo na Itália. É verdade que esta evolução coincide com o debate essencial, desenvolvido no seio da IIIª Internacional, sobre a nova estratégia a adotar após o fracasso da revolução. Porém a crítica de Gramsci a Trotsky ou a Rosa Luxemburgo não é conjuntural¹. Gramsci mostra-se firmemente convencido, nos *Quaderni*, de que a estratégia da guerra de posições não corresponde às necessidades imediatas, a um recuo estratégico – como certos analistas concluíram, um pouco apressadamente –, mas à análise minuciosa dos blocos históricos ocidentais: esta é a razão do estudo das revoluções burguesas nos *Quaderni*, a comparação do papel de Maquiavel e dos Jacobinos ao Partido Comunista etc.

Optar pela guerra de movimento nos países em que a sociedade civil é muito resistente, “mesmo às deflagrações catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.)”² – Gramsci pôde constatar que a burguesia havia resistido à crise de 1929 em todos os países –, não é, assim, um simples erro estratégico, mas um grave erro teórico, uma deformação mecanicista da análise do bloco histórico concreto.

A guerra de posições corresponde, enfim, a necessidades de classe: a guerra de movimento só é válida quando existe uma possibilidade de vitória irreversível: exige pesados sacrifícios das classes subordinadas. Ora, por sua própria situação de classe – tal foi a conclusão de Gramsci da análise do movimento dos *Arditi del Popolo* – esses grupos não podem permitir-se uma guerra de movimentos senão quando se torna *necessária*.

Isso significa que a guerra de movimento deva ser completamente abandonada? Gramsci o nega, mas limita aquela às lutas secundárias: “Em política, a guerra de movimentos subsiste enquanto se trata de conquistar posições que não são decisivas e que por isso não mobilizam todos os recursos da hegemonia do Estado; porém, quando por uma ou outra razão essas posições perdem seu valor e só as posições decisivas são importantes, passa-se então à guerra de sitiamento, opressora, difícil, para a qual se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo”³.

1. *Op. cit.*, p. 167 e seguintes. Sobre a polêmica no seio da IIIª Internacional, ver J.-M. PIOTTE, *op. cit.*, pp. 162-176, e sobretudo R. PARIS, Gramsci e la crisi teorica del 1923, in *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. 2., pp. 29-44.

2. *Mach.*, p. 66.

3. *P.*, p. 71.

Somente no caso em que a sociedade civil desabe – em caso de crise orgânica aguda – impõe-se uma redefinição estratégica.

“Em política, afirma Gramsci, o erro provem de uma incorreta compreensão do que é o Estado, em seu sentido integral: ditadura + hegemonia”¹. A estratégia que devem adotar as classes subalternas e seus intelectuais necessita por isso, no final das contas, adaptar-se ao bloco histórico do qual fazem parte, particularmente à relação entre a sociedade civil e a sociedade política desse bloco.

1. *P.*, p. 72.

CONCLUSÃO

O estudo da noção de bloco histórico permite sublinhar a importância do legado de Gramsci à teoria marxista: os dois aspectos essenciais são o estudo da sociedade civil – portanto da hegemonia e do sistema hegemônico – e o da ligação orgânica entre estrutura e superestrutura – portanto dos intelectuais, da crise orgânica. É evidente que, sob este ponto de vista, Gramsci completa Marx e Lenin. Quando Marx elabora o materialismo histórico, considera a sociedade capitalista ocidental. Lenin desenvolve a teoria marxista em função das sociedades “orientais” pré-capitalistas, daí a importância que atribui ao aparelho de Estado, à ditadura do proletariado, ao aspecto “militar” e centralizado do partido. Gramsci beneficia-se do legado de Lenin para elaborar sua análise da superestrutura: retoma o estudo da sociedade política, do partido, da hegemonia; nisso, Gramsci é leninista. Porém é igualmente um retorno a Marx e à teoria marxista clássica, já que Gramsci situa-se no quadro das sociedades ocidentais: considerando a importância da sociedade civil, ele adapta Lenin à Itália: a hegemonia torna-se direção cultural e moral, antes de ser direção política; o intelectual, ideólogo ou educador, antes de ser homem político; a estratégia revolucionária, guerra de posições, em vez de movimento; até o partido, cujo centralismo e homogeneidade são postos tanto a serviço “da ideologia” quanto da luta política. Sobre todos esses pontos, pois, Gramsci completa mais do que inova.

A contribuição original de Gramsci diz respeito sobretudo ao estudo do vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura. Esse vínculo é o nó do bloco histórico. O ponto fraco da relação estrutura-superestrutura na teoria marxista provinha de seu caráter puramente abstrato; ora, Gramsci fornece uma tradução concreta, social, desse vínculo orgânico: os intelectuais. Numerosos comentaristas pretenderam que a análise gramscista dos intelectuais era o aspecto mais importante de sua obra. Tal afirmação é exata, mas reveste-se de importância muito mais considerável quando se restabelece o papel orgânico dos intelectuais no seio do bloco histórico:

o problema de sua formação, evolução e desagregação fica, assim, resolvido.

O estudo gramscista do famoso prefácio de Marx à *Contribuição à crítica da economia política* reveste-se, sob este ponto de vista, de grande interesse: Marx toma o exemplo das sociedades capitalistas ocidentais, quando afirma que nenhuma sociedade desaparece nem pode ser substituída enquanto não tiver desenvolvido todas as formas de vida que estão implicitamente contidas em suas relações. Ora, tal lei verifica-se nos países ocidentais, onde, vinculada organicamente à estrutura, uma poderosa sociedade civil garante e permite esse pleno desenvolvimento. Nesse sentido, o problema que se coloca nesses países não é o de saber se esse sistema social poderá florescer totalmente: antes que a burguesia se apossasse do poder, o movimento da comuna não poderia passar de uma tentativa prematura. A questão é, ao contrário, saber se esse sistema social não poderia manter-se depois de historicamente superado: a solidez da sociedade civil pode permitir-lhe uma sobrevivência mais ou menos longa, conforme a força das classes subalternas. Todo o problema reside, então, na desagregação do bloco ideológico. Nos países de sociedade civil débil, onde o essencial da luta situa-se ao nível da sociedade política, o risco não é, pelo contrário, tomar o poder em um momento em que o antigo sistema econômico e social ainda não chegou ao fim de sua evolução? A solução é tanto mais difícil, na medida em que os intelectuais orgânicos das classes subalternas, devido à estratégia de movimento, são essencialmente dirigentes políticos e militares. O risco de "estadolatria" torna-se, então, evidente e pode originar deformações tanto mais graves na medida em que se queimem as etapas do sistema precedente para atingir o objetivo da revolução.

O problema da luta pela derrubada do bloco histórico apresenta, pois, maiores dificuldades nos países ocidentais, mas a vitória aí é mais completa.

Convém agora apreciar a análise gramscista das revoluções ocidentais em função dessas condições. Tanto no estudo das revoluções burguesas quanto no da estratégia adotada por Gramsci, revela-se que os dois pontos essenciais concernem à atitude das classes subalternas em relação aos intelectuais e à concepção da "guerra de posição". Esses dois problemas são, por sinal, estreitamente relacionados.

A análise gramscista dos intelectuais permitiu resolver o difícil problema teórico do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura do bloco histórico. Ela permite, igualmente, fixar a maneira exata de considerar a estratégia das classes subalternas em relação a estas camadas sociais. Mostrando em *Alcuni temi* que a classe ope-

rária deve obrigatoriamente desagregar o bloco ideológico, suscitando uma cisão "de massa", à esquerda, entre os intelectuais subalternos, Gramsci sublinha a atitude específica a adotar: essas camadas sociais devem ser atraídas, com sua originalidade própria, para as posições das classes subalternas; para isso, a questão primordial permanece, ainda uma vez: a da luta ideológica – no sentido gramscista – contra os "grandes intelectuais", e de uma alternativa "intelectual" ao sistema dominante – basta considerar a importância atribuída por Gramsci aos projetos pedagógicos da burguesia piemontesa, na época do *Risorgimento*, e ler suas propostas pedagógicas nos *Quaderni*.

O crescimento considerável dessas camadas sociais reforça a importância dos trabalhos gramscistas sobre o problema. É preciso ainda que se interprete e utilize corretamente esses trabalhos: nos *Quaderni*, Gramsci distingue a função intelectual, de organização da superestrutura, da qualificação intelectual, que em certa medida toda profissão, em grau variável, comporta. Debates recentes tornaram a demonstrar isso: não recorrer a essa distinção acarreta graves erros estratégicos: ora consideram-se como membros das classes subalternas certos grupos de intelectuais "subalternos", a quem se busca assim conquistar segundo métodos clássicos; ora, inversamente, a *qualificação* intelectual substitui a *função* intelectual e os intelectuais formam, então, um grupo pletórico. Só uma análise minuciosa, segundo os critérios enunciados por Gramsci, permite resolver essa questão.

O segundo ponto essencial diz respeito à opção estratégica da guerra de posição. Essa opção é consecutiva ao fracasso da estratégia de movimento, adotada pelos partidos comunistas imediatamente após a primeira guerra mundial. As lições extraídas por Gramsci não são uma estratégia realista de substituição, mas correspondem à configuração da superestrutura dos países ocidentais. Aliás, a guerra de posições não é o imobilismo. A crise orgânica prolongada dos sistemas hegemônicos ocidentais exige uma organização política e ideológica apta a aproveitar a menor falha, ou provocá-la. Trata-se, para os representantes das classes subalternas, de reforçar sua coesão e debilitar a de seus adversários, desagregando o bloco ideológico; não se deve, com efeito, limitar exclusivamente à guerra de posições a negação – parcial e não definitiva, por sinal – da guerra de movimento. A necessidade de homogeneidade ideológica, organização e preparação quase militar só se explica se a estratégia é conduzida corretamente: estar apto a explorar rapidamente e ao máximo qualquer crise aguda da hegemonia. O perigo da guerra de posições é de se preparar minuciosa e pacientemente, mas não agir quando explode a crise.

Podemos perguntar-nos se o esquema gramscista foi aplicado nos países ocidentais; enquanto conviria criar, em primeiro lugar, uma cultura de massa, capaz de sufocar a ideologia onipresente da classe dirigente e fornecer a base ética de uma poderosa organização política, ocorreu exatamente o contrário; as organizações políticas colocaram primeiro a questão do poder, mas a ausência de uma análise séria das novas condições superestruturais – e até estruturais – levou-as a ser perpetuamente minoritárias. Além disso, a inexistência de uma cisão cultural e, conseqüentemente, a perpetuação do monopólio da classe dirigente nesse domínio, não deixa de ter efeitos a longo prazo, até mesmo no comportamento dos intelectuais das classes subalternas: Gramsci relembra constantemente os riscos do transformismo.

A evolução dos blocos históricos ocidentais mostra, entretanto, que as afirmações de Gramsci são ainda mais válidas hoje que antes. As classes subalternas não são mais “amorfas e atrasadas”, mas possuem uma qualificação cultural crescente, que se reflete ao nível do senso comum. As possibilidades de desenvolver uma direção cultural dessas camadas sociais são, pois, consideráveis, tanto mais na medida em que o bloco ideológico atravessa uma crise profunda entre os intelectuais orgânicos, bem como no seio dos intelectuais tradicionais.

Diante de tal empreendimento, os trabalhos de Gramsci mantêm a sua atualidade. Os conceitos que ele elaborou são ainda utilizáveis, e, nos *Quaderni*, numerosos temas de pesquisa são propostos para aprofundar o estudo do bloco histórico e da edificação do novo sistema hegemônico. Além disso, trata-se da única verdadeira tentativa marxista de colocar globalmente a questão da passagem ao socialismo nos países ocidentais.

DOCUMENTO ANEXO

O BLOCO HISTÓRICO DO MEZZOGIORNO EM 1926 ¹

“O Mezzogiorno pode ser definido como uma grande desagregação social: os camponeses, que constituem a grande maioria de sua população, não mantêm entre si nenhuma coesão (compreende-se que devem ser feitas exceções: a Puglia, a Sardenha, a Sicília, onde existem características especiais no grande quadro da estrutura meridional). A sociedade meridional é um grande bloco agrário, constituído de 3 camadas sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários de terras e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em estado de revolta latente, mas, enquanto massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada a suas aspirações e necessidades. A camada média dos intelectuais recebe da base camponesa os estímulos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no domínio político e os grandes intelectuais, no domínio ideológico, centralizam e dominam, em última análise, todo esse complexo de manifestações. Naturalmente, é no domínio ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão. Giustino Fortunato e Benedetto Croce representam, por isso, a chave-mestra do sistema meridional e, em certo sentido, são as duas maiores figuras da reação italiana.

“Os intelectuais meridionais são uma das camadas sociais mais interessantes e importantes na vida nacional italiana. Basta pensar que a burocracia de Estado é constituída por mais de 3/5 de meridionais, para convencer-se disso. Agora, para compreender a psicologia particular dos intelectuais meridionais, é preciso levar em conta alguns dados de fato:

“1) Em cada país a camada dos intelectuais foi radicalmente transformada pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de tipo essen-

1. Traduzimos os trechos de *Alcuni temi della questione meridionale* relativos ao bloco agrário do Mezzogiorno. O texto italiano encontra-se particularmente in C.P.C., pp. 137-158.

cialmente camponês e artesanal; para organizar o Estado, o comércio, a classe dominante desenvolveu um tipo particular de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o quadro técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades onde as forças econômicas desenvolveram-se num sentido capitalista, a ponto de absorver a maior parte da atividade nacional, prevaleceu o segundo tipo de intelectual, com todas as suas características de ordem e disciplina intelectual. Nos países onde, ao contrário, a agricultura ainda desempenha papel importante ou inteiramente preponderante, predomina ainda o velho tipo, que fornece a maior parte do pessoal do Estado e que inclusive a nível local, na cidade e no povoado rural, exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. Esse tipo predomina na Itália meridional, com todas as suas características: democrata diante do camponês, reacionário diante do grande proprietário e do governo, politiquero, corrupto, desleal. Não é possível compreender a figura tradicional dos partidos políticos meridionais sem levar em conta as características dessa camada social.

"2) O intelectual meridional provém, em geral, de uma classe que ainda é importante no Mezzogiorno: o burguês rural, isto é, o pequeno e médio proprietário de terras, que não é camponês, não trabalha a terra, que teria vergonha de parecer agricultor, mas que, do pouco de terra que possui, arrendada ou em parceria, quer retirar: meios para viver decentemente, para mandar o filho à Universidade ou ao Seminário, para constituir o dote das filhas, que devem casar-se com um oficial ou funcionário do Estado. Os intelectuais herdaram dessa origem, uma aversão violenta ao trabalhador agrícola, considerado como uma máquina de trabalhar que deve ser gasta até os ossos e pode ser facilmente substituída, devido à superpopulação. Herdaram igualmente um medo atávico e instintivo do camponês e suas violências destruidoras e, assim, uma máscara de hipocrisia refinada e uma arte, muito refinada, de enganar e atrair as massas camponesas.

"3) Na medida em que o clero faz parte do grupo social dos intelectuais, é preciso notar as diferenças de característica entre o clero meridional em seu conjunto e o clero do Norte. O padre do Norte é, em geral, filho de artesão e camponês; possui sentimentos democráticos e é mais ligado à massa dos camponeses; moralmente, é mais correto que o padre meridional, que vive quase abertamente com uma mulher, e por isso exerce uma função espiritual bem mais completa socialmente, na medida em que dirige toda a atividade de uma família. A separação entre a Igreja e o Estado e a expropriação dos bens eclesiásticos foram, no Norte, mais radicais que no Mezzogiorno, onde as paróquias e os conventos conservaram ou reconstituíram importantes propriedades imobiliárias e mobiliárias. No Mezzogiorno, o padre

apresenta-se ao camponês: 1) como um gerente de terras com quem o último entra em conflito pela questão dos aluguéis; 2) como um usurário que cobra taxas de juros elevadíssimas e joga com o elemento religioso para receber sem risco o aluguel ou a usura; 3) como um homem sujeito às paixões comuns (mulheres e dinheiro) e que não oferece, espiritualmente, nenhuma confiança em sua discricção e imparcialidade. A confissão, nesse sentido, tem uma função dirigente muito débil e o camponês meridional, mesmo se é supersticioso no sentido pagão, não é clerical. Tudo isso explica porque, no Mezzogiorno, o Partido popular (à exceção de algumas zonas da Sicília) não apresenta uma forte implantação e não possui nenhuma rede de instituições e organizações de massa. A atitude do camponês em relação ao clero é resumida pelo ditado popular: "O padre é padre no altar, fora é um homem como os outros".

"O camponês meridional está ligado ao grande proprietário por intermédio do intelectual. Os movimentos camponeses, na medida em que não se agrupam em organizações de massa autônomas e independentes, ainda que formalmente (isto é, capazes de selecionar quadros rurais de origem camponesa, e capazes de perceber as diferenciações e os progressos que ocorrem no movimento), terminam sempre por cair nas articulações ordinárias do aparelho de Estado — comunas, províncias, Câmara de Deputados — através das composições e decomposições dos partidos locais, cujo pessoal é constituído por intelectuais controlados pelos grandes proprietários e seus homens de confiança.

"A guerra pareceu introduzir um elemento novo nesse tipo de organização, com o movimento dos veteranos de guerra, onde os camponeses-soldados e os intelectuais-oficiais formavam um bloco mais unido entre si e, em certa medida, antagônico aos grandes proprietários. Este movimento não durou muito e seu último resíduo é a União nacional, criada por Amêndola, que tem uma sombra de existência graças a seu antifascismo. Entretanto, dada a ausência tradicional de organização explícita dos intelectuais democráticos no Mezzogiorno, até esse grupo deve ser assinalado, porque pode tornar-se, de pequeno fio d'água, uma torrente impetuosa, sob as novas condições de uma política geral. (...)

"Dissemos que o camponês meridional está ligado ao grande proprietário de terras por intermédio do intelectual. Esse tipo de organização é mais difundida em todo o Mezzogiorno continental e na Sicília. Constitui um monstruoso bloco agrário que, em seu conjunto, serve de intermediário e guardião do capitalismo do Norte e dos grandes bancos. Seu único objetivo é conservar o statu quo. Não se encontra nele nenhuma luz intelectual, nenhum programa, nenhuma tendência à melhoria e ao progresso.

"Acima do bloco agrário meridional funciona o bloco intelectual, que praticamente serviu até agora para impedir que as brechas do bloco agrário se tornassem perigosas demais e conduzissem ao seu desmoronamento. Os representantes desse bloco intelectual são Giustino Fortunato e Benedetto Croce que, por isso, podem ser considerados como os reacionários mais ativos da península. Dissemos que a Itália meridional é uma grande desagregação social. Essa fórmula pode aplicar-se igualmente aos intelectuais: é notável observar que no Mezzogiorno, paralelamente às imensas propriedades, tenham existido e existam grandes concentrações culturais e intelectuais em alguns indivíduos ou grupos restritos de grandes intelectuais, enquanto não existe organização da média cultura. Encontra-se, no Mezzogiorno, a editora Laterza e a revista *La Critique*, academias e empreendimentos culturais de alta erudição; não existem revistas pequenas ou médias, editoras onde se reagrupariam as formações medianas de intelectuais meridionais. Os meridionais que tentaram sair do bloco agrário e colocar a questão meridional de forma radical, foram acolhidos e se agruparam em torno de revistas impressas fora do Mezzogiorno (...).

"Os supremos moderadores de todas essas iniciativas foram G. Fortunato e B. Croce: em esfera mais vasta que a excessivamente sufocante do bloco agrário, eles lograram fazer com que a problemática do Mezzogiorno não superasse certos limites, não se tornasse revolucionária. Homens de grande cultura e inteligência, saídos do meio tradicional do Mezzogiorno, mas vinculados à cultura européia e portanto mundial, possuíam todas as qualidades capazes de satisfazer as necessidades intelectuais dos mais honestos representantes da juventude culta do Mezzogiorno, para acalmar suas veleidades inquietas de revolta contra as condições existentes, para guiá-la segundo uma linha média de serenidade clássica do pensamento e da ação. Aqueles que denominamos neo-protestantes ou calvinistas não compreenderam que na Itália não podia haver Reforma religiosa de massa, devido às condições modernas da civilização, e que a única Reforma que se revelou historicamente possível foi a filosofia de B. Croce: a orientação e o método do pensamento foram mudados, edificou-se uma nova concepção de mundo que superou o catolicismo e todas as outras religiões mitológicas. B. Croce cumpriu, nesse sentido, uma importantíssima função nacional: separou os intelectuais meridionais radicais das massas camponesas, fazendo-os participar da cultura nacional e européia e, através dessa cultura, levou-os a ser absorvidos pela burguesia nacional e, assim, pelo bloco agrário.

"Ordine Nuovo e os comunistas turineses, se em certa medida podem ser vinculados às formações intelectuais a que aludimos e se sofreram igualmente a influência de G. Fortunato e de B. Croce, representam ao mesmo tempo, entretanto, uma ruptura completa com essa

tradição e o início de um novo movimento, que já produziu frutos e ainda produzirá. Consideram o proletariado urbano como o protagonista moderno da história italiana e, assim, da questão meridional. Tendo servido de intermediários entre o proletariado e determinadas camadas de intelectuais de esquerda, conseguiram modificar, senão completamente pelo menos notavelmente, sua orientação intelectual (...).

"Os intelectuais desenvolvem-se lentamente, muito mais lentamente que qualquer outro grupo social, devido a sua natureza e função social. Representam toda a tradição cultural de um povo, querem resumir e sintetizar toda a sua história. É o caso particular do velho tipo de intelectual, do intelectual rural. Imaginar que ele possa, como massa, romper com todo o passado para situar-se no terreno de uma nova ideologia é absurdo. É absurdo para os intelectuais vistos como massa, talvez mesmo para numerosos intelectuais considerados individualmente, quaisquer que sejam os esforços honestos que façam e queiram fazer. São os intelectuais como massa, e não simplesmente como indivíduos, que nos interessam. É certamente importante e útil para o proletariado que um ou vários intelectuais, individualmente, adiram a seu programa e sua doutrina, se fundem no proletariado, tornem-se e sintam-se parte integrante dele. O proletariado, como classe, é pobre em elementos organizadores, não possui e não pode constituir sua própria camada de intelectuais a não ser muito lentamente, com muita dificuldade e somente após a conquista do poder estatal. Porém, é também importante e útil que se determine, na massa dos intelectuais, uma ruptura de caráter orgânico, historicamente caracterizada: que se forme como organização de massa uma tendência de esquerda no sentido moderno do termo, isto é, orientada para o proletariado revolucionário. A aliança de proletariado e massas camponesas exige essa formação. Exige-a mais na medida em que se trata da aliança do proletariado e das massas camponesas do Mezzogiorno. O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que consiga, através de seu partido, organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais importantes de camponeses pobres; mas seguirá isso, em maior ou menor medida, se tiver a capacidade de desagregar o bloco intelectual, que é armadura flexível, mas muito resistente, do bloco agrário."

BIBLIOGRAFIA

1) OBRAS DE GRAMSCI EM ITALIANO

I. EDIÇÕES EINAUDI, TURIM

A) Obras anteriores a 1927:

Scritti giovanili (1914-1918), 1958, pp. XIX-392.

Sotto la Mole (1916-1920), 1960, pp. XVIII-509. As "atualidades" da edição turinesa de *Avanti!*

L'Ordine Nuovo (1919-1920), 1955, pp. XV-501.

Socialismo e fascismo. L'Ordine Nuovo (1921-1922), 1967, pp. XVII-556.

La costruzione del Partito Comunista (1923-1926), 1971, pp. XV-565.

B) Obras da prisão:

Lettere dal carcere, 1968, pp. XLVI-949. Um estudo de E. FUBINI e S. CAPRIOGLIO. Compreende uma excelente cronologia da vida de Gramsci.

Quaderni del carcere:

Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce, 1966, pp. XXIII-299.

Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura, 1966, pp. XV-203.

Il Risorgimento, 1966, pp. XIV-235.

Note sul Macchiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno, 1966, pp. XXII-371.

Letteratura e vita nazionale, 1966, pp. XX-400. A segunda parte reúne as críticas teatrais de Gramsci no *Avanti!* de 1916 a 1920.

Passato e Presente, 1966, pp. XVIII-274.

C) Outras publicações:

L'Ordine Nuovo (1919-1920), 1963, p. 658. Compreende uma excelente introdução (pp. 13-110) de P. SPRIANO, que foi reeditada separadamente sob o título *Gramsci e l'Ordine Nuovo*, Riuniti, 1965, p. 149.

II. EDIÇÕES RIUNITI, ROMA

Lettere dal carcere, 1961, p. 159.

Quaderni del carcere. Acabam de ser editados com uma apresentação análoga à da editora Einaudi (introdução geral de L. GRUPPI).

Antologias:

- Il Vaticano e l'Italia*, 1967, p. 142. Prefácio de A. CECCHI.
Sul Risorgimento. 1967, p. 134. Prefácio de G. CANDELORO.
La Questione meridionale. 1966, p. 160. Contém o importante ensaio inacabado: *Alcuni temi delle questione meridionale*. Excelente introdução de F. de FELICE e V. PARLATO.
Elementi di politica. 1964, p. 136. Prefácio de M. SPINELLA.
Antologia popolare degli scritti e delle lettere. 1957, p. 304. Reunida e apresentada por C. SALINARI e M. SPINELLA.
La formazione dell'uomo. 1967, p. 768. Escritos pedagógicos apresentados por G. URBANI.
Scritti politici. 1967, pp. XLII-878. Apresentados por P. SPRIANO.
La formazione del gruppo dirigente del P. C. I. nel 1923-1924. 1962, p. 380. Estudo e introdução de P. TOGLIATTI (a introdução de P. TOGLIATTI foi retomada na coletânea de artigos de Togliatti sobre Gramsci, publicada igualmente por Riuniti).

As edições Riuniti preparam uma "edição crítica" dos *Quaderni* (sobre a concepção da obra e o estado dos trabalhos: V. GERRATANA, *Punti di riferimento per un'edizione critica dei Quaderni del carcere, Critica marxista*, suplemento ao nº 1, 1967: *Prassi rivoluzionaria e storicismo in Gramsci*, pp. 240-259).

III. OUTRAS PUBLICAÇÕES

- Duemila pagine. Il saggiaiore*, 1964: vol. I, *Nel tempo della lotta* (1914-1926), p. 841; vol. 2, *Lettere edite e inedite* (1912-1937), p. 480. Estudo de G. FERRATA e N. GALLO.
Il pensiero filosofico e storiografico di A. Gramsci. Palermo, ed. Palumbo, 1966, p. 177.
Americanismo e fordismo. Milão, Universale economica, 1950, p. 94.
Trenta anni di vita e lotte del P. C. I., *Quaderni di Rinascita*, nº 2, 1951 (compreende as teses do Congresso de Lyon, pp. 75 e s.).
Scritti 1915-1921. Quaderni de "Il Corpo", 1968, pp. XV-193. Artigos não recenseados nos *Scritti giovanilli*.

2) TRADUÇÕES**I. FRANCESAS**

- Lettres de prison*. Editions Sociales, 1953, p. 310. Tradução de J. NOARO e prefácio de P. TOGLIATTI.
Lettres de prison. N. R. F., 1971, p. 620.
Oeuvres choisies. Editions Sociales, 1959, p. 539. Tradução e notas de G. MOGET e A. MONJO; prefácio de G. COGNIOT.
L'organisation de l'école et de la culture. In: *Europe*, nº III, março 1955, pp. 81-101. Tradução de M. SORIANO.
Gramsci, Seghers, 1966, pp. 103-184. Estudo de J. TEXIER que compreende extratos dos *Quaderni*.

- La science et les idéologies scientifiques. L'Homme et la société*, nº 13 (julho-setembro 1969), pp. 168-174.
A. GRAMSCI, textos de 1919-1920, *Cahiers internationaux*, 76 (maio 1956), pp. 63-74. Tradução de J. DAUTRY.
Américanisme et fordisme. Cahiers internationaux, 89 (setembro-out. 1957), pp. 53-74.

II. ALEMAS

- Die Südtalienenische Frage. Beitrage zur Geschichte der Einigung Italiens*. Berlim, Dietz Verlag, 1956, p. 310. Tradução de H. THEILE.
Brief aus dem Kerker. Berlim, Dietz Verlag, 1956, p. 310.
Kunst und Kultur: In: Almanach. Frankfurt-am-Main, Fischer Verlag, 1965, pp. 99-107.
Cäsarismus, ibid., 1966, pp. 125-130.
Philosophie der Praxis. Frankfurt-am-Main, Fischer Verlag, 1967, p. 453. Tradução de Ch. RIECHERS e prefácio de W. ABENDROTH, que retoma no essencial *Il materialismo storico e la filosofia di B. Croce*.

III. INGLESAS

- The modern Prince and other writings*, Londres, Lawrence and Wishart, 1957, p. 192.
The open marxism of A. Gramsci. New York, Cameron Ass., 1957, p. 64.
In Search of the Educational Principle. In: *New Left Review*, nº 32, julho-agosto 1965, pp. 53-62.
Soviets in Italy, ibid., nº 51, set.-out., 1968, pp. 28-58.

OBRAS GERAIS SOBRE GRAMSCI**I. OBRAS INDIVIDUAIS****1) Em francês:**

- G. FIORI. *La vie d'Antonio Gramsci* (traduzido do italiano). Fayard 1970, 383 p. A única biografia em francês de A. GRAMSCI e a melhor, até hoje, entre as publicadas. Compreende uma importante bibliografia.
A. BUZZI. *La théorie politique d'Antonio Gramsci*. Louvain, ed. Nauwelaerts, 1967, 356 p. (Importante bibliografia).
J.-M. PIOTTE. *La pensée politique de Gramsci*. Ed. Anthropos, 1970, 302 p. (o autor sublinha a contribuição original de Gramsci para o marxismo e endossa a interpretação de Gramsci, defendida por N. Bobbio).
J. TEXIER. *Gramsci*. Ed., Seghers, 1966, p. 188 (Um estudo "ortodoxo" do pensamento filosófico de Gramsci).

2) Em italiano:

- N. MATTEUCI. *Antonio Gramsci e la filosofia delle prassi*. Milão, A. Giuffrè, 1951, 153 p. (uma interpretação croceana de Gramsci).

- R. ORFEI. *Antonio Gramsci, coscienza critica del marxismo*. Milão, ed. Relazioni Sociali, 1965, 254 p. (Ponto de vista católico sobre Gramsci).
- C. L. OTTINO. *Concetti fondamentali nella teoria politica di A. Gramsci*. Milão, Feltrinelli, 1958, 151 p. (Interpretação stalinista de Gramsci).
- M. L. SALVADORI. *Gramsci e il problema storico della democrazia*. Turim, Einaudi, Coletânea de artigos do autor, inclusive sua intervenção no Simpósio de Cagliari sobre *Gramsci e la questione meridionale*.
- P. SPRIANO. *Gramsci e l'Ordine Nuovo*. Roma, Riuniti, 1965, 149 p. Estuda a influência de Sorel e Lênin entre os "ordinovistas" e sua concepção do Estado operário. A ser lido com o estudo do mesmo autor sobre *L'occupazione delle fabbriche (setembro de 1920)*, Einaudi, 1964, 213 p.
- P. SPRIANO. *Storia del Partito Comunista Italiano vol. I: Da Bordiga a Gramsci*, Einaudi, 1967, 525 p.
- G. TAMBURRANO. *Antonio Gramsci. La vita, il pensiero, l'azione*. Bari, ed. Lacaíta, 1963, 303 p. (O autor, jornalista de *Avanti!*, é especialista do P.S.I. em Gramsci. Uma interpretação original e discutível, mas que abriu caminho para uma desmitificação de Gramsci.)
- P. TOGLIATTI. *Gramsci*. Roma, Riuniti, 1967, 222 p. (compreende os principais artigos de Togliatti sobre Gramsci, particularmente o prefácio a *La formazione del grupo dirigente del P.C.I.* e os artigos dos *Studi gramsciani*. A melhor interpretação "ortodoxa" de Gramsci).
- A. LEONETTI. *Note su Gramsci*. Urbino, Argalia Editore, 1970, p. 236.
- G. NARDONE. *Il pensiero di Gramsci*. Roma, De Donato, 1971, p. 549. Uma análise estruturalista do pensamento gramscista por um padre jesuíta. Um dos melhores livros sobre Gramsci.
- L. PAGGI. *Antonio Gramsci e il moderno principe t. I.*, Roma, Riuniti, p. 444. O primeiro volume de uma biografia política e intelectual de Gramsci através da evolução do movimento operário italiano entre as duas guerras.

3) Em alemão:

- Ch. RIECHERS. *Antonio Gramsci, marxismus in italien* Frankfurt-am-Main, Europäische Verlaganstalt, 1970, p. 251. Depois de uma biografia política de Gramsci, favorável a Bórdiga, o autor defende uma interpretação lukacsiana de Gramsci, sublinhando a influência de Sorel e Croce.

4) Em inglês:

- J.M. CAMMETT. *Antonio Gramsci and the origins of italian communism*. California, Stanford University Press, 1967, p. 306.
- A. DAVIDSON. *Antonio Gramsci: The man, his ideas*. Australian left review publication, Sydney, 1968, p. 106.

II. OBRAS COLETIVAS (EM ITALIANO)

- Studi gramsciani. Atti del Convegno tenuto a Roma nei giorni 11-13 gennaio 1958*. Roma, ed. Riuniti, 1959, 592 p.
- La Città Futura. Saggi sulla figura e il pensiero di Antonio Gramsci*. Milão, Feltrinelli, 1959, 390 p.
- Gramsci e la cultura contemporanea. Atti del convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967*. Roma, ed. Riuniti. Vol. I: *Relazioni*, 1969, 558 p.; vol. I: *Comunicazioni*, 1970, 544 p. (Comporta uma bibliografia completa até 1967, inclusive).
- Prassi rivoluzionaria e storicismo in Gramsci. Critica marxista*. Caderno nº 3, 1967, 259 p.

ARTIGOS E EXPOSIÇÕES

1. A NOÇÃO DE ESTADO

- M.N. AIMO. *Stato e rivoluzione negli scritti sulla questione meridionale*. In: *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. 2., pp. 183-192. A concepção gramscista do Estado operário e camponês de *Ordine Nuovo* a *Alcuni temi*.
- N. BOBBIO. *Gramsci e la concezione della società civile, ibid.*, t. I. pp. 75-101 e 195-199. Esse artigo analisa a noção de sociedade civil na obra de Gramsci e coloca, assim, a questão da hegemonia do Estado e da superestrutura de forma original, opondo-a à de Lenin.
- V. CERRONI. *Gramsci e il superamento della separazione tra società e stato*. In: *Studi gramsciani* pp. 105-114. A superação do Estado e a edificação do Estado socialista nos escritos de Gramsci (os de *Ordine Nuovo*, mas não os mais explícitos dos *Quaderni*).
- V. CRISAFULLI. *Stato e società nel pensiero di Gramsci*, In: *Società*, 1951, pp. 583-609.
- V. GERRATANA. *Intervenção no simpósio de Cagliari*. In: *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I., pp. 169-173. A propósito do relatório de N. Bobbio, citado acima, o autor sublinha o vínculo entre a concepção gramscista da sociedade civil e a obra de Marx.
- J. TEXIER. *Gramsci, théoricien des superstructures*. In: *La Pensée*, nº 139 (1968), pp. 35-60. Esse artigo desenvolve a crítica de J. Texier, ao simpósio de Cagliari, sobre o relatório de N. Bobbio: análise "ortodoxa" das relações estrutura-superestrutura, que recoloca Gramsci no quadro da análise de Marx e defende o ponto de vista inverso ao de Bobbio, com argumentos muito sólidos.

2. IDEOLOGIA E BLOCO HISTÓRICO

- A.M. CIRESE. *Concezione del mondo, filosofia, folklore*. In: *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. 2, pp. 299-328.

- C. LUPORINI. *La metodologia del marxismo del pensiero di Gramsci. Studi gramsciani*, pp. 395-418. Conseqüências teóricas e práticas da aceção gramscista do marxismo como concepção de mundo.

3. HEGEMONIA E BLOCO HISTÓRICO

- S. CAMBARERI. *Il concetto di egemonia nel pensiero di Gramsci. Studi gramsciani*. pp. 87-94.
- L. GRUPPI. *I rapporti tra pensiero ed essere nella concezione di Gramsci*, *ibid.*, pp. 165-182.
- L. GRUPPI. Intervenção In: *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I., pp. 60-163.
- L. GRUPPI. *Il concetto di egemonia*. In: *Prassi rivoluzionaria*, pp. 78-95. Estudo da noção gramscista de hegemonia, cuja origem leninista é sublinhada pelo autor.
- L. GRUPPI. *Lenin e il concetto di egemonia*. In: *Critica marxista*, suplemento ao nº 4, 1970, pp. 206-218. Um estudo muito sólido e completo sobre a noção de hegemonia em Lenin e suas relações com a de Gramsci.
- N. POULANTZAS. *Préliminaires à l'étude de l'hégémonie dans l'Etat*. In: *Les temps modernes*, nºs 234-235 (nov.-dez. 1965).
- G. TAMBURRANO. *Gramsci e l'egemonia del proletario. Studi gramsciani*, pp. 227-286. Interpretação do P.S.I. de Gramsci, que sublinha a importância da hegemonia – oposta à ditadura –, da estratégia “ocidental” – oposta à da revolução de 1917.
- G.A. WILLIAMS. *Gramsci's concept of egemonia*. In: *Journal of the history of ideas*, XXI, nº 4, dez. 1960, pp. 586-599.

4. O PAPEL DOS INTELECTUAIS NO SEIO DO BLOCO HISTÓRICO

- F. BON e M.-A. BURNIER. *Les nouveaux intellectuels*, Cujas, 1966, pp. 19-36 (reeditado in: *Le Seuil*, coleção “Politique”, 1971). A respeito das novas camadas de intelectuais, uma retomada da análise gramscista dos intelectuais, mas que recusa o conceito de intelectual tradicional.
- F. CATALANO. *Intelletuali e popolo in Gramsci*. In: *Quarto Stato*, 1949, nºs 10-11, pp. 33-39.
- E. GARIN. *Politica e cultura in Gramsci: il problema degli intelletuali*. In: *Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I., pp. 37-74. A evolução da concepção dos intelectuais nos escritos de Gramsci, dos artigos da juventude aos *Quaderni*.
- C. GALLI. *Gramsci e le teorie delle “elites”*, *ibid.*, t. 2, pp. 201-216. A influência de Mosca, Pareto e Michels sobre a concepção e a prática gramscista da direção política.
- G. MANTOVANI. *Gramsci: l'intellettuale organico*. In: *Vita e pensiero*, XLIX, nº 2, fev. 1966, pp. 173-183.

- G. NAPOLITANO. *Il nuovo blocco storico nell'elaborazione di Gramsci e del P.C.I.*, In: *Rinascita*, nº 12 (20 de março de 1970), pp. 5-6. Artigo polêmico, bastante crítico, sobre a concepção do novo bloco histórico de R. Garaudy e que lhe opõe a interpretação de P. Togliatti e do P.C.I.
- F. RICCI. *A propos de Gramsci*. In: *L'Humanité* de 21 de fevereiro de 1969. Citações de Gramsci que atacam indiretamente o “novo bloco histórico de R. Garaudy”.

5. BLOCO HISTÓRICO E QUESTÃO NACIONAL

- G. CANDELORO. Introdução a *Sul Risorgimento*, op. cit., pp. 7-21.
- R. CESSI. *Problemi della storia d'Italia nell'opera di Gramsci. Studi gramsciani*, pp. 47-52.
- F. de FELICE e V. PARLATO. Introdução à *La Questione meridionale*, op. cit., pp. 7-50. Análise da posição de Gramsci sobre o Mezzogiorno e seu vínculo com a questão do bloco histórico de 1916 a 1926.
- F. de FELICE. *Questione meridionale e problema dello Stato in Gramsci*. In: *Rivista storica del socialismo*, IX, nº 27, jan.-abril 1966, pp. 1.189-1.220.
- G. GALASSO. *Gramsci e il problema della storia italiana. Gramsci e la cultura contemporanea*, t. I., pp. 305-354. Importante artigo que desenvolve a análise gramscista do *Risorgimento*, da hegemonia do Partido Moderado sobre o Partido de Ação, do transformismo e da política de Giolitti.
- E.I. JAGERMANN. *A. Gramsci e la questione contadina in Italia*. In: *Rassegna sovietica*, 1951, nº 10, pp. 18-34.
- B. LOPUCHOV. *Gramsci e l'elemento storico-nazionale della lotta politica. Gramsci e la cultura contemporanea*, t. 2., pp. 217-226.
- M.L. SALVADORI. *Gramsci e la questione meridionale*, *ibid.*, t. I., pp. 391-438. Análise da evolução do pensamento gramscista sobre a questão meridional, sua origem não-marxista (Salvemini, sardismo), depois a luta no seio do P.S.I. e do P.C.I. O artigo limita-se aos escritos anteriores a 1927.
- R. VILLARIO. *A Gramsci. Il Mezzogiorno e la rivoluzione socialista*. In: *Il Sud nella storia d'Italia*, Bari, Laterza, pp. 535-568.

6. O PARTIDO COMO INTELECTUAL COLETIVO

- F. CALAMANDREI. *L'iniziativa politica del partito rivoluzionario da Lenin a Gramsci e Togliatti*. In: *Critica marxista*, nºs 4-5 (1967), pp. 67-103.
- U. CERRONI. *Per una teoria del partito politico*. In: *Critica marxista*, nºs 5-6 (set.-dez. 1963), pp. 15-60.
- L. MAGRI. *Problemi della teoria marxista del partito rivoluzionario*. In: *Critica marxista*, nºs 5-6 (1963), pp. 61-102.
- A. NATTA. *Il partito politico nei Quaderni del carcere*. In: *Prassi rivoluzionaria*, pp. 46-47.

7. GRAMSCI E LENIN

- A. CARACCILO, *A proposito di Gramsci, la Russia e il movimento bolscevico. Studi gramsciani*, pp. 95-104. O autor sublinha a importância dos conselhos no Estado socialista, que Gramsci elogia em *Ordine Nuovo*.
- A. CARACCILO, *Intervenção, ibid.*, pp. 561-568. Os conselhos como órgãos concretos da hegemonia do proletariado no pensamento de Gramsci e de Lenin.
- C. CICCERCHIA, *Il rapporto col leninismo e il problema della rivoluzione italiana. La Città futura*, pp. 13-37.
- G. NAPOLITANO, *L'insegnamento di Lenin nell'esperienza e nella prospettiva del P.C.I.*, In: *Critica marxista*, suplemento ao nº 4, 1970, pp. 3-25.
- P. SPRIANO, *Lenin e il movimento operaio italiano, ibid.*, pp. 300-315. Recordação do apoio de Lenin a Gramsci na época de *Ordine Nuovo*.
- P. TOGLIATTI, *Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci. Studi gramsciani*, pp. 15-36. Intervenção essencial, onde o autor retoma os principais aspectos da obra de Gramsci, sublinhando o vínculo estreito do pensamento e da ação de Gramsci (particularmente sua concepção do partido, sua luta contra o economicismo) com os de Lenin (particularmente com os escritos de Lenin posteriores a 1917).
- P. TOGLIATTI, *Gramsci e il leninismo, ibid.*, pp. 419-444. Essa intervenção retoma os mesmos temas que a anterior, mas acentua particularmente a noção de bloco histórico, que é analisada admiravelmente e mostra a origem leninista da organização do novo sistema hegemônico.

8. GRAMSCI E A TEORIA MARXISTA

- G. BADIA, *Gramsci et R. Luxemburg, In: Nouvelle Critique*, nº 30, 1970, pp. 71-73. Crítica o artigo de F. Ricci sobre Gramsci, defendendo R. Luxemburgo, contra as acusações gramscistas de espontaneísmo.
- A. BERTONDINI, *Gramsci e Labriola*. In: *La Città Futura*, pp. 165-186.
- E. GARIN, *A. Gramsci nella cultura italiana. In: Studi Gramsciani*, pp. 3-14.
- E. GARIN, *Gramsci nella cultura italiana, ibid.*, pp. 395-418.
- E. GARIN, *La formazione di Gramsci e Croce. In: Prassi rivoluzionaria*, pp. 119-133.
- G. LENTINI, *Gramsci e Croce*, Palermo, ed. Mior, 107 p.
- F. MAREK, *Gramsci e il movimento operaio dell'Europa occidentale. In: Prassi rivoluzionaria*, pp. 200-207.
- F. MAREK, *Gramsci e la concezione marxistica della storia. Gramsci e la cultura contemporanea*, t. 2, pp. 11-18.
- M. MARKOVIC, *L'unità di filosofia e politica. In: Gramsci, ibid.*, pp. 19-28.
- R. PARIS, *Gramsci e la crisi teorica del 1923, ibid.*, pp. 29-44. Sublinha os pontos comuns entre Gramsci, Lukacs e Korsh na crítica do *Manual de sociologia marxista* de Boukharine.

- E. RAGIONERI, *Gramsci e il dibattito teorico nel movimento operaio internazionale, ibid.*, t. I., pp. 101-148.
- E. SANTARELLI, *Sorel e il sorelismo in Italia. In: Rivista storica del socialismo*, III, nº 10, maio-agosto 1960, pp. 289-328.
- L. SICHIROLLO, *Hegel, Gramsci e il marxismo. Studi gramsciani*, pp. 269-276.
- M. TRONTI, *Tra materialismo dialettico e filosofia della prassi: Gramsci e Labriola. La città futura*, pp. 139-163.
- M. TRONTI, *Alcune questioni intorno al marxismo di Gramsci, Studi gramsciani*, pp. 305-322.

9. SOBRE O HISTORICISMO DE GRAMSCI

- L. ALTHUSSER, *Le marxisme n'est pas un historicisme. In: Lire le Capital*, Maspéro, t. I., pp. 73-108. Crítica do historicismo absoluto de Gramsci, que confundiria materialismo dialético e materialismo histórico, e de sua concepção extensiva da ideologia.
- N. BALADONI, *A Gramsci, storicista di fronte al marxismo contemporaneo. In: Prassi rivoluzionaria*, pp. 96-118. Resposta crítica a L. Althusser.
- N. BALADONI, *Il fondamento teorico dello storicismo gramsciano. Gramsci e la cultura contemporanea*, t. 2., pp. 73-80.
- N. BALADONI, *Marxismo come storicismo*, Milão, Feltrinelli, 257 p.
- A. GAROSCI, *Totalitarismo e storicismo nel pensiero di A. Gramsci. In: Pensiero politico e storiografia moderna*, pp. 193-257.
- A. GUIDUCCI, *Lo storicismo oltre Croce: Gramsci. In: Dallo Dzanovismo allo strutturalismo*, Milão, Feltrinelli, pp. 121-257.
- G. MURA, *A. Gramsci tra storicismo e intellettualismo. In: Civitas*, XVII, nº 1-12, nov.-dez. 1966, pp. 87-108.
- R. ROSSANDA, *Marxismo e storicismo. In: Rinascita*, XXII, nº 45, 13 de novembro de 1965, pp. 22-23.

10. POLÊMICA SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DE GRAMSCI

O ponto de vista do P.C.I.:

- G. AMENDOLA, *Rileggendo Gramsci. In: Prassi rivoluzionaria*, pp. 208-230. Faz o balanço dos estudos consagrados a Gramsci, defendendo o ponto de vista do P.C.I.
- F. CALAMANDREI, *Sul convegno gramsciano di Cagliari. In: Critica marxista*, V, nº 2, março-abril 1967, pp. 183-204.
- A crítica de esquerda do P.C.I.:
- R. PARIS, *La revisione del marxismo in Italia. In: Le mouvement social*, nº 55, abril-junho 1966, pp. 109-114.
- R. PARIS, *Una revisione "nenniana" di A. Gramsci. In: Rivista storica del socialismo*, VII, nº 21, jan.-abril 1964, pp. 163-169. Crítica do livro de G. TAMBURRANO, sobre A. Gramsci, *La vita, il pensiero, l'azione*.
- R. PARIS, *Il Gramsci di tutti. In: Giovane Critica*, nº 15-16, primavera-estate 1967, pp. 48-61. Crítica ao Simpósio de Cagliari cujos trabalhos foram publicados em *Gramsci e la cultura contemporanea*.

A crítica de direita (P.S.I.) ao P.C.I.:

- G. TAMBURRANO. *Gramsci in aperta polemica con in dirigenti del partito comunista*. In: *Avanti*, nº 14, 17 jan. 1965.

11. OUTROS ARTIGOS

- R. GARAUDY. *Introduction à l'oeuvre d'A. Gramsci. La Nouvelle Critique*, nºs 87-88 (julho-agosto 1957), pp. 97-107.
- R. GARAUDY. Conferência na Faculdade de Direito de Paris, no dia 28 de maio de 1970. R. Garaudy compara, nessa ocasião, a noção gramscista de bloco histórico e a de seu "novo bloco histórico".
- N. POULANTZAS. *Fascisme et Dictature: la III^e Internationale face au fascisme*, Maspero, 1970, 402 p. O autor frisa a lucidez e o isolamento de Gramsci em sua análise do fascismo.
- F. RICCI. *A. Gramsci, théoricien politique. La Nouvelle Critique*, nº 28 (1969), pp. 16-20. Um estudo muito "ortodoxo" de Gramsci, com numerosas segundas intenções políticas.
- J. RISSET. *Lecture de Gramsci. Tel Quel*, nº 42 (1970), pp. 46-73.

Impresso nos Estab. Gráficos Borsoi S.A. Indústria e Comércio, à Rua Francisco Manuel, 55 — ZC-15, Benfica, Rio de Janeiro

Este estudo de Hugues Portelli tem como objetivo demonstrar que os principais aspectos do pensamento de Antonio Gramsci se articulam em torno de um conceito-chave: o de bloco histórico, que veio enriquecer a ciência política. O leitor é, portanto, conduzido ao essencial e a ressaltar o valor geral da obra gramsciana e não apenas à compreensão dentro do ponto de vista de uma práxis política determinada.



**MAIS UM LANÇAMENTO PAZ E TERRA
UMA EDITORA A SERVIÇO DA CULTURA**